



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

| | |
|---|--|
| Processo: 202040600228 | Distribuição: 13/02/2020 |
| Número Único: 0007556-82.2020.8.25.0001 | Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito |
| Classe: Procedimento Comum | Fase: PARA SENTENÇA |
| Situação: Julgado | Processo Principal: ***** |
| Processo Origem: ***** | |

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: ANTONIO GONZAGA DA SILVA
Endereço: RUA ESPIRITO SANTO
Complemento:
Bairro: NOVO PARAISO
Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49082170
Advogado(a): GILMARIO OLIVEIRA NASCIMENTO JUNIOR 3537
Requerido: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS
Endereço: RUA SENADOR DANTAS
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20010000
Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

202240600534



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

13/02/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202040600228, referente ao protocolo nº 20200213105701987, do dia 13/02/2020, às 10h57min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACAJU/SE.

**PRIORIDADE PROCESSUAL
PARTE COM MAIS DE 60 ANOS**

ANTÔNIO GONZAGA DA SILVA, brasileiro, aposentado, divorciado, CPF 155.353.985-00, residente e domiciliado a Rua Espírito Santo, n.º 1.619, bairro Novo Paraíso, Aracaju/SE, CEP 49.080-130, vem à presença de V. Exa., através dos advogados "*in fine*" assinados (Inst. Proc. Anexo), os quais declaram receber todas as notificações à Av. Rio Branco nº 186, salas 1.111/1.113, Ed. Oviêdo Teixeira, Centro, Aracaju/SE, CEP. 49.010-910, apresentar

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

contra a

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ 09.248.608/0001-04, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer à V. Exª. seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, bem como pelo art. 98 do CPC, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

DOS FATOS

O requerente foi vítima de acidente de trânsito no dia 04/08/2017 no município de Carmópolis, quando o veículo da Coopertalse em que trafegava (MARCOPOLO/VOLARE de placa IAN-8040) ao transitar na contramão colidiu com o caminhão IVECO/STRALISHD de placa JRL-9773/BA, que vinha em sentido contrário, sendo o demandante socorrido inicialmente pela Unidade de Suporte Básico – Itabaiana, após pela Unidade de Suporte Avançado – Aracaju, e encaminhada ao HUSE, onde ficou constatado que **o autor sofreu amputação traumática hálux do pé esquerdo, fratura na perna direita e em várias costelas**, restando acamado por mais de 02 meses.

Com isso o direito do Autor, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, o qual foi solicitado administrativamente pelo demandante, registrado o sinistro sob o n.º 3190422034, sendo-lhe pago o valor de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos) referentes à soma dos seguintes danos sofridos: perda funcional completa de um dos membros inferiores em grau leve (25% de 70%) totalizando R\$ 2.362,50; e amputação do dedo do pé em grau médio (50% de 10%) totalizando R\$ 675,00, conforme tabela do seguro Dpvat.

O autor forneceu toda a documentação necessária, inclusive sendo feitos dois vídeos pela requerida (através da preposta Aline Pereira) na residência do demandante, enquanto este se recuperava, requerendo desde já sejam os mesmos (vídeos) colacionados aos autos. Recebeu a indenização prevista para despesas médicas até o limite legal.

Ocorre que o Laudo Pericial n.º 5600/2019 produzido junto ao IML não deixa dúvida quanto à invalidez do autor em decorrência do acidente, asseverando o perito médico legal, na resposta do quesito n.º 6, que:

“Sim, sequela permanente de fratura da tíbia direita que o incapacita e amputação de hálux esquerdo.” *Grifo nosso*

Referida conclusão é ratificada por outros profissionais médicos, conforme “Relatório Médico” de 21/05/2019, elaborado pelo Dr. Hertz Tavares, ortopedista e traumatologista, CRM/SE 4394:

“Relato que o paciente supracitado apresenta sequela permanente de fratura de tibia direita que o incapacita.

CID: 5822”

Ainda, conforme documentação anexa, o demandante necessita de fisioterapia por tempo **indeterminado**, ante a gravidade de sua situação, tendo a sua tibia encurtado em 2,55 cm!

Portanto, faz jus o autor ao recebimento da diferença entre o valor a menor pago administrativamente (R\$ 3.037,50) e o valor efetivamente devido (R\$ 13.500,00), ante sua invalidez permanente, representado, o saldo ainda restante, a importância de R\$ 10.462,50 (dez mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo autor, culminado com a amputação de hálux esquerdo e a fratura da tibia direita, da qual resultou sequela permanente incapacitante, o Requerente busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por danos causados, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “I” nestes termos:

Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.”

Assim, resta claro que o requerente deve ser indenizado pelo seguro, como medida de direito, visto que sofreu dano permanente no membro inferior direito, que o incapacita, consoante laudo do IML.

Frise-se que se entende por INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL a perda ou redução, em caráter definitivo, das funções de um membro ou órgão, em decorrência de acidente provocado por veículo automotor.

Neste sentido, vejamos o entendimento da Jurisprudência:

“APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT - INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIÇÃO INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).”

“EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA

VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS. (TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000)."

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. *Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).*

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

No caso, o laudo médico pericial do instituto médico legal não deixou dúvidas sobre o nexo de causalidade entre o acidente e as fraturas existentes, bem como quanto à incapacidade acarretada pelas lesões sofridas.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer à V. Exa. a citação da requerida no endereço acima declinado, para querendo, contestar a presente dentro do prazo legal, sob pena de sofrer os efeitos da revelia, julgando ao final procedente a demanda para condenar a ré à(ao):

- a) pagamento da indenização do Seguro Obrigatório (DPVAT), em razão da invalidez permanente, no valor de R\$ 10.462,50 (dez mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), já descontado o valor recebido administrativamente (R\$ 13.500,00 – R\$ 3.037,50), acrescidos de juros de mora e atualização monetária até a data do efetivo pagamento;
- b) **informa desde já que não tem interesse na realização da audiência de conciliação, nos termos do art. 334, §4º, I, e §5º do CPC;**
- c) requer seja determinado à requerida que junte aos autos os vídeos feitos do demandante, durante o processo de avaliação do sinistro;
- d) pagamento de custas processuais e honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor total da condenação e demais cominações legais.

Roga, ainda, sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita, por ser o requerente pessoa pobre nos termos da Lei nº. 1060/50 c/c art. 98 do CPC.

Requer, por fim, o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inc. I, do CPC, diante da desnecessidade de prova em audiência, entretanto, sendo outro o entendimento de V. Exa., protesta-se por todos os meios de prova admitidos em Direito, sem exceção de qualquer, com ênfase para a documental, oitiva de testemunhas a serem oportunamente arroladas e para o depoimento pessoal do preposto da ré.

Dá-se à causa o valor de R\$ 10.462,50 (dez mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), requerendo a concessão da justiça gratuita.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Aracaju/SE, 11 de fevereiro de 2020.

Gilmario O. Nascimento Junior
OAB/SE 3537

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **ANTÔNIO GONZAGA DA SILVA**, brasileiro, aposentado, divorciado, CPF 155.353.985-00, residente e domiciliado na Rua Espírito Santo, n.º 1619, bairro Novo Paraíso, Aracaju/SE, CEP. 49.080-130.

OUTORGADOS: **Bel. Fábio Silva Ramos, Bel. Gilmário Oliveira Nascimento Júnior e Bela. Débora Dias Freitas**, brasileiros, advogados inscritos na OAB/SE, respectivamente, sob os n.ºs **3011, 3537 e 4802**, com escritório no Edifício Oviêdo Teixeira, sito na Av. Rio Branco n.º 186, salas 1.111/1.113, Centro, Aracaju/SE, CEP 49.010-910 - Telefax 3214-3472.

PODERES: Para o foro em geral, **ad juditia et extra**, em qualquer instância, Juízo ou Tribunal, e mais os da parte in fine do art. 105 do CPC, como também qualquer outro por mais especial que seja, assim como receber citações, inclusive inicial, confessar, reconhecer o direito sob o qual se funda a ação, renunciar créditos, receber e dar quitação, receber/levantar alvarás, firmar compromissos, reconvir, concordar ou discordar de qualquer proposta, formulada na audiência de instrução e julgamento, podendo, ainda, requerer instaurações de inquéritos policiais, efetuar levantamentos, representar o outorgante em repartições e órgãos de autarquias federais, estaduais e municipais, ratificar atos praticados em nome do outorgante e tudo mais que se fizer mister pela lei, podendo agir em conjunto ou separadamente, bem como substabelecer com ou sem reservas de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso. **Para o fim especial de ajuizar Ação Judicial.**

Aracaju/SE, 21 de novembro de 2019.





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE



BOLETIM DE Ocorrência

Nº: 048692/2019

| | |
|---|--|
| Quantidade 1 Unidade | Situação Envolvido |
| Última Atualização Denatran 11/07/2018 | Situação do Veículo ALIENACAO FIDUCIARIA |
| Nome Envolvido | Envolvimentos |
| Desconhecido 1 | Possuidor |
| Grupo Veículo | Subgrupo Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhon |
| CPF/CNPJ do Proprietário 825.700.515-00 | Placa IAN8040 |
| Renavam 00951977644 | Número do Motor D1A018393 |
| Número do Chassi 93PB12E3P8C023709 | Ano/Modelo Fabricação 2008/2008 |
| Cor BRANCA | UF Veículo Sergipe |
| Município Veículo Aracaju | Marca/Modelo MARCOPOLO/VOLARE W8 ON |
| Modelo MARCOPOLO/VOLARE W8 ON | Veículo Adulterado? Não |
| Quantidade 1 Unidade | Situação Envolvido |
| Última Atualização Denatran 14/01/2015 | Situação do Veículo ALIENACAO FIDUCIARIA |
| Nome Envolvido | Envolvimentos |
| Desconhecido 1 | Possuidor |

RELATO/HISTÓRICO

CONFORME AVERIGUAÇÕES REALIZADAS E VESTÍGIOS ENCONTRADOS NO LOCAL PELO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL, SILVEIRA FREIRE, O CONDUTOR DO VEÍCULO MARCA/MODELO: MARCOPOLO/VOLARE, AO TRANSITAR PELA CONTRAMÃO DE DIREÇÃO COLIDIU SUA LATERAL DIANTEIRA ESQUERDA COM A DIANTEIRA ESQUERDA DO VEÍCULO MARCA/MODELO: IVECO/STRALISHD DE PLACA JRL 9773/BA, QUE TRAFEGAVA EM SENTIDO CONTRÁRIO SEGUINDO O FLUXO. APÓS A COLISÃO O VEÍCULO MARCOPOLO/VOLARE DESGOVERNOU-SE E VEIO A TOMBAR NO ACOSTAMENTO DO SENTIDO CRESCENTE DA VIA. O NOTICIANTE ENCONTRAVA-SE NO INTERIOR DO COLETIVO COOPERTALSE, SENTIDO A CIDADE DE PROPRIÁ/SE, FOI CONDUZIDO PARA HOSPITAL DO ESTADO EM UMA VIATURA DO SAMU. SOFREU FRATURA E AMPUTAÇÃO DO DEDO DA PERNA ESQUERDA, FRATURA NA PERNA DIREITA E POLITRAUMATISMO DE CRÂNIO.

ASSINATURAS

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida
Delegado de Polícia Judiciária

Claudionor Maurício Dos Santos
Responsável pelo Atendimento

Antônio Gonzaga da Silva
(Vítima / Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE



BOLETIM DE Ocorrência

Nº: 048692/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 08/05/2019 09:37 Data/Hora Fim: 08/05/2019 10:11
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DA Ocorrência

Afeto: Delegacia Especial de Delitos de Trânsito
Data/Hora do Fato: 04/08/2017 18:20

Local do Fato

Município: Carmópolis (SE)

Bairro: Centro

Ponto de Referência: BR 101 / KM 52,4 Crescente
Tipo do Local: Via Pública

| Natureza | Meio(s) Empregado(s) |
|---|----------------------|
| 1223: Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB) | Veículo |

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: ANTÔNIO GONZAGA DA SILVA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Porto da Folha Sexo: Masculino Nasc: 07/11/1956
Profissão: Aposentado Escolaridade: Ensino Médio Completo
Estado Civil: Divorciado(a)
Nome da Mãe: Rosa Araújo da Silva Nome do Pai: João Gonzaga da Silva

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 155.353.985-00

Endereço

Município: Aracaju - SE Nº: 1619
Logradouro: Rua Espírito Santo CEP: 49.080-130
Bairro: Novo Paraíso
Telefone: (79) 99912-9284 (Celular)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Aracaju - SE

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

| | |
|---|--|
| Grupo Veículo | Subgrupo Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhão |
| CPF/CNPJ do Proprietário 16.066.888/0001-03 | Placa JRL9773 |
| Renavam 00968861989 | Número do Motor F3BE0681*5011175* |
| Número do Chassi 93ZS2MRH088802343 | Ano/Modelo Fabricação 2008/2008 |
| Cor BRANCA | UF Veículo Bahia |
| Município Veículo Camaçari | Marca/Modelo IVECO/STRALISHD 570S38TN |
| Modelo IVECO/STRALISHD 570S38TN | Veículo Adulterado? Não |

Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto
Impresso por: Claudionor Maurício Dos Santos
Data de Impressão: 08/05/2019 10:13
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2



PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Antonio Gonzaga da Silva
DATA DA ENTRADA: 04/08/2017
DATA DA SAÍDA: 11/08/2017

INTERNAMENTO: PS ☒ ENFERMARIA ☒ UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de acidente de trânsito, deu entrada no HUTE apresentando ferimento corto-contuso na região frontal e parietal direita, amputação parcial do hálux esquerda e fratura fechada da perna direita. Observou-se tórax instável, múltiplas fraturas de arcos costais sem evidência de hemo ou pneumotórax. Realizada avaliação da Neurocirurgia, que foi normal, regularização do coto de amputação e imobilização da perna direita. Foi transferido para o Hospital Cirurgia.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

Radiografias
Exames laboratoriais
Ecocardiograma
ECG
Tomografia do crânio e da coluna cervical

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. João Chaves Junior - CRM 4715
Dr. Benone Neto - ORTOPEDIA
Dra. Jeanine Oliveira - CRM 5600
Dr. Antonio Franco Cabral - CRM 880
Dr. Ramon R. de Oliveira - CRM 4933

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO () TRANSFERIDO ☒ ÓBITO ()

ARACAJU, 12 de março de 2018

Dra. Selma T. de C.S. Montalvão
Pediatra
CRM 1532

Silva

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

LAUDO ENVIADO
15/08/2017
HUSE-SPPSA
1574134

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

DATA: 04/08/2017 HORA: 21:27 USUARIO: TSAM
SETOR: 06-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

: 60 ANOS NASC: 27/11/1956

: SOCORRIDO PELO SAMU

: BAIRRO:

: CARMOPOLIS

: CARMOPOLIS

: O PROPRIO

: CARMOPOLIS

: ACIDENTE AUTOMOBILISTICO

: NAO PLANO DE SAUDE....: NAO

: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

: NAO

X

mmHg]

PULSO: []

TEMP.: []

PESSO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

[] RAIO X

[] SANGUE

[] URINA

[] LIQUOR

[] ECG

[] ULTRASSOM

HISTORIA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

SINAIS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS:

Pac. trazido pelo SAMU, vítima de um acidente automobilístico, após a queda de um veículo, apresentando ferimentos em membros inferiores, com fratura de fêmur esquerdo, ECG: IS.

SINAIS DA ENFERMAGEM:

Toux. Dor e palpito abdominal: Hastes

DIAGNOSTICO:

Politrauma

PRESCRICAO

CID:

1. Diplopia (E)

2. Glosseoma (E) 23.3 Hch

3. R. 1000 ml (E)

4. R. Neweing.

5. R. local: AP

Toux: AP

Boa: AP.

Peso: 70 kg, 1,70 m.

6. R. Otopneum.

EXAME DE SAIDA:

REALIZADO EM 04/08/17

AS 23:58

TÉCNICO EM RADIOLOGIA

UNIDADE DE SAUDE):

REGISTRO: 19224

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

DATA: 04/08/17

HORÁRIO: 21:27

TÉCNICO: Dr. Benone Neto

ASSINATURA DO MÉDICO

EXAME DE RADIOLOGIA

REALIZADO EM 04/08/17

AS 22:20 HORAS

09/08/2017

* Neurocirurgia

Paciente vítima de colisão moto-microônibus com ferimento corto-contuso em região fronto-parietal (D), Negro episódios de vômitos, desmaios, perda de consciência ou crises convulsivas.

Com protocolo do trauma profundo + Colar cervical.

- * EN: Glasgow 15, pupilas 4x4mm sem dif. notáveis, Sem dor e palpados de região cervical.
- * TC de crânio: Sem evidência de hematomas, fraturas ou outras lesões intracranianas.
- * TC de coluna cervical: Sem sinais de fratura

Conduta: 1) Alta de Neurocirurgia

2) SF 0,5% 1000ml (E)

3) Transf. sang. - 01 un + SF 0,5% 1000ml (E)

4) Fluido - 01 un + SF 0,5% 1000ml (E) 818h (1001) 616h

5) Fisioterapia - 01 un + SF 0,5% 1000ml (E)

Dra. Jeanine Oliveira
Neurocirurgia
CRM-SE 55800

Ortopedia

Amputação parcial hálux (E)
- resgo regularizado de cost
Fratura pelvica de perna (D)
- inclinação genhe
Ex: Ø de f. de neurovascular
Re: 1ª art. cost. (múltipl)
Cd: Intermédio, pela Cirurgia Geral
- torax distal. Após liberação
du cirurgia geral, encaminhado
ortopedia para tratamento
de Fr. de fêmur (D)

Dr. Benone Neto
Ortopedia e Traumatologia
Cirurgia de Coluna
CRM-SE 2251 TEOT 13629

3

NGLV/HUSE
Documento recebido
Em 10/08/17
às 16:20 h.
Ass.: [assinatura]

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE_FHS
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE_HUSE
GUIA DE TRANSFERÊNCIA HOSPITALAR



Setor no HUSE onde o paciente encontra-se: VT L13
Especialidade: () Clínica Médica () NCR (X) Ortopedia () Vascular () Outros: _____

HOSPITAL DE DESTINO: FBHC
Leito / Destino: _____ () com O₂ () sem O₂

DADOS DO PACIENTE

Nome do Paciente: Antonio Gonzaga da Silva
Data de Nasc.: 27/11/1956 Idade: 60 Sexo: () Fem (X) Masc Tel: _____

Mãe: Rosa Araújo da Silva Pai: _____

RG: _____ CPF: _____ Cartão do SUS: _____

Endereço: _____ Cidade: _____

DESCRIÇÃO QUADRO CLÍNICO

Fratura de Tibia D

EXAMES / ANEXOS

- () Prescrição Médica atualizada () Avaliação Médica (especialidade) _____
() Exames Laboratoriais: hemograma completo. Resultado Hb _____ Urea _____ Creac _____
() ECG () Raio X () Ecocardiograma () Tomografia () Ressonância Nuclear Magnética
() Ultrassonografia () Outros: _____

Legenda: Hb _hemoglobina / Creac _creatinina

INFORMAÇÕES DA TRANSFERÊNCIA

MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA: () Falta de Vaga () Procedimento Especializado () Outros: _____

MÉDICO RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO: _____

MÉDICO QUE ACOMPANHARÁ: _____

Data: ____/____/____

[assinatura]
Dr. Antônio Franco Cabral
Ortopedia/Traumatologia
CRM 880

Médico solicitante (Assinatura / Carimbo)

4

Transferência

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO
=====

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 157421
Numero do CNS.....: 0000000000000000
Nome.....: ANTONIO GONZAGA DA SILVA
Documento.....: 333472 Tipo :
Data de Nascimento: 27/11/1956 Idade: 60 anos
Sexo.....: MASCULINO
Responsavel.....: SUS
Nome da Mae.....: ROSA ARAUJO DA SILVA
Endereco.....: SOCORRIDO PELO SAMU (702802636765860)
Bairro.....: Cep.: 49740-000
Telefone.....:
Município.....: 2801504 - - SE
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: SERGIPE

LAUDO ENVIADO
PS
08/08/2017
Setor de Faturamento Hospitalar

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1574134
Clinica.....: 945 - PS VERDE TRAUMA II
Leito.....: 999.0127
Data da Internacao: 07/08/2017
Hora da Internacao: 05:45
Medico Solicitante: 116.335.815-00 - ANTONIO FRANCO CABRAL
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico.....: NAO INFORMADO
Identif. Operador.: TSANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:
Dt.Hr Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
CID Principal:
CID Secundario:
Principal:
Secundario:
Outro:

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE
PRONTO SOCORRO
VERDE TRAUMA MASCULINO

| NOME | ANTONIO G DA SILVA | LEITO 13 | | IDADE | 60anos | DATA | 10.08.2017 |
|------|--------------------|----------|--|-------|--------|------|------------|
|------|--------------------|----------|--|-------|--------|------|------------|

DIAGNÓSTICO FX TIBIA D

EVOLUÇÃO: Paciente em bom estado geral. assintomático. sem febre e sem dor. Nega febre, tosse, dispneia, astenia, constipação, diarreia..

EF: LOTE, BEG, afebril, anictérico, hidratado e normocorado

sono (+) apetite (+) diurese (+) dejeções (+)

CD:VPM

Neto Vasconcelos de Azevedo

| ITEM | PRESCRIÇÃO | HORÁRIO |
|------|--|-------------|
| 1 | DIETA LIVRE, VO. | |
| 2 | Dipirona, 1 AMPOLA, EV DE 6/6 horas | 18 20 04 20 |
| 3 | PROFENID, 100MG, EM 100ML DE SF 0,9%, EV, 12/12 HORAS s/n | SOS |
| 4 | TRAMAL, 100MG, DILUIDO EM 100 ML DE SF, EV, DE 6/6 HORAS s/n de horários. | 18 20 04 20 |
| 5 | Plasil: 01amp + 18ml AD, EV de 8/8 horas (SOS) | SOS |
| 6 | CAPTOPRIL 25MG VO SE PAS >160 OU PAD>100 | |
| 7 | CLEXANE, 40MG, SC, 1 X AO DIA OU HEPARINA, 5000 UI, SC, DE 12/12 HORAS | 20 |
| 8 | Glicemia Capilar de 6/6 horas (ACM) | |
| 9 | Insulina Regular, SC, conforme glicemia capilar (mg/dl): < 200: Ø 201-250: 02 UI 251-300: 04 UI 301-350: 06 UI 351-400: 08 UI > 400: 10UI | |
| 10 | Glicose 25% 60 ml IV in bolus se glicemia < 70 mg/dl (comunicar plantonista) | |
| 11 | CONTROLE DOS SINAIS VITAIS DE 6/6 HS | |
| 12 | Avaliação pré operatória da cardiologia | |
| 13 | Aval. de circulação Torácica | |
| 14 | 3 cateteres protetores. | |
| 15 | Exatol, 40mg, VO, 8/8 horas. | |
| 16 | Plasil, 100mg + 100ml SF 0,9%, EV 12/12 horas | |

Sinais Vitais (Favor anotar abaixo)

| Horário | PA(mmHg) | FC(bpm) | FR (ipm) | SpO ₂ | Diurese | Temp(°C) | Glicemia |
|---------|----------|---------|----------|------------------|---------|----------|----------|
| 6:00h | X | | | | | | |
| 12:00h | X | | | | | | |
| 18:00h | X | | | | | | |
| 00:00h | X | | | | | | |



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
PRESCRIÇÕES DIÁRIAS



Data: 11/01/2017

° DIH

NOME:

DIAGNÓSTICO(S):

| Medicamentos (Princípio ativo + Concentração) | Horários de Administração |
|---|---------------------------|
| 1º. Dieta Livre | SMP |
| 2º. Gelco salinizado | feito |
| 3º. Kefazol 1g IV 8/8hs ou Keflin 1g IV 6/6hs | |
| 4º. S. Fisiológico 1800cc 24hs | |
| 5º. Captopril 25mg VO se PA > 160 mmHg | |
| 6º. Dipirona 2ml + 8 ml AD IV ou Paracetamol 40gts VO 6/6h SOS | SOS |
| 7º. Nauseidron 8mg IV 8/8 h SOS | SOS |
| 8º. Omeprazol 40mg IV 1x ao dia ou VO às 6 h | 06 |
| 9º. Tramal 100mg + 100 ml SF 0,9% IV ou VO 8/8h SOS | SOS |
| 10º. Profenid IV 100mg + 100ml SF 0,9% IV 12/12hs SOS | SOS |
| 11º. Clexane 40mg SC 1X ao dia ou Liqueimine 5000 UI de 12/ 12h | 20 08 |
| 12º. Glicose 25% 4 AMP IV se GC <= 80 | |
| 13º. Dextro 6/6hs, SE DIABÉTICO | |
| 14º Insulina Regular SC, após o dextro. 201 - 250: 02UI 251 - 300: 04UI > ou = 401: 10UI 301 - 350: 06UI 351 - 400: 08UI | |
| 15º. Curativos Diários 1 x dia | |
| 16º SSVV + Cuidados | |
| 17º Óleo mineral 20 ml VO antes das refeições até a 1ª dejeção | |
| 18º | |
| 19º | |
| 20º | |
| 21º | |
| 22º | |

EVOLUÇÃO.

Dr. Antônio Franco Cabral
Ortopedia/Traumatologia
CRM 680

EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

Página nº 2

| DATA | HORA | HISTÓRICO |
|------------|------|--|
| 07.08.17 | | <p># Cirurgia torácica #</p> <p>Tramie contuso com fraturas costais bilaterais</p> <p>Rx controle sem tórax ou pneumo que necessita drenagem</p> <p>Alta de cirurgia torácica</p> <p>A ortopedia</p> |
| 10/8/17 | | <p>Cirurgia torácica</p> <p>paciente acutizado, apneia</p> <p>suprimento e sem frequência respiratória</p> <p>são avaliados e liberados pela</p> <p>especialidade</p> <p>Sujeito em cirurgia</p> |
| 11/08/2017 | | <p># Cirurgia Torácica #</p> <p>Paciente Encaminhado no leito, supine</p> <p>em o ambiente de O2 96% ambiente, febre, tórax</p> <p>febre e ansiedade. Refere dor muito forte dependente</p> <p>Não outras queixas.</p> <p>Último Radiografia: 08/08/2017.</p> <p>Ex - Ex. laboratório</p> <p>- Rax tórax PA e Perfil</p> <p>- Otimizar Analgesia</p> |

Dr. Roberto Cardoso Barros
Cirurgia Torácica
CRM 1617

Arthur S. Fe.
Médico
CRM-SE 530

PACIENTE: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

IDADE: 60ANOS

SETOR: VERDE TRAUMA

DATA: 09/08/2017

| | | | |
|-----------|------------|---------------|----------|
| AO = 34mm | VED = 51mm | SEPTO = 10mm. | FE = 63% |
| AE = 29mm | VES = 34mm | PPOST = 10mm | AD = 34% |

LAUDO :

- RITMO CARDIACO REGULAR
- CAVIDADES CARDÍACAS E RAIZ DA AORTA TEM DIÂMETROS NORMAIS.
- ESPESSURA MIOCÁRDICA PRESERVADA.
- VENTRÍCULO ESQUERDO COM FUNÇÃO CONTRÁTIL SISTÓLICA PRESERVADA E DISFUNÇÃO DIASTÓLICA DISCRETA.
- VALVAS SEM ALTERAÇÕES.
- PERICÁRDIO NORMAL.

CONCLUSÃO:

- VENTRÍCULO ESQUERDO COM FUNÇÃO CONTRÁTIL SISTÓLICA PRESERVADA E DISFUNÇÃO DIASTÓLICA DISCRETA.



DRA. EMÍLIA MONTALVÃO
CRM-SE 2061

RELATÓRIO 0617 / 2019 REFERENTE À OCORRÊNCIA

NÚMERO: 170B040278 / ESUS – SAMU

O SAMU 192 SERGIPE foi acionado às 18h33min do dia 04 de Agosto de 2017, para atendimento de vítima identificada como Antônio Gonzaga da Silva, com relato de **colisão carreta x ônibus**, na BR 101, no município de Carmópolis.

A equipe da Unidade de Suporte Básico – Itabaiana avaliou a vítima e iniciou o atendimento no local, sendo interceptada pela equipe da Unidade de Suporte Avançado – Aracaju, que removeu o paciente para o Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE no município de Aracaju, onde o deixou aos cuidados da equipe.

Aracaju, 09 de Maio de 2019

Dra. Mary Ane Machado Tavares
MÉDICA
CRM 1720



Dr. Andréa Lenir Bastos Paiva Nery

Coordenadora Médica

SAMU 192 SERGIPE



INSTITUTO MÉDICO LEGAL
LAUDO PERICIAL
Lesões Corporais

ANTONIO GONZAGA DA SILVA

LAUDO Nº 5600/2019

Laércio Figueiredo de Souza
Agente de Polícia Judiciária

ESTE CONFERE COM O ORIGINAL

Em 01/10/2019



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "DR. AUGUSTO LEITE"

LAUDO DO EXAME DE LESÕES CORPORAIS

sexta-feira, 14 de junho de 2019

Nº Laudo
5600/2019

Dados Da Vítima

| | | | | | | | |
|--------------------|--------------------------|----------------|-------------------------|-------------------|-----------------------|----------------|--|
| Nome da Vítima | ANTONIO GONZAGA DA SILVA | Nascimento | 07/11/1956 | Idade | 63 | Naturalidade | PORTO DA FOLHA |
| Estado Civil | DIVORCIADO | Sexo | MASCULINO | Cor | PARDA | Profissão | OPERADOR DE MANUTENÇÃO AO SE AGRICULTOR-NO CAMPO |
| Instrução | 2º Grau Completo | Nome da Mãe | ROSA ARAUJO DA SILVA | Nome do Pai | JOAO GONZAGA DA SILVA | | |
| Endereço | R.ESPIRITO SANTO Nº1619 | Bairro | NOVO PARAISO | Município | ARACAJU/SE | | |
| Nome da Autoridade | DANIELA R. LIMA BARRETO | Função | DANIELA R. LIMA BARRETO | Unidade | DEDT | | |
| 1º Perito Relator | DR. JACSON LEAL DA COSTA | Cremesal/Crose | 5541 | 2º Perito Relator | | Cremesal/Crose | AMDO-LAUDO Nº5600/2019 |

Local da Perícia
Sala do IML

Tipo

Causa

Historico/Descrição

Historico

Relata o periciado que foi vítima de acidente de trânsito (colisão carreta x ônibus), fato ocorrido no dia 04/08/2017 aproximadamente às 18h33 no município de Carmópolis-SE.

Descrição

Apresenta-se com relatório médico assinado por Dra. Selma T. da C.S. Montalvão CRM 1532, datada de entrada 04/08/2017, onde relata paciente vítima de acidente de trânsito deu entrada no HUSE apresentando ferimento corto contuso na região frontal e parietal direita, amputação parcial do hálux esquerdo e fratura fechada da perna direita. Observou-se tórax instável múltiplas fraturas de arcos costais sem evidência de hemo ou pneumotórax. Realizada avaliação da neurocirurgia que foi normal, regularização do coto de amputação e imobilização da perna direita. Foi transferido para o Hospital cirurgia.

Outro relatório do ato cirúrgico assinado por Dr. Hertz Tavares CRM 4394, datado do dia 16/08/2017, onde foi feito fixação externa em perna direita.

Outro relatório médico assinado por Dr. Hertz Tavares CRM 4394 datado do dia 21/05/2019, onde relata que paciente supracitado apresenta sequela permanente de fratura de tibia direita que o incapacita. CID S.822

Ao exame grande mancha esbranquiçada em região anterior de perna direita com presença de depressão anterior da mesma, com dor e edema; presença de coto amputado em hálux esquerdo, presença de depressão em perna esquerda, depressão em região lateral interna de perna esquerda associada a mancha esbranquiçada sugestiva de ferimento cicatrizado; ferimento cicatrizado em região



frontal esquerda de aproximadamente 7,0 cm de comprimento. Periciado deambulando com ajuda de muletas.

Comentário Médico/Conclusão/Questões/Respostas
Comentário Médico - Forense

Existe compatibilidade entre os achados e a ação contundente. As lesões não resultaram em perigo de vida, porém se fez necessário afastá-lo de suas ocupações habituais por período superior a 30 dias.

Conclusão

- 1) Houve ofensa à integridade física da vítima.
- 2) Lesões produzidas por ação contundente.
- 3) Exame realizado às 12h00 do dia 14/06/2019.

Questões/Respostas:

1º) Houve ofensa à integridade ou a saúde do paciente?

Sim.

2º) Qual o instrumento ou meio que produziu a ofensa?

Contundente.

3º) A ofensa foi produzida com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por meio insidioso ou cruel, ou que podia resultar perigo comum?

Não.

4º) Da ofensa resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta (30) dias?

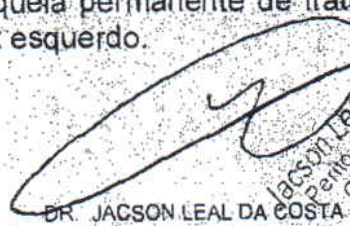
Sim.

5º) Da ofensa resultou perigo de vida?

Não.

6º) Da ofensa resultou incapacidade incurável perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permanente?

Sim, sequela permanente de fratura da tibia direita que o incapacita e amputação de hálux esquerdo.


DR. JACSON LEAL DA COSTA
Perito Médico Legal
CRM-SE 5541

5541

AMOO-LAUOO Nº5600/2019


Laércio Figueiredo de Souza
Agente de Polícia Judiciária

ESTE CONFERE COM O ORIGINAL

Em 01/06/2019

RESULTADOS DOS EXAMES

Protocolo: **RX 31107-00** Atendimento: **11/10/19 - LKC1**
Cliente: **ANTONIO GONZAGA DA SILVA**
Identidade: **333472 /SE** Nascimento: **07/11/1956, 62 anos**
Contato: **(79)99907-4403**
Convênio: **PARTICULAR**

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA ESCANOTOMOMETRIA

OS SEGUINTE ASPECTOS FORAM OBSERVADOS:

| LAUDO | DIREITO | ESQUERDO | ENCURTAMENTO |
|-------------|---------|----------|--------------|
| FEMORAL | 44,00 | 43,82 | 0,18 E |
| TIBIAL | 32,60 | 35,15 | 2,55 D |
| FEMO-TIBIAL | 76,60 | 78,97 | 2,37 D |

Remodelamento ósseo com pseudoartrose no terço médio da tíbia.

Pseudoartrose com fratura desalinhada no terço médio da fíbula.

Remodelamento ósseo no terço distal da tíbia e fíbula.

Infradesnivelamento do quadril esquerdo.


Dra. Patrícia Gomes Pinto
CRM 1975

Em caso de dúvidas os nossos profissionais estão à disposição para qualquer esclarecimento.





FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA

RECEITUÁRIO

Nome: Antônio Gonzaga de Silva

Relatório Médico

Relato que o paciente
nupositado apresenta
região permanente de
fratura de tíbia direita
que é incapacitante.

cro: 5822

Hertz

Dr. Hertz Tavares

Ortopedia e Traumatologia
CRM/SE 4394

Av. Desembargador Maynard, nº 174 – tel.: 2106-7312

CEP – 49055-210 – Aracaju – SE

21/5/19



FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA

RECEITUÁRIO

Nome: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

RELATÓRIO MÉDICO

Paciente vítima de fratura
de tíbia na 2.ª seq, evoluindo
com osteomielite e encurtamento
do membro inferior (A). Paciente
apresenta sinais de anemia por
perda com encurtamento tibial
de 2,55 cm

CID: J93

Guilherme Chaila Campos
Médico
CRM 5028

Av. Desembargador Maynard, nº 174 - tel.: 2106-7312

CEP - 49055-210 - Aracaju - SE

19/11/19

Relatório Fisioterapêutico

Relato para os devidos fins que o paciente Antônio Gonzaga da Silva realizou tratamento fisioterapêutico nesta clinica para melhora do seu quadro clinico atual.

Segundo informações colhidas do paciente o mesmo sofreu um acidente automobilístico, onde ele estava como passageiro em um transporte intermunicipal. Em decorrência deste acidente o mesmo foi encaminhado ao HUSE onde ficou internado por 8 dias e posteriormente ao Hospital de Cirurgia.

Como consequência do acidente o paciente teve fratura da tíbia perna direita e amputação do hálux pé esquerdo.

Durante o exame físico o paciente sentiu dores a palpação em toda extensão da perna direita e dormência na região de dedos. Diminuição da ADM na articulação do tornozelo.

Paciente faz uso de bota imobilizadora do tipo Robofoot.

Apresenta Diagnóstico Fisioterapêutico de "Limitação Parcial Para Marcha AVD'S".

O tratamento fisioterapêutico teve como objetivo principal diminuir e/ou abolir quadro algico e melhorar a sua funcionalidade.

Durante as sessões de fisioterapia foram realizados exercícios cinesioterapêuticos bem como a utilização de recursos eletroterapêuticos.

Conclui-se que o paciente necessita de tratamento fisioterapêutico por tempo indeterminado para melhorar a qualidade de vida do mesmo.

CID: S82.2 / S98.1

Coloco-me a disposição para maiores esclarecimentos.


Dr. Italo Maria
Fisioterapeuta
CREFFITO: 203835-F

Aracaju 11 De Junho 2019

FISIOTERAPEUTA

Rio de Janeiro, 17 de Julho de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190422034

Vítima: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Data do Acidente: 04/08/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 17 de Julho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190422034

Vítima: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Data do Acidente: 04/08/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ANTONIO GONZAGA DA SILVA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

Comprovante de residência não enviado(a), não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190422034

Vítima: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Data do Acidente: 04/08/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Senhor(a), ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Comunicamos que o prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido do Seguro DPVAT foi interrompido para apuração de dados e informações adicionais e sua contagem será reiniciada imediatamente após a conclusão das verificações para esclarecimentos dos fatos.

Por favor, aguarde contato e continue acompanhando o seu pedido de indenização através dos canais oficiais da Seguradora Líder-DPVAT.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190422034

Vítima: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Data do Acidente: 04/08/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

| | |
|------------------|--------------|
| Multa: | R\$ 0,00 |
| Juros: | R\$ 0,00 |
| Total creditado: | R\$ 3.037,50 |

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 = R\$ 2.362,50

Dano Pessoal: Dedos do pé-Perda anatômica completa de qualquer um dos dedos do pé 10%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 10%) 5,00%

Valor a indenizar: 5,00% x 13.500,00 = R\$ 675,00

Recebedor: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Valor: R\$ 3.037,50

Banco: 004

Agência: 000000005

Conta: 0000043486-3

Tipo: CONTA CORRENTE

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, 17 de Julho de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190421964

Vítima: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Data do Acidente: 04/08/2017

Cobertura: DAMS

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Informamos que o seu pedido de reembolso de DAMS foi cadastrado.

Para cobertura de Despesas Médicas e Suplementares (DAMS) o valor do reembolso é de até R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais). Todas as despesas precisam ser comprovadas através de notas fiscais e recibos originais.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 17 de Julho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190421964

Vítima: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Data do Acidente: 04/08/2017

Cobertura: DAMS

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ANTONIO GONZAGA DA SILVA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

Comprovante de residência não enviado(a), não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

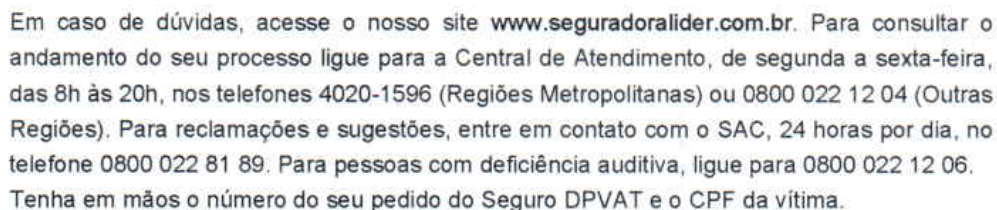
O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190421964

Vítima: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Data do Acidente: 04/08/2017

Cobertura: DAMS

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Recebedor: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Valor: R\$ 2.700,00

Banco: 004

Agência: 000000005

Conta: 0000043486-3

Tipo: CONTA CORRENTE

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS MENEZES"



CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 333.472 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 14/11/2016

NOME
ANTONIO GONZAGA DA SILVA

FILIAÇÃO
JOAO GONZAGA DA SILVA
ROSA ARAUJO DA SILVA


NATURALIDADE
PORTO DA FOLHA-SE

DOC ORIGEM
CT. CASAM. NR 1186 LV B 07 FL 33

DATA DE NASCIMENTO
07/11/1956

OBS - DIVORCIADO

CART 3 OF DIST COM PROPRIA/SE
155.353.985-00


ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

DIRETÓRIO GERAL DE IDENTIFICAÇÃO



SEDE: Rua Campo do Brilho, 331, 13 de Julho, Aracaju-SE, 49029-586
CNPJ: 13.018.171/0001-00 - INSC. EST. 27.051.038-2

FATURA MENSAL *

Matrícula

027574.3

| | | | |
|--|-----------------|----------------------------|-----------------------|
| Nome do Cliente | | CPF: | |
| MARIA DAS GRACAS G FEITOSA | | ***.***.***-** | |
| Endereço | | | |
| RUA ESPIRITO SANTO, 1619, ARACAJU, 49082-170 | | | |
| Grupo/Sector/Posto/Leituras | Data da Leitura | Hidrometro | Classificação / Bônus |
| 015011/00337 | 03/07/2019 | A06S455330 | RES.: 1 |
| Leit. Anterior 1000 | | HISTORICO DE CONSUMO | |
| Leit. Atual 1002 | | REF. (m3) | |
| Consumo Faturado (m3) 10 | | 06/19 00002 | |
| Média de consumo (m3) 3 | | 05/19 00005 | |
| Ocorrência da Leitura | | 04/19 00004 | |
| Data da Leit. Anterior 04/06/19 | | 03/19 00004 | |
| Dias de Consumo 29 | | 02/19 00006 | |
| Média diária (m3) 0,1 | | 01/19 00002 | |
| Previsão para Próx. Leit. 02/08/19 | | PREVISÃO DE TRIBUTOS (R\$) | |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | COFINS: 5,16 PASEP: 1,12 | |

| | | | | | | |
|---|------------------------|-----|-------|-------|-------------------|------------------|
| Serviços | Valor | | | | | |
| AGUA | 37,74 | | | | | |
| ESGOTO | 30,19 | | | | | |
| Mês Referência | | | | | | |
| 07/2019 | VENCIMENTO: 12/07/2019 | | | | | |
| TOTAL A PAGAR R\$ 67,93 | | | | | | |
| O ATENDIMENTO PELA OUVIDORIA DA AGRESE SO OCORRERA APOS PROTOCOLO REGISTRADO NA DESO E SERVICO NAU EXECUTADO DENTRO DA DATA PREVISTA. | | | | | | |
| A falta de pagamento dessa fatura 30 (trinta) dias após seu vencimento implicará na interrupção do fornecimento de serviços - art 91. Decreto Lei nº 27.565/2010. | | | | | | |
| CANALIS DE ATENDIMENTO: 0800 079 0195 - SAC: 4020-0195 | | | | | | |
| AGÊNCIA VIRTUAL: www.deso-se.com.br/agenciavirtual | | | | | | |
| Qualidade da Água Distribuída (Decreto Federal nº 5.440/2005 - Art.5º Inciso I) | | | | | | |
| Parâmetro | Turbidez | Cor | Cloro | Fluor | Coliformes Totais | Escherichia Coli |
| Nº Mínimo de Amostras Exigidas | 244 | 68 | 244 | | 244 | |
| Nº de Amostras Analisadas | 502 | 502 | 502 | | 502 | 502 |
| Nº Mínimo de Amostras em Conformidade com Portaria 2.914/2011 | 375 | 370 | 491 | | 496 | 501 |

DECLARAÇÃO PARA FINS JUDICIAIS

DECLARO, sob as penas da lei, na forma da lei nº 7.115/83, que eu, ANTÔNIO GONZAGA DA SILVA, brasileiro, aposentado, divorciado, CPF 155.353.985-00, resido à Espírito Santo, n.º 1619, bairro Novo Paraíso, Aracaju/SE, CEP. 49.080-130

Aracaju/SE, 21 de novembro de 2019.

A handwritten signature in blue ink, reading "Antônio Gonzaga da Silva", written over a horizontal line.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

13/02/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

18/02/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC. Não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, intimando a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe, para nela comparecer. Cite-se e intime-se a parte ré para comparecer à aludida audiência, ficando ciente que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC). Havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I, do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no art.334, caput e § 3º, do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado. Remetam-se os autos à Central/Núcleo de Conciliação (CEJUSC) para as providências visando realização dos atos ordenados.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600228 - Número Único: 0007556-82.2020.8.25.0001

Autor: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Réu: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC. Não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, intimando a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe, para nela comparecer.

Cite-se e intime-se-a **parteré** para comparecer à aludida audiência, ficando ciente que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (**art. 334, §§ 5º e 6º, CPC**).

Havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (**art. 335, caput inciso I, do CPC**).

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (**art. 334, § 4º do CPC**), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (**art. 335 do CPC**).

Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §8º, do CPC**).

Ficam as partes advertidas de que **o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório** (**art. 334, §9º, do CPC**) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (**art. 334, §10, do CPC**).

Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no **art.334, capute § 3º, do CPC**, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

Remetam-se os autos à Central/Núcleo de Conciliação (CEJUSC) para as providências visando realização dos atos ordenados.

Aracaju/SE, 14 de fevereiro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito, em 18/02/2020, às 08:22:06**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000370761-46**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

19/02/2020

MOVIMENTO:

Remessa

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

19/02/2020

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

19/02/2020

MOVIMENTO:

Audiência

DESCRIÇÃO:

 Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 17/04/2020, às 07h:45min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: FGB - Pauta Conciliação/Mediação PROCESSUAL 01.

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

19/02/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Em conformidade com o artigo 334, § 3º, CPC, considera-se intimada a parte autora, para a audiência designada, através de seu patrono, via DJE.

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

19/02/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202040600930 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150]

 {Destinatário(a): DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS}

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de
Aracaju

Bairro - Cidade -
Cep - Telefone -

Normal(Justiça Gratuita)



202040600930

PROCESSO: 202040600228 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0007556-82.2020.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: ANTONIO GONZAGA DA SILVA
REQUERIDO: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

Finalidade: Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho: Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC. Não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, intimando a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe, para nela comparecer. Cite-se e intime-se a parte ré para comparecer à aludida audiência, ficando ciente que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC). Havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I, do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no art.334, caput e § 3º, do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado. Remetam-se os autos à Central/Núcleo de Conciliação (CEJUSC) para as providências visando realização dos atos ordenados.

Data e horário da audiência: 17/04/2020 às 07:45:00, **Local:** Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: FGB - Pauta Conciliação/Mediação PROCESSUAL 01.

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Qualificação da parte ré:

Nome: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

Residência: RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, 74

Bairro: CENTRO

CEP: 20010000
Cidade: RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

Ilmº (a) Sr(a)
Nome: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS
Residência: RUA SENADOR DANTAS , 5º ANDAR , 74
Bairro: CENTRO
CEP: 20010000
Cidade: RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **IVONETE DOS SANTOS DE ALMEIDA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju**, em 19/02/2020, às 10:20:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000389122-45**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

13/03/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 202040600930, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS}

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

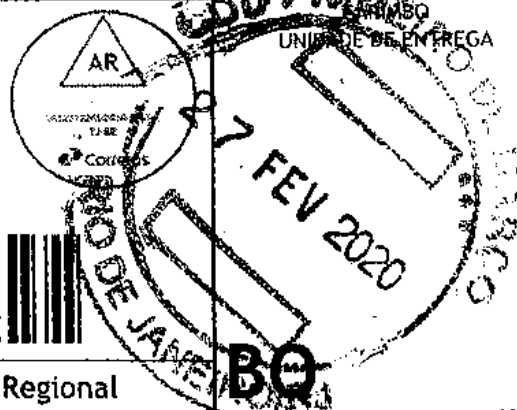
Não

DESTINATÁRIO

DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS
RUA SENADOR DANTAS nº 74, 5º ANDAR . CENTRO.

20010000 - RIO DE JANEIRO - RJ

AR862987501SG



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)

Referente ao processo de nro. 202040600228 e mandado nro. 202040600930

| TENTATIVAS DE ENTREGA | | MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO | | RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO |
|---------------------------|-------|--|-----------------|---|
| 1ª | _____ | 1 Mudou-se | 5 Recusado | Andre Feitosa Mat: 8.324.339-9 |
| 2ª | _____ | 2 Endereço insuficiente | 6 Não procurado | |
| 3ª | _____ | 3 Não existe o número | 7 Ausente | |
| | | 4 Desconhecido | 8 Falecido | |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR | | VERÔNICA FELIX CONSTANT RG: 10.602.335-9 Detran | | DATA DE ENTREGA |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR | | | | Nº DOC. DE IDENTIDADE |



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

18/03/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20200316114700753 às 11:47 em 16/03/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE ARACAJU/SE

Processo: 202040600228

SÚMULA 474 STJ: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez.”

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO GONZAGA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **04/08/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **08/05/2019**.

Cumpre esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 08/05/2019 após 2 ANOS da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 04/08/2017, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 24/09/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 3.037,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

BANCO: 004

AGÊNCIA: 00005

CONTA: 000000043486-3

Nr. da Autenticação A8247D7E94C3808F

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **04/08/2017**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos).**

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁴.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁵.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI Nº 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 3.037,50 (TRÊS MIL E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

⁶“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90. 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, inscrito sob o nº 2595/SE, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ARACAJU, 5 de março de 2020.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

TABELA DE GRADAÇÃO

| Danos Corporais Previstos na Lei | Total (100%) | Intensa (75%) | Média (50%) | Leve (25%) | Residual (10%) |
|--|---------------|---------------|--------------|--------------|----------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores | R\$ 13.500,00 | R\$ 10.125,00 | R\$ 6.750,00 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.350,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior | | | | | |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral | | | | | |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica | | | | | |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-pentoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | R\$ 9.450,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 4.725,00 | R\$ 2.362,50 | R\$ 945,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores | R\$ 6.750,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 675,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | | | | | |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | R\$ 3.375,00 | R\$ 2.531,25 | R\$ 1.687,50 | R\$ 843,75 | R\$ 337,50 |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | R\$ 1.350,00 | R\$ 1.012,50 | R\$ 675,00 | R\$ 337,50 | R\$ 135,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé | | | | | |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do bço | | | | | |

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito na 2592 - OAB/SE, com escritório na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANTONIO GONZAGA DA SILVA**, em curso perante a **CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA VADT** da comarca de **ARACAJU**, nos autos do Processo nº 00075568220208250001.

Rio de Janeiro, 5 de março de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 24/09/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 3.037,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

BANCO: 004

AGÊNCIA: 00005

CONTA: 000000043486-3

Nr. da Autenticação A8247D7E94C3808F

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190422034 **Cidade:** Aracaju **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: ANTONIO GONZAGA DA SILVA **Data do acidente:** 04/08/2017 **Seguradora:** AMERICAN LIFE
COMPANHIA DE SEGUROS

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 28/08/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA CORTO CONTUSO EM REGIÃO FRONTAL E PARIETAL DIREITA.
FRATURA DE ARCOS COSTAIS
FRATURA DE TÍBIA DIREITA. P7
FRATURA DE HÁLUX ESQUERDO. P6

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (HÁLUX: REGULARIZAÇÃO DO COTO; TÍBIA: FIXADOR EXTERNO). P2
ALTA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO E DÉFICIT ANATÔMICO DO HÁLUX
ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

**Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITO
E PERDA ANATÔMICA MODERADA DO HÁLUX ESQUERDO.

**Documentos
complementares:**

Observações: VÍTIMA JÁ INDENIZADA EM OUTRO SINISTRO Nº 2011431677 COM O PAGAMENTO DE 25% PARA
QUANTIFICAÇÃO DA SEQUELA EM GRAU LEVE PARA O MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

| DANOS CORPORAIS COMPROVADOS | Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74) | Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74) | % Apurado | Indenização pelo dano |
|--|---|---|-----------|--------------------------|
| Perda funcional completa de um dos membros inferiores | 70 % | Em grau leve - 25 % | 17,5% | R\$ 2.362,50 |
| Dedos do pé-Perda anatômica completa de qualquer um dos dedos do pé | 10 % | Em grau médio - 50 % | 5% | R\$ 675,00 |
| Total | | | 22,5 % | R\$ 3.037,50 |



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

26/03/2020

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC do dia 17/04/2020 às 07:45h cancelada. Motivo: As partes expressam desinteresse na sessão de conciliação

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

26/03/2020

MOVIMENTO:

Remessa

DESCRIÇÃO:

As partes expressam desinteresse na sessão de conciliação assim sendo, procedemos ao cancelamento da audiência designada, encaminhando os autos de retorno à Vara de Origem

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

26/03/2020

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

29/03/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

CONCLUSO</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000011}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

06/04/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Considerando a manifestação de ambas as partes pelo desinteresse na realização da audiência de conciliação, intime-se a parte autora para apresentar réplica à contestação em 15 (quinze) dias. Atente-se a secretária à suspensão dos prazos processuais determinada na portaria 313/2020 do CNJ. Após, certifique-se a volvam conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600228 - Número Único: 0007556-82.2020.8.25.0001

Autor: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Réu: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Considerando a manifestação de ambas as partes pelo desinteresse na realização da audiência de conciliação, intime-se a parte autora para apresentar réplica à contestação em 15 (quinze) dias.

Atente-se a secretária à suspensão dos prazos processuais determinada na portaria 313/2020 do CNJ.

Após, certifique-se a volvam conclusos.

Aracaju/SE, 06 de abril de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 06/04/2020, às 17:17:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000722660-01**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

07/04/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

AGUARDA SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS DETERMINADA PELO CNJ

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

16/05/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: GILMARIO OLIVEIRA NASCIMENTO JUNIOR - 3537}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU/SE.

REF. PROCESSO Nº 202040600228

ANTÔNIO GONZAGA DA SILVA, já qualificado nos autos do processo supra, contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, através dos advogados subfirmados, vem, mui respeitosamente, manifestar-se sobre a contestação, aduzindo e requerendo o que se segue:

Ab initio, ressalta a desnecessidade da realização de perícia médica, uma vez que já consta nos autos Laudo do IML, órgão responsável pela avaliação das lesões a fim de recebimento de seguro DPVAT, tratando o pleito de nova perícia de tentativa de protelar o feito.

DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

D. Julgador, a má-fé da ré é patente, uma vez que tenta invalidar **documento que a própria seguradora já acatou em sede administrativa**, uma vez que houve o pagamento parcial do valor.

Ora, **havendo o pagamento administrativo parcial a discussão se resume à correção do valor pago**, verificando-se se estava de acordo com o grau de lesão e com a tabela, ou se devida integral a indenização em caso de incapacidade, como o ora analisado.

Ademais, o requerente permaneceu por longo período acamado, não podendo se dirigir até a delegacia para o registro da ocorrência.

As comunicações enviadas pela própria empresa ré (fls. 30/37) demonstram inequivocamente que foram aceitos os documentos e concluído o processo, não havendo qualquer ressalva ao documento que ora se insurge, muito menos quanto à veracidade do acidente, sem razão a contestante.

E, frise-se que no processo administrativo foi juntado o original do Boletim de Acidente de Trânsito elaborado pela Polícia Rodoviária Federal, cuja cópia somente conseguiu o demandante agora, retirado de outro processo sobre o acidente.

Como já destacado, o documento em análise é hígido, e já foi acatado pela demandada em sede administrativa, tendo pago o valor parcial devido, chamando atenção ainda para o fato de que a ré optou por não juntar o processo administrativo, a fim de tentar esconder a verdade.

DA ALEGADA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML – LAUDO ACOSTADO ÀS FLS. 23/25 DOS AUTOS MATERIALIZADOS

Quanto à alegação de inexistência de Laudo do IML resta completamente equivocada a seguradora em sua contestação, uma vez que **referido documento se encontra acostado às fls. 23/25** dos autos materializados, além de logicamente ter sido encaminhado para a ré em sede administrativa, onde houve o pagamento parcial da indenização.

Inclusive há menção ao Laudo do IML na petição inicial, **destacando que o laudo n.º 5600/2019 produzido junto ao IML não deixa dúvida quanto à invalidez do autor em decorrência do acidente**, asseverando o perito médico legal, na reposta do **quesito n.º 6**, que:

***“Sim, sequela permanente de fratura da tíbia direita que o incapacita e amputação de hálux esquerdo.”** Grifo nosso*

DO PAGAMENTO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

A seguradora tenta fazer crer que os pagamentos por ela feitos seriam indiscutíveis, e não estariam sujeitos à apreciação pelo Poder Judiciário. Referida

tese é completamente descabida, ante o princípio da inafastabilidade da jurisdição, insculpido no art. 5º, XXXV da CF.

Ora, Excelência, se nem a Lei pode excluir a apreciação pelo poder Judiciário, não há dúvida que que ato ou vontade da demandada é completamente inócuo para afastar o direito de ação do autor.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Novamente tergiversa a seguradora requerida em sua contestação, aduzindo a validade de dispositivos legais que preveem a indenização proporcional, de acordo com o grau da lesão ou invalidez.

No presente caso, **o laudo n.º 5600/2019 elaborado pelo perito do IML, acostado às fls. 23/25, não deixa margem para dúvida quanto à invalidez do autor em decorrência do acidente**, asseverando o perito médico legal, na reposta do **quesito n.º 6**, que:

“Sim, sequela permanente de fratura da tíbia direita que o incapacita e amputação de hálux esquerdo.” Grifo nosso

Referida conclusão é ratificada por outros profissionais médicos, conforme relatórios e exames médicos já colecionados aos autos, em especial o “Relatório Médico” de 21/05/2019, elaborado pelo Dr. Hertz Tavares, ortopedista e traumatologista, CRM/SE 4394:

“Relato que o paciente supracitado apresenta sequela permanente de fratura de tíbia direita que o incapacita.

CID: 5822”

Ainda, conforme documentação mencionada, o demandante necessita de **fisioterapia por tempo indeterminado**, ante a gravidade de sua situação, **tendo a sua tíbia encurtado em 2,55 cm!** Ora, a incapacidade é gritante, em especial havendo grande encurtamento do membro, somado à sua severa limitação funcional.

Portanto, faz jus o autor ao recebimento da diferença entre o valor a menor pago administrativamente (R\$ 3.037,50) e o valor efetivamente devido (R\$ 13.500,00), ante sua invalidez permanente, representado, o saldo ainda restante, a importância de R\$ 10.462,50 (dez mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

DO ÔNUS DE PROVA

Alega ainda que o ônus de prova deve ser do autor e que à presente lide não deve ser aplicado o código de defesa do consumidor, contudo, a jurisprudência entende que tanto pode ser usado o CDC nas ações de cobrança do DPVAT, como também existe a possibilidade da Inversão do Ônus de prova, se não, vejamos:

*“Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.** POSSIBILIDADE. RELAÇÃO DE CONSUMO CONFIGURADA. HIPOSSUFICIÊNCIA DO AGRAVADO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. EXEGESE DOS ARTS. 1º E 6º, VIII, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. Aplicam-se as diretrizes do Código de Defesa do Consumidor às **ações de cobrança de seguro DPVAT**, cabendo a **inversão do ônus da prova**, inclusive de ofício, quando estiver verificada a hipossuficiência do favorecido. TJ-SC-Agravo de Instrumento. AG20120173843SC2012.017384-3 (Acórdão) (TJ-SC) **Data de publicação: 12/09/2012**”*

*“Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.** POSSIBILIDADE. APLICABILIDADE DO CDC. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO IML PARA ATESTAR A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. ART. 5º, § 5º DA LEI 6.194 /74. IMPOSSIBILIDADE. VIA ADMINISTRATIVA. PERÍCIA JUDICIAL. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E CELERIDADE PROCESSUAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O **seguro DPVAT** está então inserido em contrato tipicamente de*

*consumo, sujeito às normas expressas pelo CDC , que admite, como forma de facilitação da defesa dos direitos do consumidor, a **inversão do ônus da prova**, desde que presentes os requisitos da verossimilhança das alegações do consumidor e a comprovação de sua hipossuficiência.*

*2. O laudo do Instituto Médico Legal é colocado à disposição da vítima para que esta possa pleitear a indenização pela via administrativa de modo que a realização da perícia judicial não afronta o contido no artigo 5º, § 5º da Lei 6.194 /74, até porque tal **prova** será produzida sobre o crivo da ampla defesa e do contraditório. TJ-PR - Agravo de Instrumento AI 7323020 PR 0732302-0 (TJ-PR) Data de publicação: 12/05/2011”*

Ademais, mister ressaltar que todos os documentos necessários para o recebimento do seguro DPVAT se encontram acostados autos, inclusive houve o pagamento parcial administrativo. Destarte, vê-se que a ré opta por tergiversar em sua peça, usando argumentos vazios na tentativa de induzir este Juízo a erro, desviando a atenção sobre a real razão justificadora do pleito autoral.

Não pode a requerida usar de critério próprio para afastar a aplicação do disposto no Código de Defesa do Consumidor. O CDC é, indubitavelmente, aplicável ao presente caso, e portanto, cabível também a inversão do ônus da prova, em caso da necessidade de mais documentos, por ser o autor, parte hipossuficiente da relação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Os honorários advocatícios são balizados pelo Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 85, que especificamente em seu § 2º assim dispõe:

“Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

(...)

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:” – grifo nosso

Deste modo, a lei brasileira define os critérios de valoração do quantum dos honorários advocatícios em termos de percentual sobre o valor da condenação. Diante da regra da legislação processual brasileira, esse percentual varia de 10% a 20%, cabendo sua fixação ao julgador, e não à parte *ex-adversa*.

CONCLUSÃO

Em sendo assim, devem ser rechaçadas as frágeis teses levantadas, reiterando o autor todo o teor da inicial, **requerendo seja julgada totalmente procedente a ação**, por medida de inteira Justiça.

Por fim, requer o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I do CPC, considerando que todos os documentos e informações necessários para o julgamento do feito se encontram acostados autos, inclusive documentação suplementar requerida em contestação pela demandada (juntado pelo autor em respeito ao princípio da cooperação – art. 6º CPC), ressaltando que já houve o pagamento parcial na esfera administrativa, e que há laudo pericial do IML concluindo pela incapacidade.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, 16 de maio de 2020.

Gilmar O. Nascimento Júnior
OAB/SE n.º 3.537



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO





PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

INFORMAÇÕES GERAIS

| | | |
|-------------------------|------|------------------|
| POLICIAL/MATRÍCULA: | | DATA/HORA: |
| SILVEIRA FREIRE/1073127 | | 04/08/2017 18:20 |
| Na Rodovia | | |
| MUNICÍPIO/UF: | | |
| CARMOPOLIS/SE | | |
| BR: | KM: | SENTIDO: |
| 101 | 52.4 | Crescente |
| DESCRIPTIVO DO LOCAL: | | |

ASPECTOS DO LOCAL E DO ATENDIMENTO

| | | |
|---|----------------------------|--|
| FASE DO DIA: | CONDIÇÃO METEOROLÓGICA: | |
| Plena Noite | Nublado | |
| TIPO DE VIA: | TIPO DE PISTA: | CONDIÇÃO DE PISTA: |
| Principal | Simples | Seca |
| TIPO DE PAVIMENTO: | ESTRUTURA VIÁRIA: | |
| Asfalto | Declive Curva | |
| LOCALIDADE URBANIZADA: | EXISTÊNCIA DE ACOSTAMENTO: | EXISTÊNCIA DE CANTEIRO CENTRAL: |
| Não | Sim | Não |
| IMAGEM PANORÂMICA - SENTIDO CRESCENTE | | IMAGEM PANORÂMICA - SENTIDO DECRESCENTE |
|  | |  |

| |
|---|
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ACIDENTE: |
|---|



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

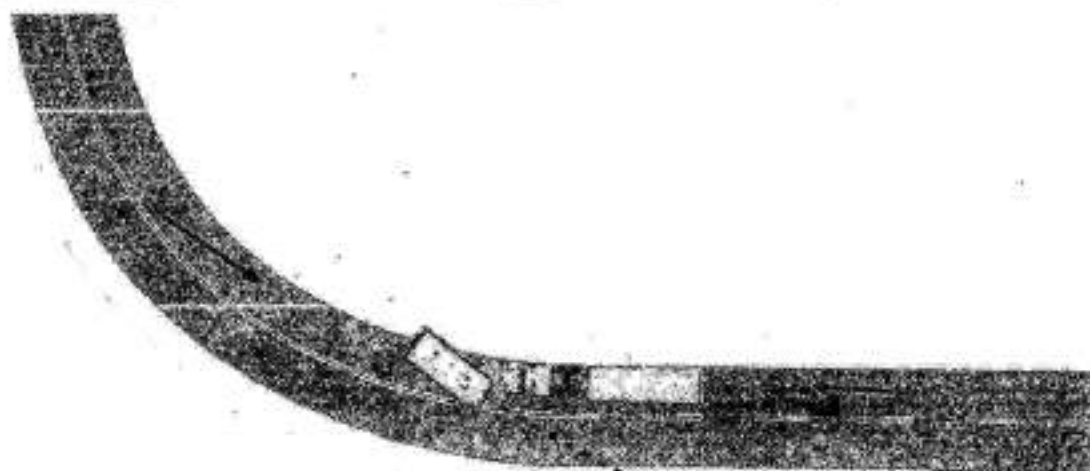
STATUS:
Encerrado

DINÂMICA

Eventos Sucessivos

| Ordem | Tipo de Evento | Veículos Envolvidos |
|-------|---------------------|---------------------|
| 1 | Colisão transversal | V2 |

Croqui



← ROSÁRIO DO CATETE/SE

JARARU/BA/SE →

Amarração - Não realizada

Narrativa

Conforme averiguações realizadas e vestígios encontrados no local, V2, o Marcopolo/VOLARE de placa IAN-8040, ao transitar pela contramão de direção colidiu sua lateral dianteira esquerda com a dianteira esquerda de V1 o IVECO/STRALISHD de placa JRL-9773 que trafegava em sentido contrário seguindo o fluxo. Após a colisão o V2 desgovernou-se e veio a tombar no acostamento do sentido decrescente da via. Observações: No local do evento foram coletados pelo PRF Itamar, os seguintes nomes de prováveis vítimas, todas com lesões leves.: -Jamilson dos Santos Alves -José Hélio Gomes -José Antônio Costa de Oliveira -Valdick dos Santos -Jackson Alves Silva -José Ednaldo Bispo dos Santos -Maria Bernadete Batista Neto -José Luiz Martins -Sueli Matos Dos Santos Não foi possível a identificação das mesmas devido a não informação de numero de CPF, motivo pelo o qual não foram incluídas no campo destinado a vítimas neste BAT.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

VEÍCULOS

| | | | |
|------------------------------|-------------------------|--|-------------------------|
| SEQUENCIAL: V1 | PLACA: JRL9773 | MARCA/MODELO: IVECO/STRALISHD 570S38TN | ANO FABRICAÇÃO: 2008 |
| SITUAÇÃO: Tracionador | | TIPO DE VEÍCULO: Caminhão-trator | |
| CHASSI: 93ZS2MRH088802343 | RENAVAM: 00968861989 | PAÍS: BRASIL | |
| ESPÉCIE: Tração | CATEGORIA: Aluguel | MANOBRA NO MOMENTO DO ACIDENTE: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento | |

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:
O Equipamento de cronotacógrafo do veículo foi removido posteriormente e os discos foram retirados pela perícia PRF. Foi constatado no ato da inspeção que os lacres de segurança do equipamento encontravam-se danificados.

| | |
|--|---------------------------------|
| NOME DO PROPRIETÁRIO: EMPRESA TRANSP E LOGISTICA PARANA | CPF/CNPJ: 16.066.888/0001-03 |
|--|---------------------------------|

Dados de Endereço

| | |
|------------------------------|---------|
| LOGRADOURO: | NUMERO: |
| COMPLEMENTO: | BAIRRO: |
| MUNICÍPIO/UF: CAMACARI/BA | |
| TELEFONE: | EMAIL: |

Dados da Carga

DESCRIÇÃO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Cronotacógrafo


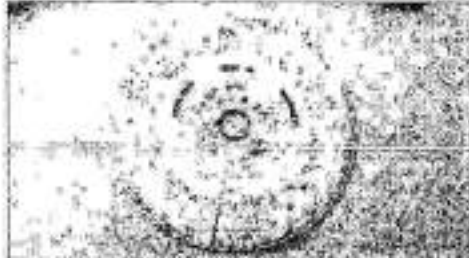
| | | |
|---|--------------------------------|--------------------------------------|
| OBRIGATÓRIO PARA ESSE VEÍCULO: Sim | PRESEÇA DO EQUIPAMENTO: Sim | ATENDE À LEGISLAÇÃO: Sim |
| TEMPOS DE PARADA ATENDEM A LEGISLAÇÃO: Sim | | DISCO DIAGRAMA FOI RECOLHIDO: Sim |

Encaminhamento

| | |
|-------------------|----------------------------------|
| MOTIVO: Outros | TIPO DE RECEPTOR: Unidade PRF |
|-------------------|----------------------------------|

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Veículo a disposição da perícia técnica

| | |
|---|--|
| IMAGEM COMPLEMENTAR:  | IMAGEM CRONOTACÓGRAFO:  |
|---|--|



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

VEÍCULOS

| | | | |
|-------------------------------------|--------------------------------|---|--------------------------------|
| SEQUENCIAL: V1 | PLACA: OKS6892 | MARCA/MODELO: SR/TANESFIL TQ3E | ANO FABRICAÇÃO: 2012 |
| SITUAÇÃO: Rebocado | | TIPO DE VEÍCULO: Semi-reboque | |
| CHASSI: 967TA313CDM000100 | RENAVAM: 00496068121 | PAÍS: BRASIL | |
| ESPECIE: Carga | CATEGORIA: Aluguel | MANOBRA NO MOMENTO DO ACIDENTE: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento | |

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

| | |
|---|--|
| NOME DO PROPRIETÁRIO: EMPRESA TRANSP E LOGISTICA PARANA | CPF/CNPJ: 16.066.888/0001-03 |
|---|--|

Dados de Endereço

| | |
|-------------------------------------|--------------------|
| LOGRADOURO: CAMACARI/BA | NÚMERO: |
| COMPLEMENTO: | BAIRRO: |
| MUNICÍPIO/UF: CAMACARI/BA | |
| TELEFONE: | EMAIL: |

Dados da Carga

DESCRIÇÃO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Vazio

Transporte de Produto Perigoso

| | |
|--|---|
| HOVE LIBERAÇÃO/AZAMENTO DE PRODUTO PERIGOSO: Não | CHOVEU DURANTE O ATENDIMENTO: Não |
|--|---|

| | |
|------------------------------|-------------------------------|
| CIV RECOLHIDO: Não | CIPP RECOLHIDO: Não |
|------------------------------|-------------------------------|

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Encaminhamento

| | |
|--------------------------|---|
| MOTIVO: Outros | TIPO DE RECEPTOR: Unidade PRF |
|--------------------------|---|

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Veículo envolvido em acidente com vítimas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

IMAGEM PRODUTO PERIGOSO





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

VEÍCULOS

| | | | |
|------------------------------|-------------------------|---|-------------------------|
| SEQUENCIAL: V2 | PLACA: IAN8040 | MARCA/MODELO: MARCOPOLLO/VOLARE W8 ON | ANO FABRICAÇÃO: 2008 |
| SITUAÇÃO: Tracionador | | TIPO DE VEÍCULO: Ônibus | |
| CHASSI: 93PB12E3P8C023709 | RENAVAM: 00951977644 | PAÍS: BRASIL | |
| ESPECIE: Passageiro | CATEGORIA: Aluguel | MANOBRA NO MOMENTO DO ACIDENTE: Transitando na contramão de direção (exceto ultrapassagem) | |

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Equipamento de cronotacógrafo do veículo foi furtado por populares

| | |
|--|-----------------------------|
| NOME DO PROPRIETÁRIO: ADEILSON DOS SANTOS SANTANA | CPC/CNPJ: 825.700.515-00 |
|--|-----------------------------|

Dados de Endereço

| | |
|----------------------------------|----------------|
| LOGRADOURO: Rua Manoel Dantas | NÚMERO: 136 |
| COMPLEMENTO: CEP 49085210 | BAIRRO: |
| MUNICÍPIO/UF: ARACAJU/SE | |
| TELEFONE: | EMAIL: |

Dados da Carga

DESCRIÇÃO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Encaminhamento

| | |
|-------------------|----------------------------------|
| MOTIVO: Outros | TIPO DE RECEPTOR: Unidade PRF |
|-------------------|----------------------------------|

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Veículo encaminhado a UOP de Malhada dos Bois. Veículo envolvido em acidente com vítima



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

PESSOAS

| | | |
|---|--|-----------------------------------|
| SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V1 / JRL9773 / IVECO/STRALISHD 570S38TN | | ENVOLVIMENTO: Condutor |
| NOME: JUCELI DE BRITO PEDREIRA | CPF: 341.897.695-88 | DATA DE NASCIMENTO: 01/12/1964 |
| Nº DE IDENTIFICAÇÃO: | ÓRGÃO EXPEDIDOR: | SEXO: Masculino |
| ESTADO CIVIL: | NOME DA MÃE: EMILIA DE BRITO PEDREIRA | |

Dados de Endereço

| | |
|---|----------------------|
| LOGRADOURO: AV ENG EMILIANO MACIEIRA | NÚMERO: SN |
| COMPLEMENTO: LOJA 10 BR135 | BARRIO: PEDRINHAS |
| MUNICÍPIO: SAO LUIS/MA | |
| TELEFONE: | EMAIL: |

Dados da Habilitação

| | | |
|---|--------------------------------|-----------------|
| HABILITAÇÃO: Habilitação Nacional | PAÍS DA HABILITAÇÃO: | CATEGORIA: E |
| MOTORISTA PROFISSIONAL: Não | Nº DO REGISTRO: 01788529573 | UF: MA |
| DATA DA PRIMEIRA HABILITAÇÃO: 23/05/1984 | VALIDADE DA CNH: 11/01/2020 | |
| OBSERVAÇÕES DA CNH: 11A 15 | | |

Circunstâncias

| | | |
|---|---|---------------------------------------|
| ESTADO FÍSICO: Ileso | USAVA CINTO DE SEGURANÇA: Ignorado | |
| USAVA CAPACETE: NÃO APLICÁVEL | USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL | |
| TESTE DO ETILÔMETRO FOI POSSÍVEL: Não | RESULTADO DO TESTE: | RECUSOU-SE A REALIZAR O TESTE: Não |
| DESCRIÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DO TESTE: Condutor evadiu-se do local do acidente | | |
| VISÍVEIS SINAIS DE EMBRIAGUEZ: Não | SINAIS DE USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: Não | |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA: | | |



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

PESSOAS

| | | |
|---|--|-----------------------------------|
| SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V2 / IAN8040 / MARCOPOLO/VOLARE W8 ON | | ENVOLVIMENTO: Condutor |
| NOME: LENIVALDO LEANDRO DOS SANTOS | CPF: 661.488.125-68 | DATA DE NASCIMENTO: 04/03/1973 |
| Nº DE IDENTIFICAÇÃO | ÓRGÃO EXPEDIDOR: | SEXO: Masculino |
| ESTADO CIVIL: | NOME DA MÃE: CARMOZITA CANDIDO DOS SANTOS | |

Dados de Endereço

| | |
|------------------------------------|-------------------|
| LOGRADOURO: RUA FRANKLIN FREIRE | NÚMERO: 362 |
| COMPLEMENTO: CASA | BAIRRO: CENTRO |
| MUNICÍPIO/UF: PROPRIA/SE | |
| TELEFONE: | EMAIL: |

Dados da Habilitação

| | | |
|---|--------------------------------|-----------------|
| HABILITAÇÃO: Habilitação Nacional | PAÍS DA HABILITAÇÃO: | CATEGORIA: D |
| MOTORISTA PROFISSIONAL: Não | Nº DO REGISTRO: 00470943584 | UF: SE |
| DATA DA PRIMEIRA HABILITAÇÃO: 25/11/1998 | VALIDADE DA CNH: 24/07/2018 | |
| OBSERVAÇÕES DA CNH: 1315 | | |

Circunstâncias

| | | |
|---|---|---------------------------------------|
| ESTADO FÍSICO: Ileso | USAVA CINTO DE SEGURANÇA: Ignorado | |
| USAVA CAPACETE: NÃO APLICÁVEL | USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL | |
| TESTE DO ETILOMETRO FOI POSSÍVEL: Sim | RESULTADO DO TESTE: 0.0 mg/L | RECUSOU-SE A REALIZAR O TESTE: Não |
| DESCRIÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DO TESTE: | | |
| VISÍVEIS SINAIS DE EMBRIAGUEZ: Não | SINAIS DE USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOTÍPICAS: Não | |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA: Teste de Etilometro numero:02367 | | |



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

PESSOAS

| | | |
|---|---|--|
| SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V2 / IAN8040 / MARCOPOLLO/VOLARE W8 ON | | ENVOLVIMENTO: Passageiro |
| NOME: ELIANO ALVES DA SILVA | CPF: 574.142.545-34 | DATA DE NASCIMENTO: 02/09/1975 |
| Nº DE IDENTIFICAÇÃO: | ÓRGÃO EXPEDIDOR: | SEXO: Masculino |
| ESTADO CIVIL: | NOME DA MÃE: MARIA DO CARMO SILVA | |

Dados de Endereço

| | |
|---|------------------------------|
| LOGRADOURO: AV S JOAO BATISTA | NUMERO: 718 |
| COMPLEMENTO: ED TIRADENTES | BAIRRO: PONTO NOVO |
| MUNICÍPIO: ARACAJU/SE | |
| TELEFONE: 007903224400 | EMAIL: |

Circunstâncias

| | |
|---|--|
| ESTADO FÍSICO: Lesões Leves | USAVA CINTO DE SEGURANÇA: Ignorado |
| USAVA CAPACETE: NÃO APLICÁVEL | USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL |

Encaminhamento

| | |
|---|----------------------------------|
| MOTIVO: Socorro médico | TIPO DE RECEPTOR: SAMU |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ENCAMINHAMENTO: Socorrido pelo SAMU (Ofício 275/2017) | |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA: Vítima apresentou corte frontal e tontura | |



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

PESSOAS

| | | |
|---|------------------|-----------------------------|
| SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V2 / IAN8040 / MARCOPOLO/VOLARE W8 ON | | ENVOLVIMENTO: Passageiro |
| NOME: NÃO IDENTIFICADO | CPE: | DATA DE NASCIMENTO: |
| Nº DE IDENTIFICAÇÃO: | ÓRGÃO EXPEDIDOR: | SEXO: |
| ESTADO GML: | NOME DA MÃE: | |

Dados de Endereço

| | |
|---------------|---------|
| LOGRADOURO: | NUMERO: |
| COMPLEMENTO: | BAIRRO: |
| MUNICÍPIO/UF: | |
| TELEFONE: | EMAIL: |

Circunstâncias

| | |
|----------------------------------|---|
| ESTADO FÍSICO: Lesões Graves | USAVA CINTO DE SEGURANÇA: Ignorado |
| USAVA CAPACETE: NÃO APLICÁVEL | USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL |

Encaminhamento

| | |
|---------------------------|---------------------------|
| MOTIVO: Socorro médico | TIPO DE RECEPTOR: SAMU |
|---------------------------|---------------------------|

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ENCAMINHAMENTO:

Vítima classificada pelo SAMU como AMARELA, apresentando fratura de fêmur.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA:

A Vítima foi posteriormente identificada como sendo ÉRICA LIMA CORREIA

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL****BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO****PROTOCOLO:**
17061885B01**STATUS:**
Encerrado**PESSOAS**

| | | |
|--|------------------|------------------------------------|
| SEQUENCIAL / PLACA/MARCA/MODELO V2 / IAN8040 / MARCOPOLLO/VOLARE W8 ON | | ENVOLVIMENTO: Passageiro |
| NOME: NÃO IDENTIFICADO | CPF: | DATA DE NASCIMENTO: |
| Nº DE IDENTIFICAÇÃO: | ÓRGÃO EXPEDIDOR: | SEXO: |
| ESTADO CIVIL: | NOME DA MÃE: | |

Dados de Endereço

| | |
|---------------|---------|
| LOGRADOURO: | NÚMERO: |
| COMPLEMENTO: | BAIRRO: |
| MUNICÍPIO/UF: | |
| TELEFONE: | EMAIL: |

Circunstâncias

| | |
|---|--|
| ESTADO FÍSICO: Lesões Graves | USAVA CINTO DE SEGURANÇA: Ignorado |
| USAVA CAPACETE: NÃO APLICÁVEL | USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL |

Encaminhamento

| | |
|---|----------------------------------|
| MOTIVO: Socorro médico | TIPO DE RECEPTOR: SAMU |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ENCAMINHAMENTO: Vítima classificada como AMARELA pelo SAMU, apresentando fratura exposta de tíbia | |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA: Foi identificada posteriormente pelo SAMU como sendo CRISTIANE SANTOS SILVA | |

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF SILVEIRA FREIRE, MATRÍCULA 1073127

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 31/08/2017 18:03

NÚMERO DE CONTROLE: 39F99F1A8E177C0882F13448501324

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

Página 11 de 23



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

PESSOAS

| | | |
|--|------------------|-----------------------------|
| SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V2 / IAN8040 / MARCOPOLLO/VOLARE W8 ON | | ENVOLVIMENTO: Passageiro |
| NOME: NÃO IDENTIFICADO | CPF: | DATA DE NASCIMENTO: |
| Nº DE IDENTIFICAÇÃO: | ÓRGÃO EXPEDIDOR: | SEXO: |
| ESTADO CIVIL: | NOME DA MÃE: | |

Dados de Endereço

| | |
|---------------|---------|
| LOGRADOURO: | NÚMERO: |
| COMPLEMENTO: | BAIRRO: |
| MUNICÍPIO/UF: | |
| TELEFONE: | EMAIL: |

Circunstâncias

| | |
|----------------------------------|---|
| ESTADO FÍSICO: Lesões Graves | USAVA CINTO DE SEGURANÇA: Ignorado |
| USAVA CAPACETE: NÃO APLICÁVEL | USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL |

Encaminhamento

| | |
|---|---------------------------|
| MOTIVO: Socorro médico | TIPO DE RECEPTOR: SAMU |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ENCAMINHAMENTO: Vítima classificada pelo SAMU como amarela, apresentando esgarçamento em membro inferior direito | |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA: Posteriormente o SAMU identificou a vítima como sendo JOSE NILTON LIMA PEREIRA | |

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF SILVEIRA FREIRE, MATRÍCULA 1073127

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 31/08/2017 16:03

NÚMERO DE CONTROLE: -38F99F1A8E177CC682F13448501324

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

Página 12 de 23



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

PESSOAS

| | | |
|--|------------------|-----------------------------|
| SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V2 / IAN8040 / MARCOPOLLO/VOLARE W8 ON | | ENVOLVIMENTO: Passageiro |
| NOME: NÃO IDENTIFICADO | CPF: | DATA DE NASCIMENTO: |
| Nº DE IDENTIFICAÇÃO: | ÓRGÃO EXPEDIDOR: | SEXO: |
| ESTADO CIVIL: | NOME DA MÃE: | |

Dados de Endereço

| | |
|---------------|---------|
| LOGRADOURO: | NÚMERO: |
| COMPLEMENTO: | BAIRRO: |
| MUNICÍPIO/UF: | |
| TELEFONE: | EMAIL: |

Circunstâncias

| | |
|----------------------------------|---|
| ESTADO FÍSICO: Lesões Leves | USAVA CINTO DE SEGURANÇA: Ignorado |
| USAVA CAPACETE: NÃO APLICÁVEL | USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL |

Encaminhamento

| | |
|---------------------------|---------------------------------|
| MOTIVO: Socorro médico | TIPO DE RECEPTOR: Seguradora |
|---------------------------|---------------------------------|

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ENCAMINHAMENTO:

Vítima Classificada como verde, apresentando dor torácica

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA:

A vítima posteriormente foi identificada pelo SAMU como sendo MARIA DE FÁTIMA BARBOSA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

PESSOAS

| | | |
|---|------------------|-----------------------------|
| SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V2 / IAN8040 / MARCOPOLO/VOLARE W8 ON | | ENVOLVIMENTO: Passageiro |
| NOME: NÃO IDENTIFICADO | CPF: | DATA DE NASCIMENTO: |
| Nº DE IDENTIFICAÇÃO: | ÓRGÃO EXPEDIDOR: | SEXO: |
| ESTADO CIVIL: | NOME DA MÃE: | |

Dados de Endereço

| | |
|---------------|---------|
| LOGRADOURO: | NÚMERO: |
| COMPLEMENTO: | BAIRRO: |
| MUNICÍPIO/UF: | |
| TELEFONE: | EMAIL: |

Circunstâncias

| | |
|----------------------------------|---|
| ESTADO FÍSICO: Lesões Graves | USAVA CINTO DE SEGURANÇA: Ignorado |
| USAVA CAPACETE: NÃO APLICÁVEL | USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL |

Encaminhamento

| | |
|--|---------------------------|
| MOTIVO: Socorro médico | TIPO DE RECEPTOR: SAMU |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ENCAMINHAMENTO: Vítima classificada como vermelha, apresentando fraturas em membros inferiores | |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA: A vítima posteriormente foi identificada via SAMU como sendo ANTONIO GONZAGA DA SILVA | |



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

PESSOAS

| | | |
|--|------------------|-----------------------------|
| SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V2 / IAN8040 / MARCOPOLLO/VOLARE W8 ON | | ENVOLVIMENTO: Passageiro |
| NOME: NÃO IDENTIFICADO | CPF: | DATA DE NASCIMENTO: |
| Nº DE IDENTIFICAÇÃO: | ÓRGÃO EXPEDIDOR: | SEXO: |
| ESTADO CIVIL: | NOME DA MÃE: | |

Dados de Endereço

| | |
|--------------|---------|
| LOGRADOURO: | NUMERO: |
| COMPLEMENTO: | BAIRRO: |
| MUNICÍPIOUF: | |
| TELEFONE: | EMAIL: |

Circunstâncias

| | |
|----------------------------------|---|
| ESTADO FÍSICO: Lesões Leves | USAVA CINTO DE SEGURANÇA: Ignorado |
| USAVA CAPACETE: NÃO APLICÁVEL | USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL |

Encaminhamento

| | |
|---------------------------|---------------------------|
| MOTIVO: Socorro médico | TIPO DE RECEPTOR: SAMU |
|---------------------------|---------------------------|

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ENCAMINHAMENTO:

Vítima classificada pelo SAMU como VERDE

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA:

Posteriormente a vítima foi identificada como sendo MARIA CLEIDE SANTOS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

PESSOAS

| | | |
|---|---|-----------------------------------|
| SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V2 / IAN8040 / MARCOPOLLO/VOLARE W8 ON | | ENVOLVIMENTO: Passageiro |
| NOME: JOSE GUILHERME DOS SANTOS | CPF: 398.098.385-49 | DATA DE NASCIMENTO: 19/12/1964 |
| Nº DE IDENTIFICAÇÃO: | ÓRGÃO EXPEDIDOR: | SEXO: Masculino |
| ESTADO CIVIL: | NOME DA MÃE: MARIA ELVIRA DOS SANTOS | |
| Dados de Endereço | | |
| LOGRADOURO: ALTO DE ARACAJU | NÚMERO: 66 | |
| COMPLEMENTO: | BAIRRO: | |
| MUNICÍPIO/UF: PROPRIA/SE | | |
| TELEFONE: | EMAIL: | |
| Circunstâncias | | |
| ESTADO FÍSICO: Lesões Leves | USAVA CINTO DE SEGURANÇA: Ignorado | |
| USAVA CAPACETE: NÃO APLICÁVEL | USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL | |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA: Vítima apresentando escoriações (recusou atendimento) | | |



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

PESSOAS

| | | |
|---|------------------|------------------------------------|
| SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V2 / IAN8040 / MARCOPOLLO/VOLARE WB ON | | ENVOLVIMENTO: Passageiro |
| NOME: NÃO IDENTIFICADO | CPF: | DATA DE NASCIMENTO: |
| Nº DE IDENTIFICAÇÃO: | ÓRGÃO EXPEDIDOR: | SEXO: |
| ESTADO CIVIL: | NOME DA MÃE: | |

Dados de Endereço

| | |
|---------------|---------|
| LOGRADOURO: | NÚMERO: |
| COMPLEMENTO: | BAIRRO: |
| MUNICÍPIO/UF: | |
| TELEFONE: | EMAIL: |

Circunstâncias

| | |
|---|--|
| ESTADO FÍSICO: Morto | USAVA CINTO DE SEGURANÇA: Não |
| USAVA CAPACETE: NÃO APLICÁVEL | USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL |

Encaminhamento

| | |
|--------------------------|--|
| MOTIVO: Outros | TIPO DE RECEPTOR: IML ou DML |
|--------------------------|--|

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ENCAMINHAMENTO:

Vítima em Óbito

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA:

A Vítima foi identificada posteriormente pelo SAMU como sendo JOSE EDSON SANTOS, 47 Anos, Cobrador do Micro-ônibus Cooperativo.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

AVALIAÇÃO DE DANOS

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO:

V1 / JRL9773 / IVECO/STRALISHD 570S38TN

NOME/MATRÍCULA DO AGENTE:

SILVEIRA FREIRE/1073127

NÚMERO DO BAI:

17061885B01

DATA/HORA:

04/08/2017 18:20

| Item | Descrição do Item | Valor | Item danificado no acidente | | |
|------|---|-------|-----------------------------|-----|----|
| | | | SIM | NÃO | NA |
| 1 | Cabine com avarias na estrutura, afetando coluna(s) dianteiras ou traseira(s), painel corta-fogo, soleira ou assento. | M | X | | |
| 2 | Carroceria com avarias na estrutura das laterais ou do teto (quando houver), atingindo o compartimento de carga, ou com deformação vertical ou lateral afetando o compartimento de carga, ou afetando as componentes de união da base da carroceria com o chassi. | M | X | | |
| 3 | Para choque traseiro danificado | M | | X | |
| 4 | Dano em qualquer componente do Sistema de Suspensão | M | X | | |
| 5 | Avaria em qualquer um dos eixos | M | | X | |
| 6 | Dano em qualquer componente do Sistema de freios. | M | | X | |
| 7 | Chassi com deformação torcional menor ou igual à altura da longitudinal. | M | | X | |
| 8 | Chassi com deformação vertical menor ou igual à altura da longitudinal. | M | | X | |
| 9 | Chassi com deformação lateral menor ou igual à distância interna entre as longitudinais. | M | | X | |
| 10 | Chassi com deformação torcional maior que a altura da longitudinal. | G | | X | |
| 11 | Chassi com deformação vertical maior que a altura da longitudinal. | G | | X | |
| 12 | Chassi com deformação lateral maior que a distância interna entre as longitudinais. | G | | X | |
| 13 | Chassi com região termicamente afetada com dimensão menor ou igual a 2/3 do comprimento do chassi. | M | | X | |
| 14 | Chassi afetado termicamente na região onde está fixada a suspensão. | M | | X | |
| 15 | Chassi com região termicamente afetada com dimensão maior que 2/3 do comprimento do chassi. | G | | X | |
| 16 | Air bags (se existir) | M | | X | |

DIMENSÃO DA MONTA:

Média

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF SILVEIRA FREIRE, MATRÍCULA 1073127

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 31/08/2017 16:03

NÚMERO DE CONTROLE: 33F99F1A8E177CC882F13448501324

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/movobat/autenticar

Página 16 de 23



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

IMAGEM DA FRENTE (V1)



IMAGEM DA TRASEIRA (V1)

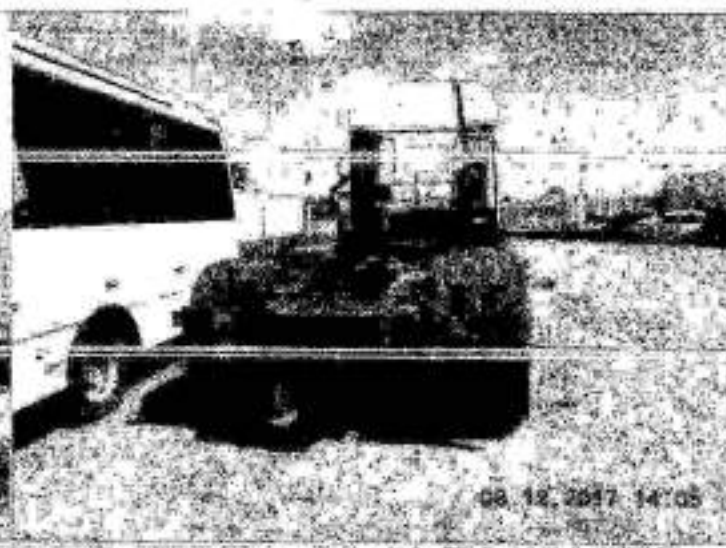


IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA (V1)



IMAGEM DA LATERAL DIREITA (V1)





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

AValiação de Danos

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO:

Rebocado (V1) / OKS6892 / SR/TANESFIL TQ3E

NÚMERO DO BAT:

17061885B01

NOME/MATRÍCULA DO AGENTE:

SILVEIRA FREIRE/1073127

DATA/HORA:

04/08/2017 18:20

| Item | Descrição do item | Valor | Item danificado no acidente | | |
|------|--|-------|-----------------------------|-----|----|
| | | | SIM | NÃO | NA |
| 1 | Cabine com avarias na estrutura, afetando coluna(s) dianteiras ou traseira(s), painel corta-fogo, soleira ou assoalho. | M | | X | |
| 2 | Carroceria com avarias na estrutura das laterais ou do teto (quando houver) atingindo o compartimento de carga, ou com deformação vertical ou lateral afetando o compartimento de carga, ou afetando os componentes de união da base da carroceria com o chassi. | M | X | | |
| 3 | Para choque traseiro danificado. | M | | X | |
| 4 | Dano em qualquer componente do Sistema de Suspensão. | M | | X | |
| 5 | Avaria em qualquer um dos eixos | M | | X | |
| 6 | Dano em qualquer componente do Sistema de freios. | M | | X | |
| 7 | Chassi com deformação torcional menor ou igual à altura da longitudinal. | M | | X | |
| 8 | Chassi com deformação vertical menor ou igual à altura da longitudinal. | M | | X | |
| 9 | Chassi com deformação lateral menor ou igual à distância interna entre as longitudinais. | M | | X | |
| 10 | Chassi com deformação torcional maior que a altura da longitudinal. | G | | X | |
| 11 | Chassi com deformação vertical maior que a altura da longitudinal. | G | | X | |
| 12 | Chassi com deformação lateral maior que a distância interna entre as longitudinais. | G | | X | |
| 13 | Chassi com região termicamente afetada com dimensão menor ou igual a 2/3 do comprimento do chassi. | M | | X | |
| 14 | Chassi afetado termicamente na região onde está fixada a suspensão. | M | | X | |
| 15 | Chassi com região termicamente afetada com dimensão maior que 2/3 do comprimento do chassi. | G | | X | |
| 16 | Air bags (se existir) | M | | X | |

DIMENSÃO DA MONTA:

Média

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF SILVEIRA FREIRE, MATRÍCULA 1073127

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 31/08/2017 16:03

NÚMERO DE CONTROLE: 39F99F1A8E177CC882F13448501324

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novoat/autenticar

Página 20 de 23



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

IMAGEM DA FRENTE (Rebocado de V1)

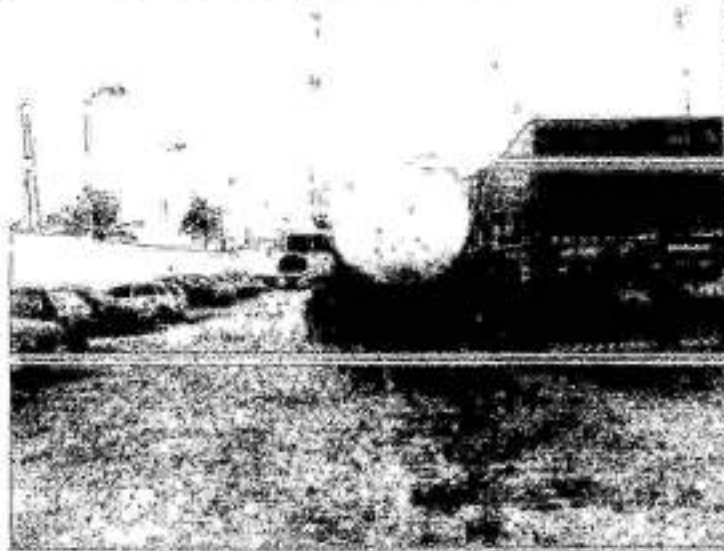


IMAGEM DA TRASEIRA (Rebocado de V1)



IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA (Rebocado de V1)

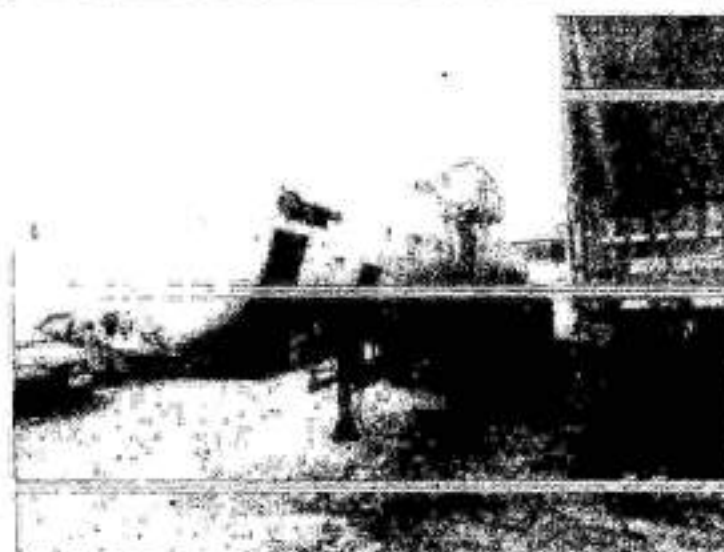
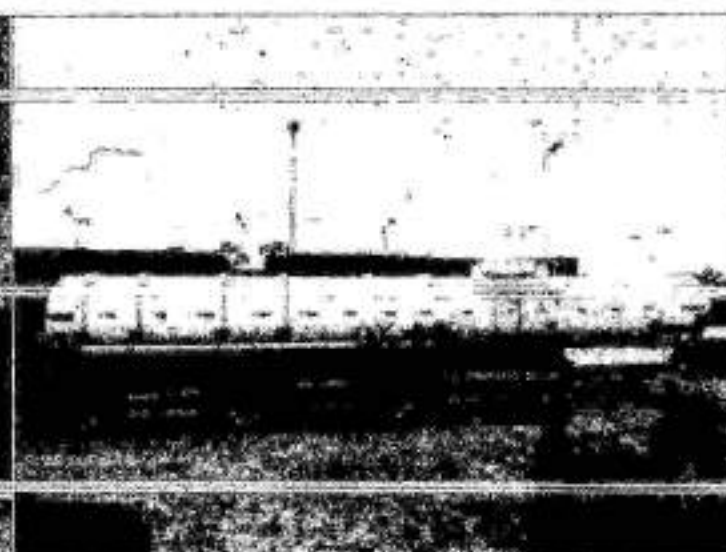


IMAGEM DA LATERAL DIREITA (Rebocado de V1)



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL****BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO****PROTOCOLO:**
17061885B01**STATUS:**
Encerrado**AVALIAÇÃO DE DANOS**

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO:

V2 / IAN8040 / MARCOPOLLO/VOLARE W8 ON

NOME/MATRÍCULA DO AGENTE:

SILVEIRA FREIRE/1073127

NÚMERO DO BAT:

17061885B01

DATA/HORA:

04/08/2017 18:20

| Item | Descrição do Item | Valor | Item danificado no acidente | | |
|------|--|-------|-----------------------------|-----|----|
| | | | SIM | NÃO | NA |
| 1 | Dano em qualquer componente do Sistema de Suspensão. | M | | X | |
| 2 | Avaria em qualquer um dos eixos | M | | X | |
| 3 | Dano em qualquer componente do Sistema de freios. | M | | X | |
| 4 | Chassi com deformação torcional menor ou igual à altura da longitudinal. | M | | X | |
| 5 | Chassi com deformação vertical menor ou igual à altura da longitudinal. | M | | X | |
| 6 | Chassi com deformação lateral menor ou igual à distância interna entre as longitudinais. | M | | X | |
| 7 | Chassi com deformação torcional maior que a altura da longitudinal. | G | | X | |
| 8 | Chassi com deformação vertical maior que a altura da longitudinal. | G | | X | |
| 9 | Chassi com deformação lateral maior que a distância interna entre as longitudinais. | G | | X | |
| 10 | Chassi afetado termicamente na região onde está fixada a suspensão. | M | | X | |
| 11 | Avaria na estrutura das laterais ou do teto afetando o posto do condutor. | M | X | | |
| 12 | Avaria na estrutura afetando a coluna "B" da carroceria. | M | X | | |
| 13 | Avaria na estrutura afetando qualquer ponto de fixação das poltronas/bancos. | M | X | | |
| 14 | Avarias na estrutura das laterais ou do teto atingindo o compartimento interno dos passageiros podendo ultrapassar o plano que passa pela linha de referência do peito (parte inferior das janelas). | M | X | | |
| 15 | Estrutura com deformação vertical, podendo afetar o compartimento dos passageiros e os componentes de união da base da carroceria com o chassi. | M | X | | |
| 16 | Estrutura com deformação lateral, podendo afetar o compartimento dos passageiros e os componentes de união da base da carroceria com o chassi. | M | X | | |
| 17 | Região da carroceria e/ou do chassi termicamente afetada com dimensão menor ou igual a 2/3 do comprimento do chassi. | M | | X | |
| 18 | Região do chassi termicamente afetada com dimensão maior que a 2/3 do comprimento do chassi. | G | | X | |

DIMENSÃO DA MONTA:

Média



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17061885B01

STATUS:
Encerrado

IMAGEM DA FRENTE (V2)



IMAGEM DA TRASEIRA (V2)



IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA (V2)



IMAGEM DA LATERAL DIREITA (V2)













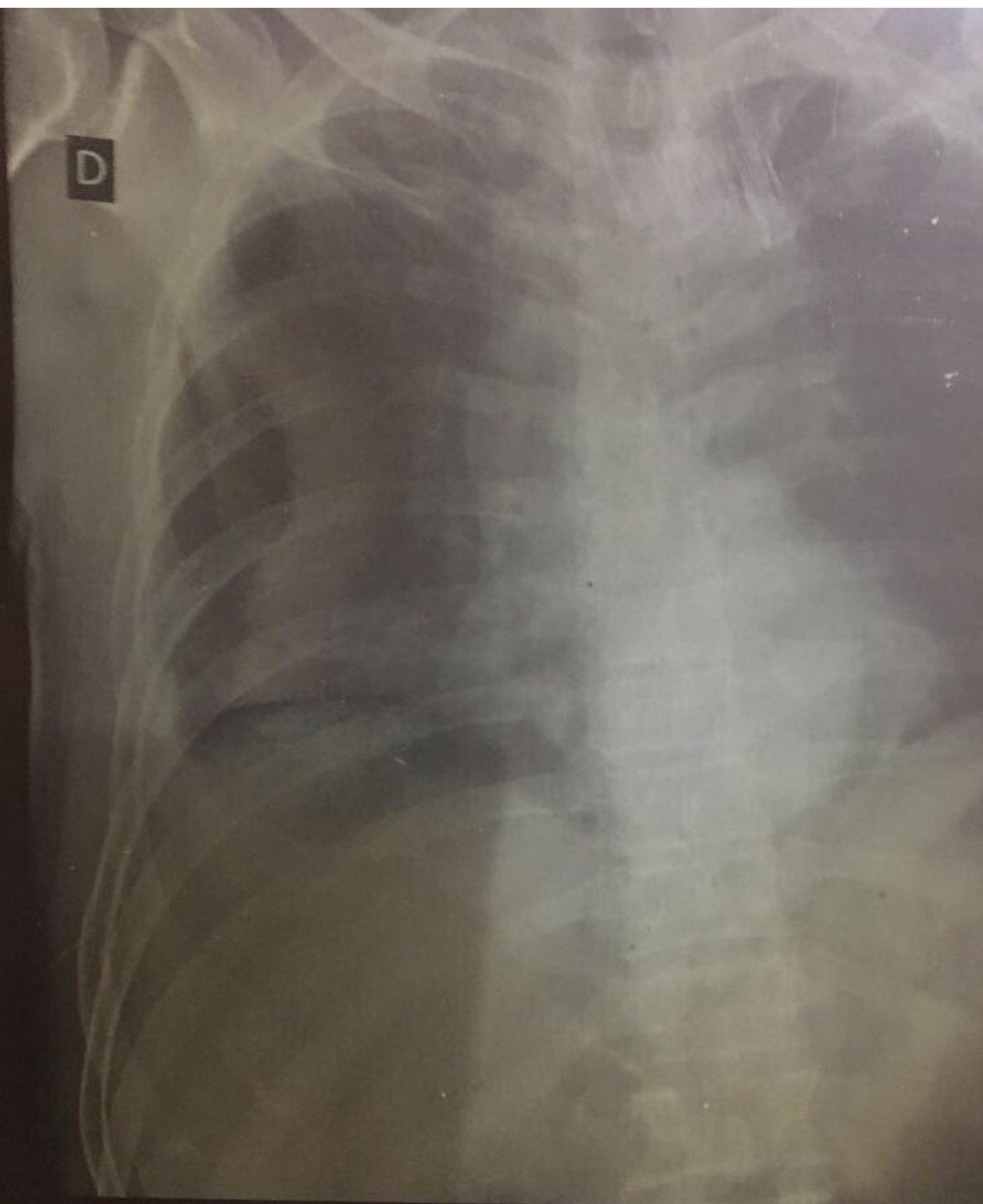






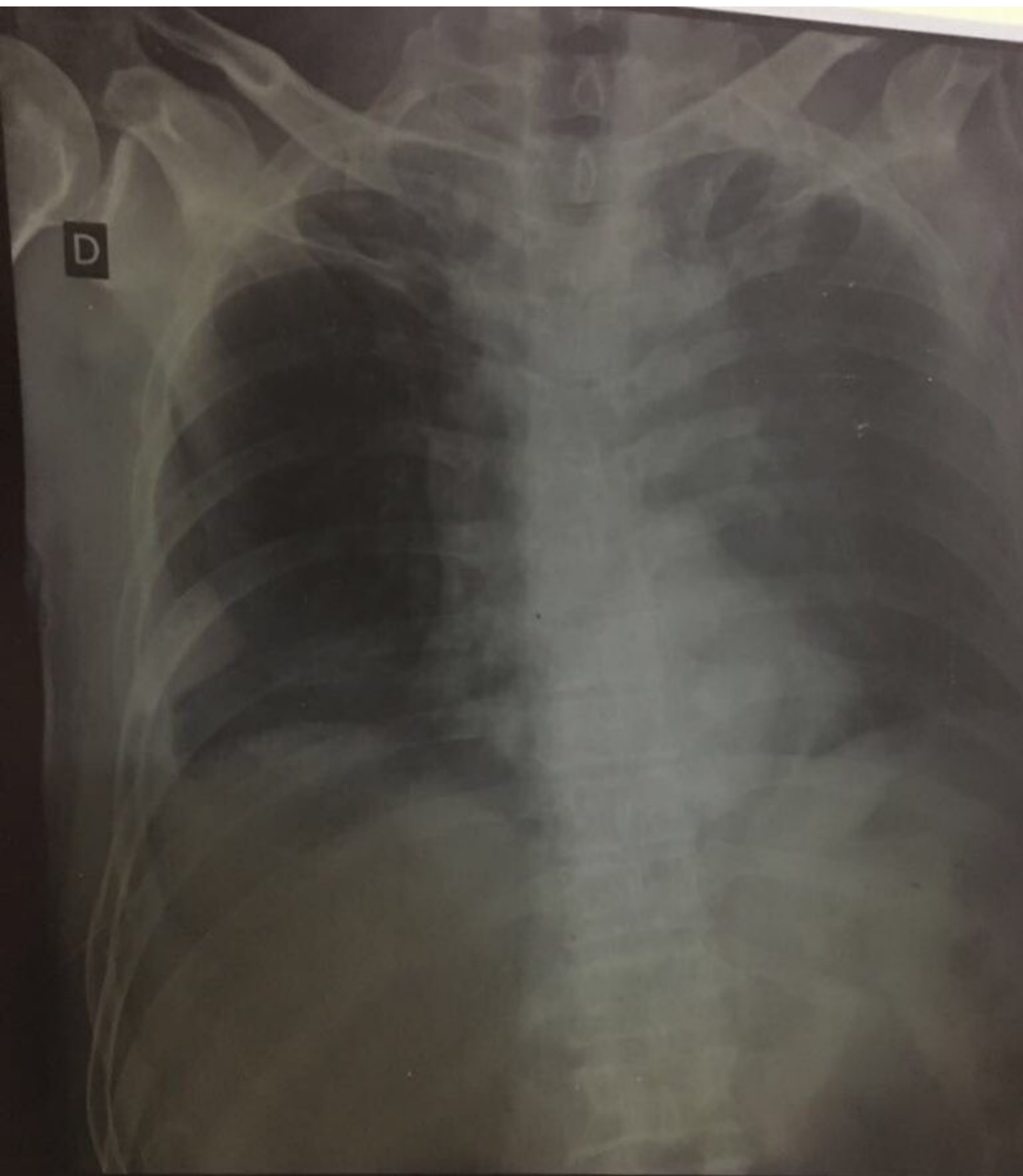




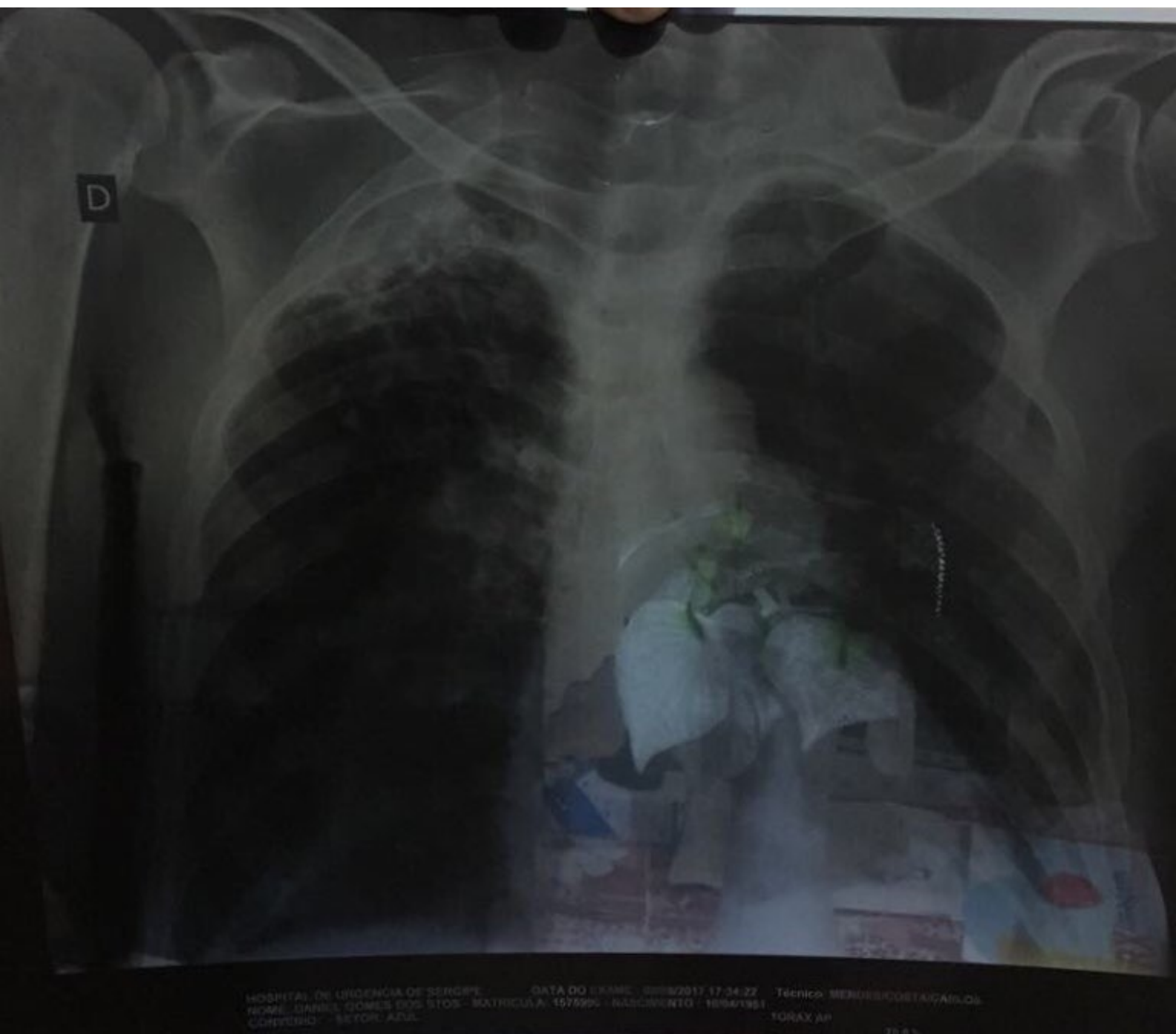


HOSPITAL DE URGENCIA DE SERGIPE DATA DO EXAME : 05/08/2017 17:13:32 Técnico: MENDES/ED
NOME: ANTONIO GONZAGA DA SILVA - MATRICULA: 1574134 - NASCIMENTO : 27/11/1956
CONVENIO: - SETOR: TORAX AP

73.



HOSPITAL DE URGENCIA DE SERGIPE DATA DO EXAME : 05/08/2017 17:13:32 Técnico: MENDES EDILZA
NOME : ANTONIO GONZAGA DA SILVA - MATRICULA: 1574134 - NASCIMENTO : 27/11/1956
CONVENIO: - SETOR TORAX AP 72.0 %













JOELHO

HOSPITAL DE URGENCIA DE SERGIPE

DATA DO EXAME: 05/08/2017 00

NOME: ANTONIO GONZAGA DA SILVA - MATRICULA: 1574134 - NASCIMENTO :

CONVENIO: SUS - SETOR:



HOSPITAL DE URGENCIA DE SERGIPE
NOME: ANTONIO GONZAGA DA SILVA - MATRÍCULA: 1474734 - NASCIMENTO: 27/07/1954
COLMÊNIO: SUS - SETOR







Paciente: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

RX IMAGEM-ARACAJU-SE

ID:

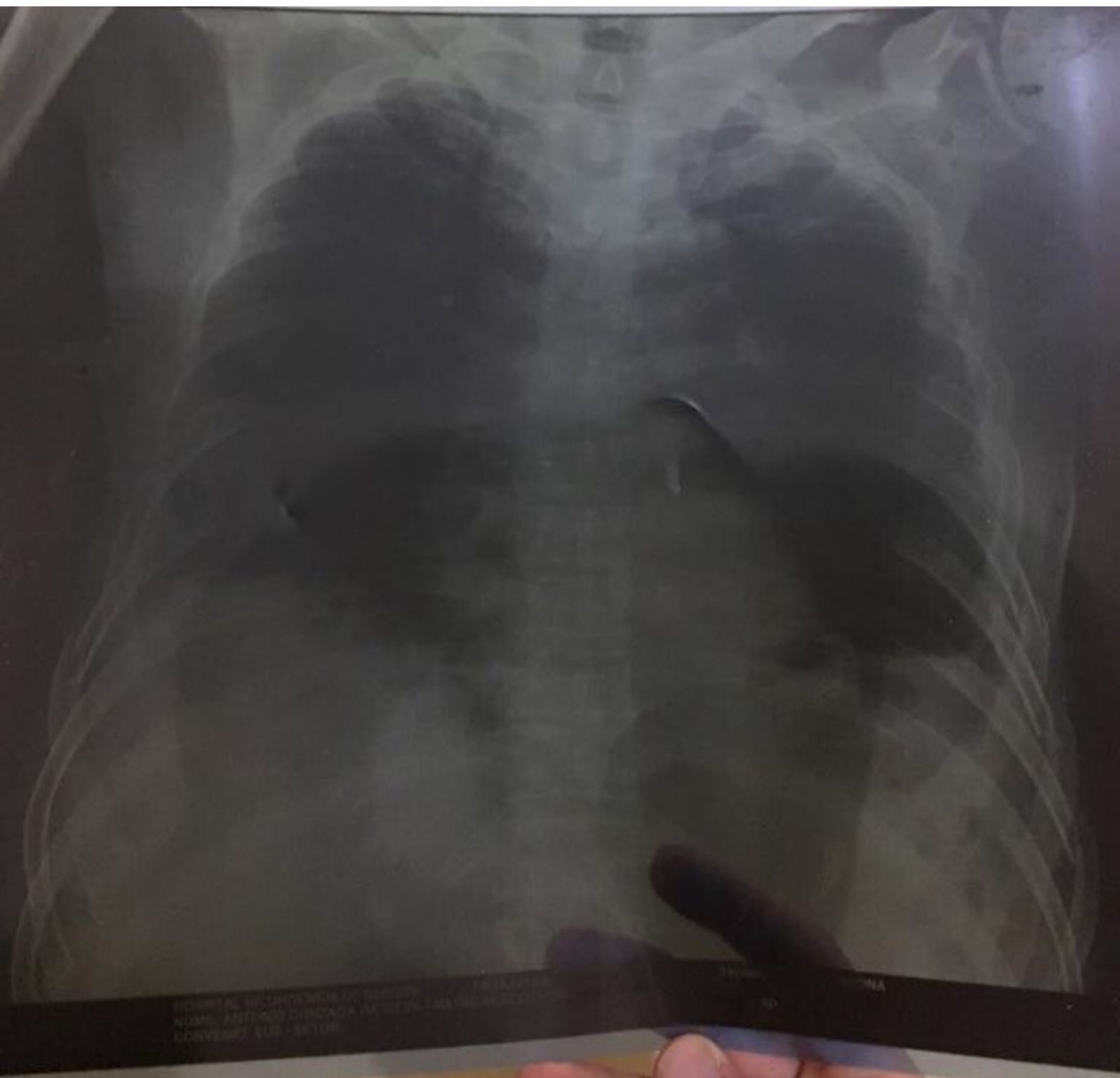
Data: 04-10-2017 12:29:06

Nasc: 07-11-1958

Masculino

CJ 376140







Paciente: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

RX IMAGEM-ARACAJU-SE

ID:

Nome: 02-11-1968

Endereço: 00000-000

Data: 04-10-2017 12:28:06

0000000000000000





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

18/05/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

CERTIFICO JUNTADA DE RÉPLICA TEMPESTIVA

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

18/05/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

CONCLUSO

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

28/05/2020

MOVIMENTO:

Decisão

DESCRIÇÃO:

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA proposta por ANTÔNIO GONZAGA DA SILVA, por intermédio de advogado constituído, contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, ambos devidamente qualificados nos autos. Aduziu, em síntese, o não recebimento, na integralidade, do valor que lhe é devido a título de seguro obrigatório. Regularmente citada, a requerida apresentou contestação sem preliminares. DA PROVA PERICIAL Observo a necessidade de produção de prova pericial na especialização ORTOPEDIA. Assim, considerando que a parte autora é beneficiária da gratuidade judiciária, proceda, a Secretaria, à marcação de exame pericial junto ao SCP, na especialidade indicada, sendo que, em atendimento ao Convênio nº 14/2018, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A, arbitro honorários do perito em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a teor do que determina a cláusula segunda do mencionado convênio. Intimem-se as partes acerca da data da perícia, bem como para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicarem assistentes técnicos e formularem quesitos, nos termos do art. 465, §1º, do CPC. Apresento, nesta oportunidade, os seguintes quesitos: a) O dano averiguado guarda relação/compatibilidade com as declarações do periciando? É dizer, as sequelas podem ser oriundas de acidente automobilístico? b) A vítima é acometida de invalidez permanente? c) Restando constatada a invalidez permanente, esta se caracteriza como TOTAL ou PARCIAL? d) Em sendo apontada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? e) Qual o grau apresentado (intenso, médio, leve)? f) Qual membro, órgão ou região do corpo sofreu as lesões apontadas? Juntado o laudo pericial, cientifiquem-se as partes, ressaltando a possibilidade dos assistentes técnicos oferecerem seus pareceres, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o art. 477, § 1º, do CPC. Outrossim, com a apresentação do laudo pericial, intime-se a Seguradora Líder para que, em 15 (quinze) dias, efetue o pagamento dos honorários periciais, consoante cláusula 3.2.2 do Convênio nº 14/2018. Com o depósito, intime-se o perito a fim de que retire o Alvará Judicial. Atente-se à secretaria à Portaria Normativa 46/2020 GP1, que prorrogou o teletrabalho integral dos servidores do judiciário em todo o Estado, com o fito de combater a disseminação do vírus COVID-19 (Coronavírus). Após, volvam os autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600228 - Número Único: 0007556-82.2020.8.25.0001

Autor: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Réu: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

Movimento: Decisão >> Saneamento

Cls.

Trata-se de **AÇÃO DE COBRANÇA** proposta por **ANTÔNIO GONZAGA DA SILVA**, por intermédio de advogado constituído, contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, ambos devidamente qualificados nos autos.

Aduziu, em síntese, o não recebimento, na integralidade, do valor que lhe é devido a título de seguro obrigatório.

Regularmente citada, a requerida apresentou contestação sem preliminares.

DA PROVA PERICIAL

Observo a necessidade de produção de prova pericial – na especialização **ORTOPEDIA**. Assim, *considerando que a parte autora é beneficiária da gratuidade judiciária, proceda, a Secretaria, à marcação de exame pericial junto ao SCP*, na especialidade indicada, sendo que, em atendimento ao **Convênio nº 14/2018**, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A, arbitro honorários do perito em **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, a teor do que determina a cláusula segunda do mencionado convênio.

Intimem-se as partes acerca da data da perícia, bem como para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicarem assistentes técnicos e formularem quesitos, nos termos do art. 465, §1º, do CPC.

Apresento, nesta oportunidade, os seguintes quesitos:

- a) O dano averiguado guarda relação/compatibilidade com as declarações do periciando? É dizer, as sequelas podem ser oriundas de acidente automobilístico?*
- b) A vítima é acometida de invalidez permanente?*
- c) Restando constatada a invalidez permanente, esta se caracteriza como TOTAL ou PARCIAL?*
- d) Em sendo apontada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta?*
- e) Qual o grau apresentado (intenso, médio, leve)?*

f) Qual membro, órgão ou região do corpo sofreu as lesões apontadas?

Juntado o laudo pericial, cientifiquem-se as partes, ressaltando a possibilidade dos assistentes técnicos oferecerem seus pareceres, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o art. 477, § 1º, do CPC.

Outrossim, com a apresentação do laudo pericial, intime-se a Seguradora Líder para que, em 15 (quinze) dias, efetue o pagamento dos honorários periciais, consoante **cláusula 3.2.2 do Convênio nº 14/2018**. Com o depósito, intime-se o perito a fim de que retire o Alvará Judicial.

Atente-se à secretaria à Portaria Normativa 46/2020 – GP1, que prorrogou o teletrabalho integral dos servidores do judiciário em todo o Estado, com o fito de combater a disseminação do vírus COVID-19 (Coronavírus).

Após, volvam os autos conclusos.

Aracaju/SE, 28 de maio de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 28/05/2020, às 11:28:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000984075-33**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

03/06/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Indicação de Quesitos realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO VADT DA COMARCA DE ARACAJU/SE

Processo: 202040600228

DPVAT SUPERVISAO ANALISE DE SINISTRO, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO GONZAGA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ARACAJU, 2 de junho de 2020.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

03/06/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

AGUARDA POSSIBILIDADE DE MARCAR PERÍCIA

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

26/08/2020

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Perícia agendada para o dia 18/12/2020 de 07:00 às 10:00 hs para o Perito Paulo Cândido de Lima Junior - DPVAT.
Endereço: Fórum Gumersindo Bessa, Capucho, Aracaju-SE.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

26/08/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intimem-se as partes, através dos seus patronos, para tomarem ciência da Perícia agendada para o dia 18/12/2020 de 07:00 às 10:00 hs para o Perito Paulo Cândido de Lima Junior - DPVAT. Endereço: Fórum Gumersindo Bessa, Capucho, Aracaju-SE. ***OBS: A parte a ser periciada deverá comparecer munida de exames e laudos médicos anteriores.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

26/08/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que, cadastrei o telefone do autor, no SCPV, conforme indicado no BO.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

26/08/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico qu, confeccionei o mandado de intimação de nº202040603003 para o autor.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

26/08/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202040603003 do tipo Intimação Parte do Processo Teor do Despacho [TM1704,MD1862]

 {Destinatário(a): ANTONIO GONZAGA DA SILVA}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju
Cep - 49081901 Telefone - 3226-3508

Perícia



202040603003

PROCESSO: 202040600228 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0007556-82.2020.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: ANTONIO GONZAGA DA SILVA
REQUERIDO: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito do(a) Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda à intimação da parte infra qualificado(a) para o cumprimento da finalidade abaixo descrita e/ou sobre o teor do despacho/sentença prolatado(a) no processo acima mencionado, conforme cópia em anexo ou nos seguintes termos: Intimar a parte autora para comparecer à Perícia agendada para o dia 18/12/2020 de 07:00 às 10:00 hs para o Perito Paulo Cândido de Lima Junior - DPVAT. Endereço: Fórum Gumersindo Bessa, Capucho, Aracaju-SE. ***OBS: A parte a ser periciada deverá comparecer munida de exames e laudos médicos anteriores.

Qualificação da Parte ou Advogado:

Nome: ANTONIO GONZAGA DA SILVA
Residência: RUA ESPIRITO SANTO, 1619
Bairro: NOVO PARAISO
Cidade: ARACAJU - SE

[TM1704, MD1862]



Documento assinado eletronicamente por **JOANA DARC BRUNO CORREIA**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito, em 26/08/2020, às 12:36:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001548877-26**.

Recebi o mandado 202040603003 em ____/____/____



ANTONIO GONZAGA DA SILVA



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

01/09/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202040603003 do tipo Intimação Parte do Processo Teor do Despacho [TM1704,MD1862] -
Certidão do Oficial de Justiça

 {Destinatário(a): ANTONIO GONZAGA DA SILVA}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju
Cep - 49081901 Telefone - 3226-3508

Perícia



202040603003

PROCESSO: 202040600228 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0007556-82.2020.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: ANTONIO GONZAGA DA SILVA
REQUERIDO: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito do(a) Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda à intimação da parte infra qualificado(a) para o cumprimento da finalidade abaixo descrita e/ou sobre o teor do despacho/sentença prolatado(a) no processo acima mencionado, conforme cópia em anexo ou nos seguintes termos: Intimar a parte autora para comparecer à Perícia agendada para o dia 18/12/2020 de 07:00 às 10:00 hs para o Perito Paulo Cândido de Lima Junior - DPVAT. Endereço: Fórum Gumersindo Bessa, Capucho, Aracaju-SE. ***OBS: A parte a ser periciada deverá comparecer munida de exames e laudos médicos anteriores.

Qualificação da Parte ou Advogado:

Nome: ANTONIO GONZAGA DA SILVA
Residência: RUA ESPIRITO SANTO, 1619
Bairro: NOVO PARAISO
Cidade: ARACAJU - SE

[TM1704, MD1862]



Documento assinado eletronicamente por **JOANA DARC BRUNO CORREIA**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito, em 26/08/2020, às 12:36:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001548877-26**.

Recebi o mandado 202040603003 em ____/____/____



ANTONIO GONZAGA DA SILVA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

PROCESSO: 202040600228 (Eletrônico)
NATUREZA: Cível
NÚMERO ÚNICO: 0007556-82.2020.8.25.0001
MANDADO: 202040603003
DATA DE CUMPRIMENTO: 28/08/2020 00:00

DESTINATÁRIO: ANTONIO GONZAGA DA SILVA
ENDEREÇO: RUA ESPIRITO SANTO nº 1619. BAIRRO: NOVO PARAISO. ARACAJU/ SE.
CEP: 49082-170
TIPO DE MANDADO: Intimação Parte do Processo Teor do Despacho
DATA DE AUDIÊNCIA:

CERTIDÃO

INTIMADA, APÓS O CIENTE, ACEITANDO A CONTRAFÉ

[TC1704, MD47]



Documento assinado eletronicamente por **GERIVALDO LEITE DOS SANTOS, Oficial de Justiça**, em 01/09/2020, às 19:07:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001600192-00**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju
Cep - 49081901 Telefone - 3226-3508

Perícia



202040603003

PROCESSO: 202040600228 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0007556-82.2020.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: ANTONIO GONZAGA DA SILVA
REQUERIDO: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito do(a) Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda à intimação da parte infra qualificado(a) para o cumprimento da finalidade abaixo descrita e/ou sobre o teor do despacho/sentença prolatado(a) no processo acima mencionado, conforme cópia em anexo ou nos seguintes termos: Intimar a parte autora para comparecer à Perícia agendada para o dia 18/12/2020 de 07:00 às 10:00 hs para o Perito Paulo Cândido de Lima Junior - DPVAT. Endereço: Fórum Gumersindo Bessa, Capucho, Aracaju-SE. ***OBS: A parte a ser periciada deverá comparecer munida de exames e laudos médicos anteriores.

Qualificação da Parte ou Advogado:

Nome: ANTONIO GONZAGA DA SILVA
Residência: RUA ESPIRITO SANTO, 1619
Bairro: NOVO PARAISO
Cidade: ARACAJU - SE

[TM1704, MD1862]



Documento assinado eletronicamente por **JOANA DARC BRUNO CORREIA**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito, em 26/08/2020, às 12:36:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001548877-26**.

Antonio Gonzaga da Silva

Recebi o mandado 202040603003 em 28/08/2020





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

10/11/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando realização da perícia.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

29/01/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando juntada do laudo.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

25/02/2021

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

'Perícia não Realizada. Requerente não trouxe exames de imagens do membro afetado necessário a está perícia solicito novo agendamento.{Mov. Gerado pelo Módulo de Perícia}'

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

02/06/2021

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

07/06/2021

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Considerando a manifestação do perito acostada à fl. 152, intime-se a parte autora para que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda a realização dos exames de imagem imprescindíveis à realização da perícia, juntando-os aos autos. Após a juntada dos exames, proceda a secretaria a designação de nova data para a realização da perícia, cumprindo-se as demais determinações contidas no despacho saneador. Ademais, cientifique-se a parte autora de que a inércia em relação a realização dos exames de imagens solicitados pelo perito ensejarão a frustração da perícia e no julgamento do processo no estado em que se encontra. Intimem-se as partes.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600228 - Número Único: 0007556-82.2020.8.25.0001

Autor: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Réu: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Considerando a manifestação do perito acostada à fl. 152, intime-se a parte autora para que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda a realização dos exames de imagem imprescindíveis à realização da perícia, juntando-os aos autos.

Após a juntada dos exames, proceda a secretaria a designação de nova data para a realização da perícia, cumprindo-se as demais determinações contidas no despacho saneador.

Ademais, cientifique-se a parte autora de que a inércia em relação a realização dos exames de imagens solicitados pelo perito ensejarão a frustração da perícia e no julgamento do processo no estado em que se encontra.

Intimem-se as partes.

Aracaju/SE, 2 de junho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 07/06/2021, às 21:31:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021001140600-59**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

16/06/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: GILMARIO OLIVEIRA NASCIMENTO JUNIOR - 3537}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU/SE.

REF. PROCESSO Nº 202040600228

ANTÔNIO GONZAGA DA SILVA, já qualificado nos autos do processo supra, contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, através dos advogados subfirmados, vem, mui respeitosamente, informar que já realizou o exame de imagem requerido (raio-x), pugnando pela marcação de nova data para realização da perícia.

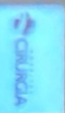
Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, 16 de junho de 2021.

Gilmar O. Nascimento Júnior
OAB/SE n.º 3.537

D

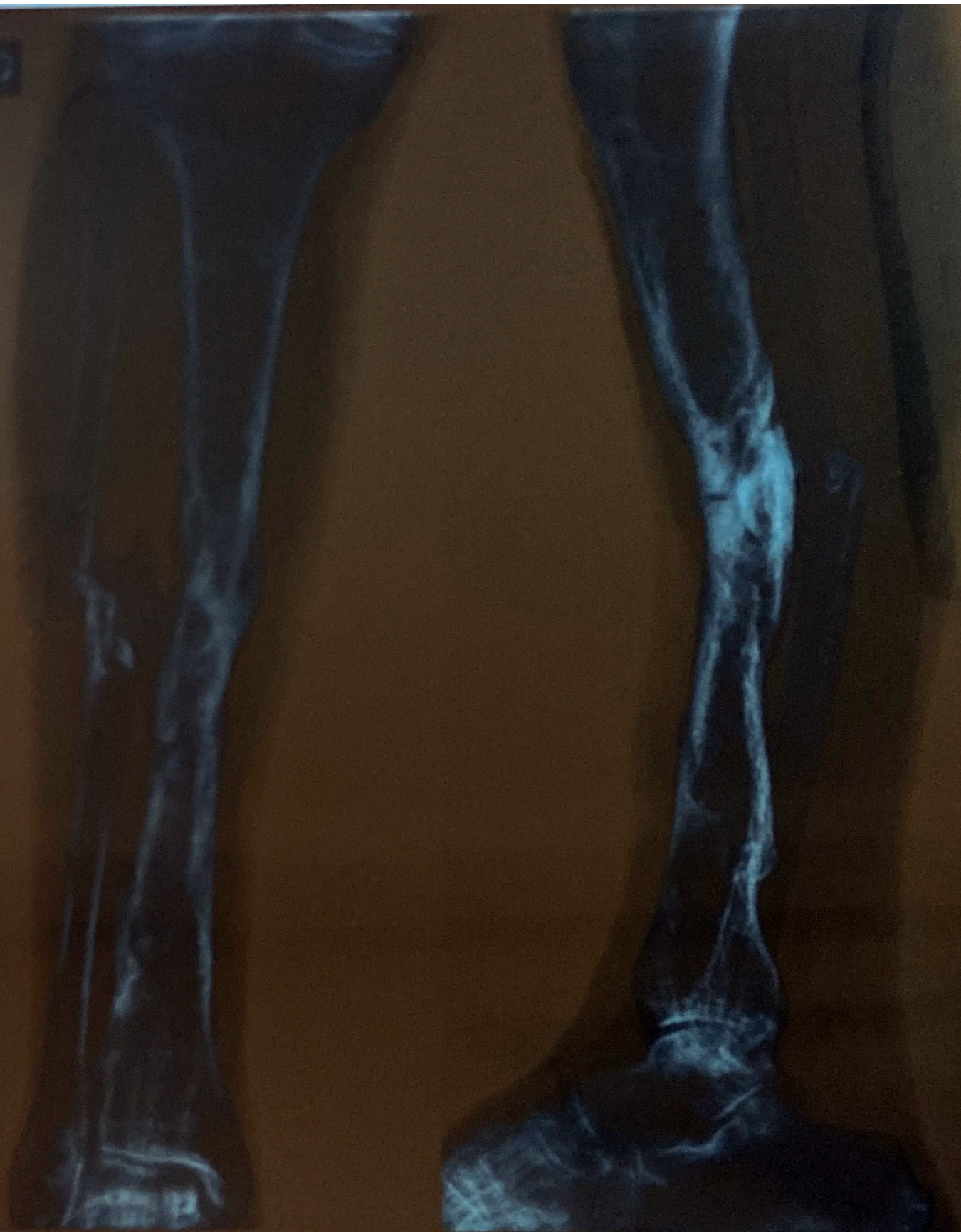


FBHC
NOME: ANTONIO GONZAGA DA SILVA - MATRICULA: 9838/2021 - NASC 07/11/1956
CONVENIO: SUS - SETOR: PS

JOELHO



D



FBHC Data Exame: 15/06/2021 09:18:17 Técnico: ANILTON
NOME: ANTONIO GONZAGA DA SILVA MATRICULA: 9838/207 NASC: 07/11/1956
CONVENIO: SUS - SETOR: PS



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

02/07/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Manifestação da parte autora tempestiva.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

02/07/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

CERTIFICO e dou fé que restou prejudicada a tentativa de designação da perícia, conforme determinado por falta de datas disponíveis para agendamento, razão pela qual será realizada uma nova tentativa de designação no mês subsequente, oportunidade em que poderá ocorrer a liberação de novas datas para marcação do exame.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

19/08/2021

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

01/09/2021

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Aguardem-se os autos em cartório por 30 (trinta) dias a disponibilização de data para realização da perícia. Infrutífera a designação do exame por falta de data, oficie-se à Coordenadoria Geral de Perícias para que designe perito e data para a realização do exame no prazo de 15 (quinze). Não designada a perícia pela Coordenadoria de Perícias, novamente pela ausência da data, oficie-se a corregedoria para a adoção das providências que entender necessárias. Após, certifique-se e volvam conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600228 - Número Único: 0007556-82.2020.8.25.0001

Autor: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Réu: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Aguardem-se os autos em cartório por 30 (trinta) dias a disponibilização de data para realização da perícia.

Infrutífera a designação do exame por falta de data, oficie-se à Coordenadoria Geral de Perícias para que designe perito e data para a realização do exame no prazo de 15 (quinze).

Não designada a perícia pela Coordenadoria de Perícias, novamente pela ausência da data, oficie-se a corregedoria para a adoção das providências que entender necessárias.

Após, certifique-se e volvam conclusos.

Aracaju/SE, 25 de agosto de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 01/09/2021, às 11:23:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021001818809-76**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

05/11/2021

MOVIMENTO:

Remessa

DESCRIÇÃO:

Para designação de Conciliação na forma de Mutirão DPVAT, conforme consta do SEI 0021919-49.2021.8.25.8825.</br>{Via Movimentação em Lote nº 202100167}

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

05/11/2021

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

05/11/2021

MOVIMENTO:

Audiência

DESCRIÇÃO:

Considera-se intimado(a) via DJE, o (a) patrono(a) da parte, para participar do mutirão DPVAT que ocorrerá no dia 30/11/2021 às 09h:20min, no SETOR DE PERICIAS DO FÓRUM GUMERSINDO BESSA-ARACAJU/SE. No sentido de promover a conciliação como medida de solução de conflitos, através do diálogo, sendo uma excelente oportunidade para o encerramento do litígio de forma satisfatória, as partes devem comparecer à audiência de conciliação com o espírito aberto ao diálogo.
 Audiência de Conciliação/Mediação designada para o dia 30/11/2021, às 09h:20min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC
PROCESSUAL: MUTIRÃO DPVAT DIA 30/11 - PAUTA 3.

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

05/11/2021

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202140603424 do tipo Intimação Teor do Despacho [TM1704,MD1862]

{Destinatário(a): ANTONIO GONZAGA DA SILVA}

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de
Aracaju

Bairro - Cidade -
Cep - Telefone -

Normal



202140603424

PROCESSO: 202040600228 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0007556-82.2020.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: ANTONIO GONZAGA DA SILVA
REQUERIDO: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito do(a) Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda à intimação da pessoa infra qualificado(a) para o cumprimento da finalidade abaixo descrita e/ou sobre o teor do despacho/sentença prolatado(a) no processo acima mencionado, conforme cópia em anexo ou nos seguintes termos: Considera-se intimado(a) o (a) requerente, para participar do **Mutirão DPVAT que ocorrerá no dia 30 /11/2021 às 09h:20min, no SETOR DE PERICIAS DO FÓRUM GUMERSINDO BESSA- Av. Tancredo Neves, S/N-Capucho-Aracaju/SE.** No sentido de promover a conciliação como medida de solução de conflitos, através do diálogo, sendo uma excelente oportunidade para o encerramento do litígio de forma satisfatória, a parte deve comparecer à audiência de conciliação com o espírito aberto ao diálogo. **Na ocasião deverá comparecer com 30 minutos de antecedência trazendo para perícia o Prontuário médico, cópia do boletim de ocorrência, exames médicos relacionados com o acidente, além do comprovante de vacina contra a Covid.**

Qualificação do Destinatário do Ato Judicial:

Nome: ANTONIO GONZAGA DA SILVA
Residência: RUA ESPIRITO SANTO, 1619
Bairro: NOVO PARAISO
Cidade: ARACAJU - SE

[TM1704, MD1862]



Documento assinado eletronicamente por **IVONETE DOS SANTOS DE ALMEIDA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju**, em 05/11/2021, às 11:34:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021002342557-53**.

Recebi o mandado 202140603424 em ____/____/____



ANTONIO GONZAGA DA SILVA



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

13/11/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202140603424 do tipo Intimação Teor do Despacho [TM1704,MD1862] - Certidão do Oficial de Justiça

 {Destinatário(a): ANTONIO GONZAGA DA SILVA}

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de
Aracaju

Bairro - Cidade -
Cep - Telefone -

Normal



202140603424

PROCESSO: 202040600228 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0007556-82.2020.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: ANTONIO GONZAGA DA SILVA
REQUERIDO: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito do(a) Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda à intimação da pessoa infra qualificado(a) para o cumprimento da finalidade abaixo descrita e/ou sobre o teor do despacho/sentença prolatado(a) no processo acima mencionado, conforme cópia em anexo ou nos seguintes termos: Considera-se intimado(a) o (a) requerente, para participar do **Mutirão DPVAT que ocorrerá no dia 30 /11/2021 às 09h:20min, no SETOR DE PERICIAS DO FÓRUM GUMERSINDO BESSA- Av. Tancredo Neves, S/N-Capucho-Aracaju/SE.** No sentido de promover a conciliação como medida de solução de conflitos, através do diálogo, sendo uma excelente oportunidade para o encerramento do litígio de forma satisfatória, a parte deve comparecer à audiência de conciliação com o espírito aberto ao diálogo. **Na ocasião deverá comparecer com 30 minutos de antecedência trazendo para perícia o Prontuário médico, cópia do boletim de ocorrência, exames médicos relacionados com o acidente, além do comprovante de vacina contra a Covid.**

Qualificação do Destinatário do Ato Judicial:

Nome: ANTONIO GONZAGA DA SILVA
Residência: RUA ESPIRITO SANTO, 1619
Bairro:NOVO PARAISO
Cidade:ARACAJU - SE

[TM1704, MD1862]



Documento assinado eletronicamente por **IVONETE DOS SANTOS DE ALMEIDA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju**, em 05/11/2021, às 11:34:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021002342557-53**.

Recebi o mandado 202140603424 em ____/____/____



ANTONIO GONZAGA DA SILVA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

PROCESSO: 202040600228 (Eletrônico)
NATUREZA: Cível
NÚMERO ÚNICO: 0007556-82.2020.8.25.0001
MANDADO: 202140603424
DATA DE CUMPRIMENTO: 10/11/2021 00:00

DESTINATÁRIO: ANTONIO GONZAGA DA SILVA
ENDEREÇO: RUA ESPIRITO SANTO nº 1619. BAIRRO: NOVO PARAISO. ARACAJU/ SE.
CEP: 49082-170
TIPO DE MANDADO: Intimação Teor do Despacho
DATA DE AUDIÊNCIA:

CERTIDÃO

INTIMADA, APÓS O CIENTE, ACEITANDO A CONTRAFÉ

Certifico que em cumprimento ao mandado em epígrafe e com base na Portaria Normativa 33/2020 GP1 do TJSE, venho informar que o Sr. Antônio Gonzaga da Silva, foi devidamente intimado, por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp 79 9 8848-2448, e confirmado o seu recebimento no dia 10/11/2021, às 10:00 hs. e 09 minutos, consoante foto do mandado e foto de documento que segue anexo.

[TC1704, MD47]



Documento assinado eletronicamente por **GERIVALDO LEITE DOS SANTOS, Oficial de Justiça**, em 13/11/2021, às 18:41:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

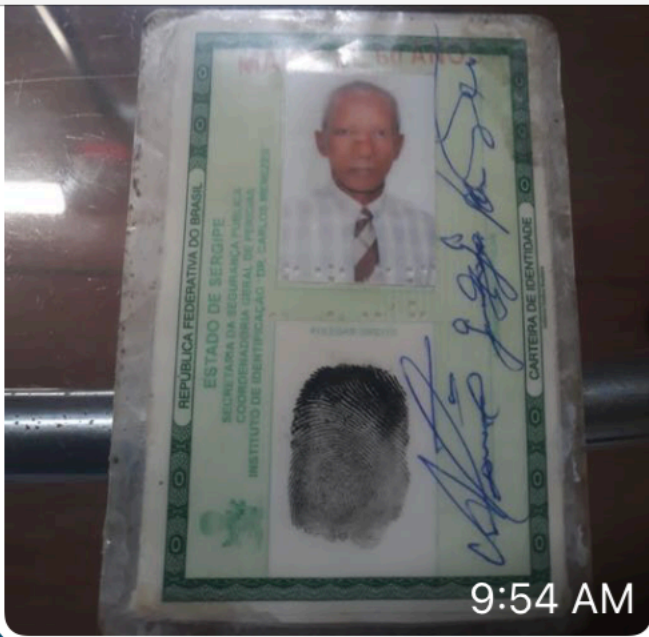


A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021002414776-20**.



Antônio Gonzaga d...

o por último hoje às 11:56 AM



9:54 AM

Bom dia seu Antônio

10:04 AM ✓✓

Mande mensagem

10:04 AM ✓✓

Recebi o mandado de
intimação

10:04 AM ✓✓



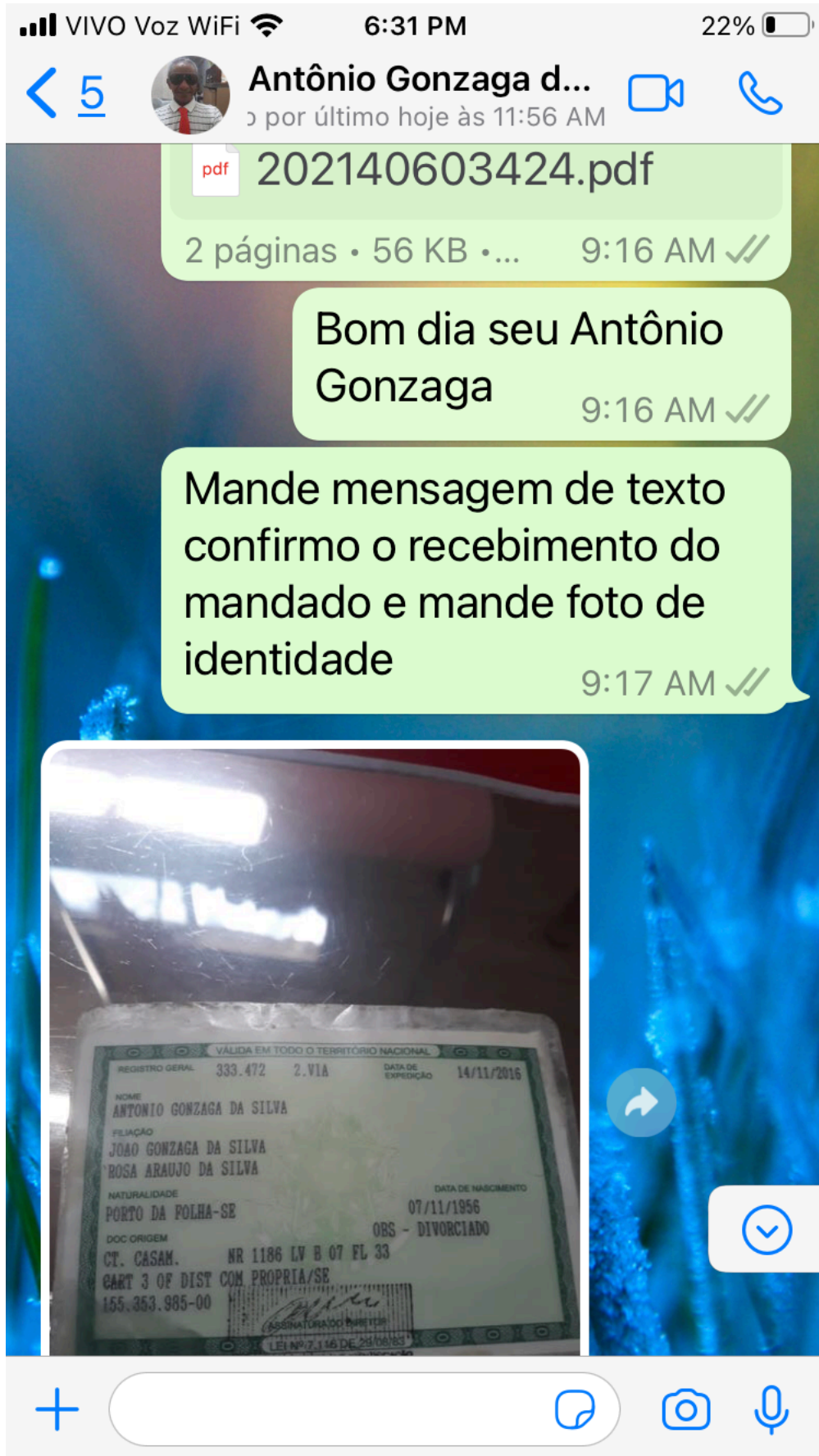
1:11

10:09 AM



Nome do Arquivo:

IMG_1384.PNG



Nome do Arquivo:

IMG_1383.PNG



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

30/11/2021

MOVIMENTO:

Audiência

DESCRIÇÃO:

(...)Aberta a audiência de conciliação, com as formalidades de estilo e iniciados os trabalhos, esta se quedou infrutífera, não chegando as partes a um acordo.Dada a palavra aos advogados das partes, foi dito que: requerem o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação sobre o laudo. Pedem deferimento.A parte requerida se compromete a juntar, no mesmo prazo, a carta de preposição e o substabelecimento.Saliento que laudo segue anexo a este termo. Ficaram as partes cientes do laudo apresentado.Nada mais. Audiência encerrada.(...)

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não

Termo de Audiência

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO / SESSÃO DE MEDIAÇÃO – DADOS DO PROCESSO / PROCEDIMENTO

Processo nº. **202040600228**

Horário Previsto: **9h20min**

Conciliador/Mediador: *JUCYARA DE OLIVEIRA SILVA*

| | | | |
|---|-------------------|--------------------------------|-----------------|
| ANTONIO GONZAGA DA SILVA | REQUERENTE | CPF 155.353.985-00 | PRESENTE |
| GILMARIO OLIVEIRA NASCIMENTO JUNIOR | ADVOGADO | OAB/SE 3537 | PRESENTE |
| SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. | REQUERIDO | CPNJ 09.248.608/0001-04 | P.J. |
| MILENA RAFAELLA MANHÃES NUNES | PREPOSTA | CPF 064.362.115-60 | PRESENTE |
| GLESIANY SÁ DE OLIVEIRA | ADVOGADA | OAB/SE 4797 | PRESENTE |

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO / SESSÃO DE MEDIAÇÃO

Aos **30 (trinta) dias do mês de novembro de 2021, às 9h30min**, na Sala do Cejusc – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania localizada no mutirão no setor de perícias do TJSE localizado no Fórum G. Bessa, constataram-se as presenças das partes acima indicadas como presente.

Aberta a audiência de conciliação, com as formalidades de estilo e iniciados os trabalhos, **esta se quedou infrutífera**, não chegando as partes a um acordo.

Dada a palavra aos advogados das partes, foi dito que: requerem o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação sobre o laudo. Pedem deferimento.

A parte requerida se compromete a juntar, no mesmo prazo, a carta de preposição e o substabelecimento.

Saliento que laudo segue anexo a este termo. Ficaram as partes cientes do laudo apresentado.

Nada mais. Audiência encerrada.

JUCYARA DE OLIVEIRA SILVA-CONCILIADORA

REQUERENTE:

ADVOGADO:

REQUERIDA/PREPOSTA:

ADVOGADA DA REQUERIDA:

**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE
CEJUSC - CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA
FÓRUM GUMERSINDO BESSA – ARACAJU/SE**
Avenida Presidente Tancredo Neves, S/N - Bairro Capucho - Aracaju/SE - CEP: 49.087-610 - Tel.: (79) 3226-3552
Horário de funcionamento: das 7h às 13h - Endereço eletrônico: <http://www.tjse.jus.br>

| TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO / SESSÃO DE MEDIAÇÃO – DADOS DO PROCESSO / PROCEDIMENTO | | | |
|---|------------|---------------------------|----------|
| Processo nº. 202040600228 | | Horário Previsto: 9h20min | |
| Conciliador/Mediador: JUCYARA DE OLIVEIRA SILVA | | | |
| ANTONIO GONZAGA DA SILVA | REQUERENTE | CPF 155.353.985-00 | PRESENTE |
| GILMARIO OLIVEIRA NASCIMENTO JUNIOR | ADVOGADO | OAB/SE 3537 | PRESENTE |
| SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. | REQUERIDO | CPNJ 09.248.608/0001-04 | P.J. |
| MILENA RAFAELLA MANHÃES NUNES | PREPOSTA | CPF 064.362.115-60 | PRESENTE |
| GLESIANY SÁ DE OLIVEIRA | ADVOGADA | OAB/SE 4797 | PRESENTE |

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO / SESSÃO DE MEDIAÇÃO

Aos **30 (trinta) dias do mês de novembro de 2021, às 9h30min**, na Sala do Cejusc – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania localizada no mutirão no setor de perícias do TJSE localizado no Fórum G. Bessa, constataram-se as presenças das partes acima indicadas como presente.

Aberta a audiência de conciliação, com as formalidades de estilo e iniciados os trabalhos, **esta se quedou infrutífera**, não chegando as partes a um acordo.

Dada a palavra aos advogados das partes, foi dito que: requerem o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação sobre o laudo. Pedem deferimento.

A parte requerida se compromete a juntar, no mesmo prazo, a carta de preposição e o substabelecimento.

Saliento que laudo segue anexo a este termo. Ficaram as partes cientes do laudo apresentado.

Nada mais. Audiência encerrada.

JUCYARA DE OLIVEIRA SILVA-CONCILIADORA

REQUERENTE:

ADVOGADO:

REQUERIDA/PREPOSTA:

ADVOGADA DA REQUERIDA:

Nos termos do § 1º do artigo 1º do Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais, o conciliador/mediador tem o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo ser testemunha do caso, nem atuar como advogado dos envolvidos em qualquer hipótese.

Em razão da natureza do procedimento realizado neste ato, sobretudo em atenção aos princípios que regem a conciliação e a mediação, **em especial o princípio da confidencialidade** (art. 166 do CPC e arts. 30 e 31 da Lei 13.140/2015), os presentes comprometem-se a não dar publicidade aos temas e discussões abordados nesta audiência.

30/11/2021

AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

202040600228

Informações da Vítima

Nome completo: Antonio Gonzaga da Silva

CPF: 155.353.985-00

Endereço completo: Rua Espírito Santo nº1619 Novo Paraíso

Informações do acidente

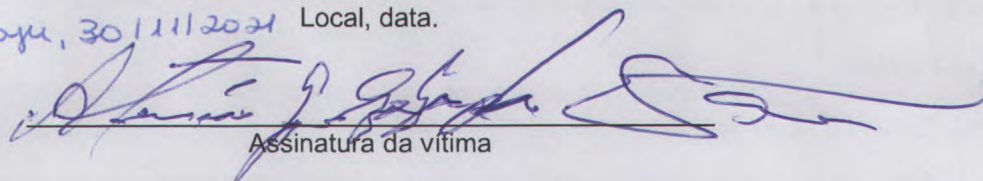
Local: Carmópolis - SE

Data do Acidente: 04 / 08 / 2017

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 202040600228, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de _____ - (____).

Macapá, 30/11/2021 Local, data.


Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s);

Vítima de trauma com amputação halux esquerdo, fratura
visivelmente consolidada de perno direito

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Realizado regularização halux esquerdo, procedimento fixação
cirúrgica da tibia e posterior retirada material de síntese

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Perda anatômica halux, deformidade em recurvato do
tíbio encurtamento 2,4 cm membro inferior direito

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ **Total**

(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) ☒ **Parcial**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☒ **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima). Perda anatômica do halux esquerdo

b.2 ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima). Perda funcional de um dos membros inferiores

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

halux esquerdo (pé) ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

membro inferior direito ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico – CRM

Anexu, 30 / 11 / 2021

Dr. Carlos Tadeu N. Alves
Ortopedia - Traumatologia
CRM-SE 2830 TEOT 8778

Dr. Daiany P. Gomes
Medicina
CRM-SE 5995

ANEXO – Artigo 3º. da Lei no. 6.194 de 19 de dezembro de 1974

| Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico | Percentual da Perda |
|---|------------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores | 100% |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior | |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral | |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica | |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores | Percentual da Perda |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos | 70% |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | 50% |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar | 25% |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão | 10% |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé | |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais | Percentual da Perda |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou 50 da visão de um olho | 50% |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | 25% |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço | 10% |

Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009 – Artigos relacionados à Perícia Médica

Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais.

*Art. 5º

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

Art. 32. A Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar acrescida da tabela anexa a esta Lei.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

30/11/2021

MOVIMENTO:

Conciliação

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

02/12/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: GILMARIO OLIVEIRA NASCIMENTO JUNIOR - 3537}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU/SE.

REF. PROCESSO Nº 202040600228

ANTÔNIO GONZAGA DA SILVA, já qualificado nos autos do processo supra, contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, através dos advogados subfirmados, vem, mui respeitosamente, em face do laudo judicial acostado, impugnar e requerer **esclarecimentos**, consoante a seguir:

O d. *expert* em seu laudo pericial afirma que o segurado não se encontra incapacitado no momento, não reconhecendo a invalidez do autor/periciando.

Ocorre que, *concessa vênia*, não demonstrou em quais fundamentos teve entendimento diametralmente oposto aos inúmeros relatórios médicos e perícia médica do IML, bem como não abordou de forma clara, capaz de exaurir qualquer dúvida, quanto a capacidade alegada, mesmo ante a moléstias reconhecidas, a exemplo do encurtamento da perna direita, e ainda redução da força e função do referido membro. Destaque-se ainda que não informa o perito em quais exames baseou sua conclusão.



Tamanha é a discrepância entre a conclusão do laudo pericial apresentado e as demais provas dos autos que em verdade se faz necessária a realização de nova perícia médica judicial, com outro perito a ser designado.

Entretanto, sendo outro o entendimento de V. Exa., requer a intimação do perito judicial a fim de esclarecer:

- 1) Os relatórios médicos e exames acostados aos autos (fls. 13-22 e 26-29), bem como o laudo pericial produzido no IML (fls. 23-25), atestam que o autor se encontra incapacitado. Tal incapacidade é parcial ou total?
- 2) Sendo parcial, qual o grau da incapacidade (%)?

E, caso o D. Julgador entenda como válido o laudo pericial, deve ser o mesmo (laudo) interpretado em favor do segurado, com aplicação do brocardo *in dubio pro misero*. Mister salientar ainda que **o Magistrado não está adstrito ao laudo pericial para formar sua convicção, devendo valorar também, *in casu*, a vasta prova documental carreada aos autos, em especial Laudo Pericial n.º 5600/2019 produzido junto ao IML, que não deixa dúvida quanto à incapacidade do autor em decorrência do acidente, asseverando o perito médico legal, na reposta do quesito n.º 6, que:**

“Sim, sequela permanente de fratura da tíbia direita que o incapacita e amputação de hálux esquerdo.” - grifo nosso

Referida conclusão é ratificada por outros profissionais médicos, conforme “Relatório Médico” de 21/05/2019, elaborado pelo Dr. Hertz Tavares, ortopedista e traumatologista, CRM/SE 4394:

“Relato que o paciente supracitado apresenta sequela permanente de fratura de tíbia direita que o incapacita.

CID: 5822”

Ainda, conforme documentação anexa, o demandante necessita de fisioterapia por tempo indeterminado, ante a gravidade de sua situação, tendo a sua tibia encurtado em 2,55 cm!

Frise-se que se entende por INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL a perda ou redução, em caráter definitivo, das funções de um membro ou órgão, em decorrência de acidente provocado por veículo automotor.

Neste sentido, vejamos o entendimento da Jurisprudência:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - DEMANDA POSTULANDO INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA OBRIGATÓRIA (SEGURO DPVAT) - DECISÃO MONOCRÁTICA DANDO PARCIAL PROVIMENTO AO RECLAMO, RECONHECIDO O DIREITO DA VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO À INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL EM RAZÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL.

1. Seguro obrigatório devido nos casos de invalidez permanente parcial.

1.1. A análise da controvérsia prescinde de interpretação de cláusula contratual e reexame de prova, motivo pelo qual não incidem, na espécie, as Súmulas 5 e 7 do STJ. Fato incontroverso delimitado no acórdão recorrido, que afirma o encurtamento de um dos membros inferiores da vítima do acidente de trânsito (deformidade permanente).

1.2. Nos termos da Lei 6.194/74, a invalidez permanente parcial, advinda de acidente de trânsito, também se encontra compreendida no rol de danos pessoais acobertados pelo seguro DPVAT.

"Em interpretação sistemática da legislação securitária (Lei 6.194/74), a 'incapacidade permanente' é a deformidade física decorrente de lesões corporais graves, que não desaparecem nem se modificam para melhor com as medidas terapêuticas comuns, habituais e aceitas pela ciência da época" (REsp 876.102/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 22.11.2011, DJe 01.02.2012). Desse modo, cabida a indenização proporcional ao grau da incapacidade permanente apurada (Súmula 474/STJ).

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1368447/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 10/12/2013, DJe 18/12/2013)”

“RESPONSABILIDADE CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. LEI 6.194/74. INCAPACIDADE PERMANENTE. CONCEITO E EXTENSÃO. DEFORMIDADE FÍSICA PERMANENTE LIMITADORA DA PRÁTICA DE ATIVIDADES COSTUMEIRAS.

1. O Seguro DPVAT tem a finalidade de amparar as vítimas de acidentes causados por veículos automotores terrestres ou pela carga transportada, ostentando a natureza de seguro de danos pessoais, cujo escopo é eminentemente social, porquanto transfere para o segurador os efeitos econômicos do risco da responsabilidade civil do proprietário em reparar danos a vítimas de trânsito, independentemente da existência de culpa no sinistro.

2. Em interpretação sistemática da legislação securitária (Lei 6.194/74), a "incapacidade permanente" é a deformidade física decorrente de lesões corporais graves, que não desaparecem nem se modificam para melhor com as medidas terapêuticas comuns, habituais e aceitas pela ciência da época.

3. A "incapacidade" pressupõe qualquer atividade desempenhada pela vítima - a prática de atos do cotidiano, o trabalho ou o esporte, indistintamente - e, por óbvio, implica mudança compulsória e indesejada de vida do indivíduo, ocasionando-lhe dissabor, dor e sofrimento.

4. No caso em exame, a sentença, com ampla cognição fático-probatória, consignou a deformidade física parcial e permanente do recorrente em virtude do acidente de trânsito, encontrando-se satisfeitos os requisitos exigidos pelo art. 5º da Lei 6.194/74 para configuração da obrigação de indenizar.

5. Recurso especial provido para reconhecer o direito do recorrente à indenização, restabelecendo a sentença inclusive quanto aos ônus sucumbenciais.

(REsp 876.102/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2011, DJe 01/02/2012)”

“Seguro Obrigatório. DPVAT. Ação de cobrança de diferença de seguro obrigatório. Alegada invalidez permanente. Laudo pericial elaborado por perito do IMESC que constata a incapacidade no patamar de 70%. Pagamento parcial feito administrativamente em valor igual ao apurado nos autos. Ação julgada improcedente. Apelação do autor. Renovação dos argumentos anteriores. Pretensão à fixação da indenização para lesão do quadril e encurtamento de membro inferior. Impossibilidade. Necessidade de observância do grau de invalidez constatado por perícia médica. Súmula 474 do C. STJ (“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”). Prova pericial conclusiva. Incapacidade parcial e permanente caracterizada. Percentual fixado de acordo com a Tabela expedida pela SUSEP. Incapacidade parcial permanente apurada no percentual de 70% do valor máximo da indenização, ou seja, R\$9.450,00. Pagamento administrativo no valor de R\$9.450,00. Quitação configurada. Arbitramento de honorários recursais. Sentença mantida. Recurso improvido, com observação. (TJSP; Apelação Cível 1014658-11.2015.8.26.0576; Relator (a): Francisco Occhiuto Júnior; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de São José do Rio Preto - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 20/10/2016; Data de Registro: 20/10/2016)” – griso nosso

A incapacidade permanente do autor é patente, consoante exames e laudo pericial do IML já acostados aos autos, restando controverso se a incapacidade



permanente é total ou parcial, e em sendo parcial, qual o seu percentual para determinar o valor devido, nos termos da **Súmula 474 do E. STJ**:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

E, na hipótese de ser mantido o laudo pericial, *ad argumentandum tantum*, deve-se observar o percentual apontado de 50% (cinquenta por cento), portanto, devendo ser condenado o réu ao pagamento de 50% do prêmio devido, correspondendo ao importe de R\$ 6.750,00.

Assim, requer à V. Exa. a realização de nova perícia médica com outro perito a ser designado; ou assim não entendendo o d. Julgador requer seja instado o ilustre perito a esclarecer os questionamentos ora apresentados; e por fim, na hipótese de manutenção do laudo pericial, requer seja observado o percentual de 50%, condenando o réu ao pagamento da indenização proporcional, nos termos da Súmula 474 do C. STJ.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, 02 de dezembro de 2021.

Gilmar O. Nascimento Júnior
OAB/SE n.º 3.537



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

10/12/2021

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

15/12/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRANSITO DA COMARCA DE ARACAJU/SE

Processo: 202040600228

DPVAT SUPERVISAO ANALISE DE SINISTRO, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO GONZAGA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Houve pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

| | |
|------------------------|------------|
| DATA DA TRANSFERENCIA: | 24/09/2019 |
| NUMERO DO DOCUMENTO: | |
| VALOR TOTAL: | 3.037,50 |

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

BANCO: 004

AGÊNCIA: 00005

CONTA: 000000043486-3

Nr. da Autenticação A8247D7E94C3808F

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora, tendo sido produzido o laudo acostado.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Ocorre que, não se mostra crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

Deve ser considerada a grande divergência nas conclusões, dado que naturalmente haveria a estagnação da invalidez ou até mesmo a melhora, mas jamais o agravamento.

A indicação da lesão mais abrangente a partir da mera avaliação visual não se mostra suficiente, posto que não corroborada pela documentação acostada.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Os documentos não comprovam o agravamento da lesão bem como a necessidade de novos tratamentos ou procedimentos médicos que indicariam que a lesão não estava estabilizada, cabendo o acolhimento do laudo administrativo acostado e o pagamento efetutado, impondo-se a improcedência da demanda.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ARACAJU, 14 de dezembro de 2021.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

24/12/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Depósito Judicial nº 211209095948248 do BANESE referente a Honorários periciais, ocorrido em 23/12/2021, realizado por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA.

{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não

Informações do depósito da conta judicial: 34289561978 - Parcela: 1

Banco - BANESE

| | |
|-------------------------|--|
| CPF/CNPJ do depositante | 09.248.608/0001-04 |
| Nome do depositante | SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA |
| ID da guia | 1939744 |
| Origem | Interligação |
| Data do depósito | 23/12/2021 |
| Forma de recolhimento | DINHEIRO |
| Valor do depósito | 4750,00 |



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

11/01/2022

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Cls. Indefiro o pedido de renovação da produção de prova testemunhal. Isto porque a parte autora não demonstrou a suposta imprestabilidade da perícia, afirmando necessária a produção de nova prova tão somente por não concordar com as razões expostas pelo perito. Logo, como se vê, não cabe a produção de nova prova pericial, mesmo que as conclusões do atual exame distoem do exame anteriormente produzido pelo IML, eis que o laudo mais recente possui condições maiores de atestar a situação atual do periciando. Assim, indefiro o pedido de produção de nova prova pericial. Aguarde-se pelo prazo do art. 357, §1º, do CPC, aqui tomado por aproximação de fundamentos, eventuais manifestações das partes, prestigiando-se, assim, o princípio da não surpresa. Intimem-se.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600228 - Número Único: 0007556-82.2020.8.25.0001

Autor: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Réu: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Indefiro o pedido de renovação da produção de prova testemunhal. Isto porque a parte autora não demonstrou a suposta "imprestabilidade" da perícia, afirmando necessária a produção de nova prova tão somente por não concordar com as razões expostas pelo perito. Logo, como se vê, não cabe a produção de nova prova pericial, mesmo que as conclusões do atual exame distoem do exame anteriormente produzido pelo IML, eis que o laudo mais recente possui condições maiores de atestar a situação atual do periciando.

Assim, indefiro o pedido de produção de nova prova pericial.

Aguarde-se pelo prazo do art. 357, §1º, do CPC, aqui tomado por aproximação de fundamentos, eventuais manifestações das partes, prestigiando-se, assim, o princípio da não surpresa.

Intimem-se.

Aracaju/SE, 6 de janeiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 11/01/2022, às 10:34:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2022000022359-46**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

12/01/2022

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que, confeccionei alvará judicial de nº 202240600003 em favor do perito CARLOS TADEU NASCIMENTO ALVES, no montante de R\$ 250,00. Aguardando conferência e assinatura.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

13/01/2022

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Alvará Judicial nº 202240600023 emitido para o Banco BANESE:
-Crédito em conta-CARLOS TADEU
NASCIMENTO ALVES

{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SERGIPE
ALVARA ELETRONICO DE VALOR N 202240600023

Comarca
Aracaju

Vara
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito

Número do Processo
202040600228

Autor
ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Réu
DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

CPF/CNPJ Autor
15535398500

CPF/CNPJ Réu
0

Data de Expedição
13/01/2022

Data de Validade
13/04/2022

TOTAL DE PAGAMENTO(S) INFORMADO(S) NO MANDADO: 001

Número da Solicitação.: 0002

Tipo Qualificador.....: Valor Total

Valor do Beneficiário.: R\$ 4.768,08

Base de cálculo.....: Com acréscimo

Finalidade.....: Crédito Conta

Calculado em.....: 13/01/2022

Conta Destino.....: 1002434

Dígito Verificador.....: 6

Agência destino.....: 58

Tipo Beneficiário.....: FISICA

CPF/CNPJ Beneficiário.: 71197788549

Beneficiário.....: CARLOS TADEU NASCIMENTO
ALVES

Conta(s) Judicial(is) .: 34289561978



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

13/01/2022

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Alvará Judicial nº 202240600023 expedido dia 13/01/2022 às 10:09:36 emitido para o Banco BANESE foi cumprido em favor de:
-Crédito em conta-CARLOS TADEU NASCIMENTO ALVES

{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Informações do cumprimento do alvará - 202240600023

Banco - BANESE

Comprovante de resgate da ordem - 307962

| |
|--|
| Comprovante de Resgate Justiça Estadual |
| ----- |
| Processo : 202040600228 |
| Número do Alvará : 202240600023 |
| Número da Solicitação : 307962 |
| Data do Alvará : 13/01/2022 |
| Beneficiário : CARLOS TADEU NASCIMENTO ALVES |
| CPF/CNPJ : 711.977.885-49 |
| Agência da Conta : 34 |
| Conta Resgatada : 289561978 |
| ----- |
| DADOS DO RESGATE |
| Valor do Capital : R\$ 4.768,08 |
| Valor dos Rendimentos: R\$ 0,00 |
| Valor Bruto Resgate : R\$ 4.768,08 |
| Valor do IR : R\$ 0,00 |
| Valor Líquido Resgate: R\$ 4.768,08 |
| DADOS DO CRÉDITO |
| Finalidade : Crédito em conta |
| Levantador : |
| CPF/CNPJ : |
| INFORMAÇÕES ADICIONAIS |
| ===== |
| Agência : 990 |
| Número do Posto : 0 |
| Data : 13/01/2022 |
| NSU : 000RN8 |



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

13/01/2022

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que, confeccionei alvará judicial para o perito Carlos Tadeu Nascimento Alves, no valor de R\$4.750,00 (Quatro mil, setecentos e cinquenta reais), referente aos processos, cuja lista segue anexo </br>{Via Movimentação em Lote nº 202200003}
 Juntada de Certidão

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Estado de Sergipe
Tribunal de Justiça
Coordenadoria de Perícias

Ofício N° 2021 – COPEJUD

Aracaju, 07 de dezembro de 2021.

A(o) Ilmo(a).

Gerente do Mutirão DPVAT

Rua Senador Dantas, 74,5° andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ

Senhor (a) Gerente,

Tendo em vista a realização do Mutirão de “Perícia e Conciliação – DPVAT”, no período de 29/11 a 03/12/2021, de processos da Comarca de Aracaju, foram nomeados os médicos Dr. Marlucio Andrade dos Santos, CRM 804, Dr. Carlos Tadeu Nascimento Alves, CRM 8778, Dr. Leandro Koiti Tomiyoshi, CRM 3730, Dr. Andrey Sorrilha CRM 3797, Dra. Ana Thaisa da Silva Leal, CRM 4821, Dr. Gilberth Tadeu dos Santos Aciole, para realização das perícias.

Após finalização do mutirão, computou-se a realização de **141 (cento e quarenta e um) procedimentos periciais**, sendo **19 (dezenove)** realizados pelo médico Dr. Marlucio Andrade dos Santos, CRM 804, **39 (Trinta e nove)** realizados pelo Dr. Carlos Tadeu Nascimento Alves, CRM 8778, **47 (quarenta e sete)** realizados pelo Dr. Leandro Koiti Tomiyoshi, CRM 3730, **18 (dezoito)** realizados pelo Dr. Andrey Sorrilha, CRM 3797 e **17 (dezesete)** realizados pela Dra. Ana Thaisa da Silva Leal, CRM 4821, **01 (um)** realizado pelo Dr. Gilberth Tadeu dos Santos Aciole, CRM 4821 sendo fixados o valor de R\$250,00, por perícia, o que totalizou o valor total de R\$ 35.250,00 (trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais).

Todavia, do quantitativo acima descrito, restam pendentes de pagamento, 68 (sessenta e oito) procedimentos periciais, conforme tabelas em anexo.

Dessa forma, envio a Vossa Senhoria a relação dos processos, nos quais foram realizadas as referidas perícias, ainda pendentes de pagamentos, a fim de que seja procedido o pagamento dos respectivos honorários, a serem depositados em conta judicial, vinculada ao processo número **202140600030**, referente a **13 (treze) perícias** realizadas pelo médico **Dr. Marlucio Andrade dos Santos**, CRM 804; ao processo número **202040600228**, referente a **19 (dezenove) perícias** realizadas pelo **Dr. Carlos Tadeu Nascimento Alves**, CRM 8778; ao processo

número **202140600390**, referente a **22 (vinte e duas) perícias** realizadas pelo **Dr. Leandro Koiti Tomiyoshi**, CRM 3730; ao processo número **202140600399**, referente a **05 (cinco) perícias** realizadas pelo **Dr. Andrey Sorrilha**, CRM 3797 e ao processo número **202140600185**, referente a **09 (nove) perícias** realizadas pela **Dra. Ana Thaisa da Silva Leal**, CRM 4821, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, cuja comprovação deve ser anexada aos respectivos autos neste prazo.

Atenciosamente,



Thyago Avelino Santana dos Santos
Coordenador de Perícias Judiciais



Coordenadoria de Perícias

Relação de Processos

Médico: Andrey Sorrilha – CRM 3797 SE

Data: 01/12/2021

| ORDEM | PROCESSO | SEGURADO |
|--------------|-----------------|-----------------------------|
| 1 | 202140600399 | FLÁVIO LIMA PEREIRA |
| 2 | 202140600355 | GILDÁSIO SANTOS DE CARVALHO |
| 3 | 202140600458 | MIGUEL NUNES DA SILVA |
| 4 | 202140600467 | GABRIEL DA COSTA MOREIRA |
| 5 | 202140600345 | DIEGO DA CRUZ SANTOS |

COORDENADORIA DE PERÍCIAS

Relação de processos

DOUTOR: Marlucio Andrade – CRM 804/ RQE 841

DATA: 30/11/2021

| ORDEM | PROCESSO | SEGURADO |
|--------------|-----------------|--------------------------------|
| 1 | 202140600030 | EMERSON MENEZES DO NASCIMENTO |
| 2 | 202040600014 | LUIZ PABLO SANTOS SOUZA |
| 3 | 202040600715 | JAILTON FRANCISCO DOS SANTOS |
| 4 | 202040600155 | LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO |
| 5 | 202040600658 | ERINALDO DIAS DE OLIVEIRA |
| 6 | 202040600081 | MARIA ADRIANA TORRES OLIVEIRA |
| 7 | 202040600500 | APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS |
| 8 | 202040600915 | LENILSON DOS ANJOS SANTOS |
| 9 | 202140600449 | RIVALDO DA SILVA |
| 10 | 201940601735 | BONIFACIO MARCELINO DA GAMA |
| 11 | 202040600725 | SINVALDO DE JESUS FONTES |
| 12 | 202040600495 | MARIA DE LOURDES SANTOS |
| 13 | 202140600702 | JOSÉ RUBENS PAULINO MELQUIADES |

Coordenadoria de Perícias
Relação de Processos

Médico: Ana Thaisa da Silva Leal- CRM-SE 4821

Data: 03/12/2021

| | | |
|---|--------------|---------------------------------|
| 1 | 201840600669 | José Edimilson Matos dos santos |
| 2 | 201940601550 | Minerval de Souza Lima Junior |
| 3 | 202140600013 | Tiago dos Santos Santana |
| 4 | 201940601941 | Guilherme Dantas Costa |
| 5 | 202140600195 | Suzan Kelly Lopes de Oliveira |
| 6 | 202140600731 | Elaine de Oliveira Lima |
| 7 | 201840601535 | Carlos Freire de Almeida |
| 8 | 202040600274 | Maria de Lurdes dos Santos Lima |
| 9 | 202140600185 | Claudenir Santos Lima |

RELAÇÃO DE PROCESSOS

DOUTOR: CARLOS TADEU – CRM 8778

DATA: 30/11/2021

| ORDEM | PROCESSO | SEGURADO |
|--------------|-----------------|----------------------------------|
| 1 | 202040600228 | ANTÔNIO GONZAGA DA SILVA |
| 2 | 202040600564 | LUIZ CARLOS TOMAZIO |
| 3 | 202140600631 | CARLOS VINÍCIUS DE ANDRADE SILVA |
| 4 | 201940601475 | HELIEVERTON DOS ANTOS FIGUEIREDO |
| 5 | 202140600632 | RENATA MÔNICA SANTOS DA SILVA |
| 6 | 202040600818 | MARIA DAMIANA VIEIRA DA SILVA |
| 7 | 202040600916 | PAULO ROBERTO DOS SANTOS |
| 8 | 201940600917 | LOURIVAL DA SILVA SANTOS |

RELAÇÃO DE PROCESSOS

DOUTOR: CARLOS TADEU – CRM 8778

DATA: 02/12/2021

| ORDEM | PROCESSO | SEGURADO |
|--------------|-----------------|----------------------------|
| 1 | 202140600525 | WESLEY ANDRADE CHAGAS |
| 2 | 202140600792 | JOSÉ CLEDSON SANTOS MATIAS |
| 3 | 202140600578 | GRACILENE NOVAIS LIMA |
| 4 | 202140600510 | RAMON GOMES |
| 5 | 202140600549 | NILTON SILVA SANTOS |
| 6 | 202140600671 | JOSÉ MESSIAS BRIGIDO |
| 7 | 202140601698 | UBIRAJARA BRITO DOS PASSOS |
| 8 | 202140600178 | ELIANA DOS SANTOS GOIS |
| 9 | 202140600228 | EDSON LUÍS DE JESUS SOUZA |
| 10 | 202140600639 | ANA ELISA SANTOS SANTANA |
| 11 | 202140600709 | LUCIANO SOUZA SANTOS |

Coordenadoria de Perícias
Relação de Processos

Médico: Leandro Koiti - CRM-SE 3730

Data: 29/11/2021

| | | |
|---|--------------|-----------------------------------|
| 1 | 202140600390 | Bismark de Santana Castro |
| 2 | 201940601531 | Jarge Santos Carvalho |
| 3 | 201940601532 | Carlos Roberto de Almeida Meneses |
| 4 | 202140600394 | Mateus Souza Santos |
| 5 | 202140600276 | Alandson Melo de França |
| 6 | 202140600245 | Rafael Reis Santos |
| 7 | 202040600937 | Marcos Floro Rodrigues dos Santos |

Coordenadoria de Perícias
Relação de Processos

Médico: Leandro Koiti - CRM-SE 3730

Data: 30/11/2021

| | | |
|---|--------------|----------------------------|
| 1 | 201940601494 | Cristiano Souza da Silva |
| 2 | 202140600634 | Lailson dos santos Silva |
| 3 | 201940601482 | Arivaldo Vieira dos Santos |
| 4 | 202040600146 | Ivaldo Alves dos Santos |
| 5 | 202040600439 | Valdson Mota Santos |
| 6 | 202140600717 | Roniclecio Borges Santos |
| 7 | 201940601743 | Batista Ferreira da Silva |
| 8 | 202040600440 | Michel Gonçalves Santos |

RELAÇÃO DE PROCESSOS

DOUTOR: LEANDRO KOITI – CRM 3730

DATA: 01/12/2021

| ORDEM | PROCESSO | SEGURADO |
|--------------|-----------------|-------------------------------------|
| 1 | 202140600011 | MANOEL VALDOMIRO SANTOS |
| 2 | 202040601306 | SINARA DO SOCORRO LOURENÇO MEDEIROS |
| 3 | 202140600478 | DIOGENES SANTOS VASCONCELOS |
| 4 | 202040601277 | WALDSON DE ARAGÃO GREGORIO |
| 5 | 202140600475 | CLEONICE SILVESTRE FILHO SOUZA |
| 6 | 202140600217 | PHELIPE AUGUSTO DE JESUS SOUZA |
| 7 | 202040601314 | FRANCISCO SANTANA DA SILVA |

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 202140600030

Nº Conta Judicial.....: 034/28.947158-8

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

| | | |
|--|----------------------------------|-------------------------------|
| Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA | Data de Vencimento 29/12/2021 | Valor Cobrado R\$ 3.250,00 |
| Agência / Código do Cedente 015/909000016 | Nosso Número 01939708-7 | Autenticação Mecânica |

 **Banese** | **047-7** | **04791.59097 00001.601939 97087.047755 1 88490000325000**

| | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------|------------|-------------------------------------|--|
| Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE | | | | | Vencimento 29/12/2021 |
| Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE Nº Conta Judicial: 034/28.947158-8 | | | | | Agência/Cod Beneficiário 015/909000016 |
| Data do Documento 09/12/2021 | Nº do Documento | Espécie Doc. | Aceite | Data do Processamento 09/12/2021 | Nosso Número 01939708-7 |
| Uso Banco | Carteira CS | Moeda R\$ | Quantidade | Valor | (=) Valor do Documento R\$ 3.250,00 |
| Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento. | | | | | (-) Desconto/abatimento |
| | | | | | (-) Outras deduções |
| | | | | | (+) Mora/Multa |
| | | | | | (+) Outros Acréscimos |
| | | | | | (=) Valor Cobrado |

Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04

SACADOR/AVALISTA

Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

30/01/2022

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VARA DE DELITOS E ACIDENTES DE TRANSITO DA
COMARCA DE ARACAJU-SE**

Processo: 202040600228

DPVAT SUPERVISAO ANALISE DE SINISTRO, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO GONZAGA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada de **RECIBO DE PAGAMENTO E OFÍCIO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Deferimento.

ARACAJU, 13 de janeiro de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

Comprovante de Pagamento

Empresa: SEG. LÍDER

CNPJ: 09.248.608/0001-04

Conta debitada: BANCO DO BRASIL S.A.

Agência: 1912-7

Conta: 6406866-8

Forma de Pagamento: FICHA DE COMPENSAÇÃO

Data do Pagamento: 21/12/2021

Valor Total: 2.250,00

Favorecido: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Representação numérica do código de 04796884900002250001590900001601939769904777

Protocolo: EE645A84EF2DCF3A

Comprovante de Pagamento

Empresa: SEG. LÍDER

CNPJ: 09.248.608/0001-04

Conta debitada: BANCO DO BRASIL S.A.

Agência: 1912-7

Conta: 6406866-8

Forma de Pagamento: FICHA DE COMPENSAÇÃO

Data do Pagamento: 21/12/2021

Valor Total: 1.250,00

Favorecido: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Representação numérica do código de 04793884900001250001590900001601939764804790

Protocolo: AC143299C546D332

Comprovante de Pagamento

Empresa: SEG. LÍDER

CNPJ: 09.248.608/0001-04

Conta debitada: BANCO DO BRASIL S.A.

Agência: 1912-7

Conta: 6406866-8

Forma de Pagamento: FICHA DE COMPENSAÇÃO

Data do Pagamento: 21/12/2021

Valor Total: 4.750,00

Favorecido: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Representação numérica do código de 04793884900004750001590900001601939744304767

Protocolo: F53D058868C2BC27

Comprovante de Pagamento

Empresa: SEG. LÍDER

CNPJ: 09.248.608/0001-04

Conta debitada: BANCO DO BRASIL S.A.

Agência: 1912-7

Conta: 6406866-8

Forma de Pagamento: FICHA DE COMPENSAÇÃO

Data do Pagamento: 21/12/2021

Valor Total: 5.500,00

Favorecido: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Representação numérica do código de 04791884900005500001590900001601939746004744

Protocolo: AC7A4C011A12272A

Comprovante de Pagamento

Empresa: SEG. LÍDER

CNPJ: 09.248.608/0001-04

Conta debitada: BANCO DO BRASIL S.A.

Agência: 1912-7

Conta: 6406866-8

Forma de Pagamento: FICHA DE COMPENSAÇÃO

Data do Pagamento: 21/12/2021

Valor Total: 3.250,00

Favorecido: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Representação numérica do código de 04791884900003250001590900001601939708704775

Protocolo: A79079E35154550C

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 202140600185

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

| | | |
|--|----------------------------------|-------------------------------|
| Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA | Data de Vencimento 29/12/2021 | Valor Cobrado R\$ 2.250,00 |
| Agência / Código do Cedente 015/909000016 | Nosso Número 01939769-9 | Autenticação Mecânica |

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601939 97699.047771 6 88490000225000**

| | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------|------------|-------------------------------------|--|
| Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE | | | | | Vencimento 29/12/2021 |
| Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE | | | | | Agência/Cod Beneficiário 015/909000016 |
| Data do Documento 09/12/2021 | Nº do Documento | Espécie Doc. | Aceite | Data do Processamento 09/12/2021 | Nosso Número 01939769-9 |
| Uso Banco | Carteira CS | Moeda R\$ | Quantidade | Valor | (=) Valor do Documento R\$ 2.250,00 |
| Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento. | | | | | (-) Desconto/abatimento |
| | | | | | (-) Outras deduções |
| | | | | | (+) Mora/Multa |
| | | | | | (+) Outros Acréscimos |
| | | | | | (=) Valor Cobrado |

Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04

SACADOR/AVALISTA

Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 202140600399

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

| | | |
|--|----------------------------------|-------------------------------|
| Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA | Data de Vencimento 29/12/2021 | Valor Cobrado R\$ 1.250,00 |
| Agência / Código do Cedente 015/909000016 | Nosso Número 01939764-8 | Autenticação Mecânica |

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601939 97648.047906 3 88490000125000**

| | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------|------------|-------------------------------------|--|
| Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE | | | | | Vencimento 29/12/2021 |
| Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE | | | | | Agência/Cod Beneficiário 015/909000016 |
| Data do Documento 09/12/2021 | Nº do Documento | Espécie Doc. | Aceite | Data do Processamento 09/12/2021 | Nosso Número 01939764-8 |
| Uso Banco | Carteira CS | Moeda R\$ | Quantidade | Valor | (=) Valor do Documento R\$ 1.250,00 |
| Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento. | | | | | (-) Desconto/abatimento |
| | | | | | (-) Outras deduções |
| | | | | | (+) Mora/Multa |
| | | | | | (+) Outros Acréscimos |
| | | | | | (=) Valor Cobrado |

Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04

SACADOR/AVALISTA

Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 202040600228

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

| | | |
|--|----------------------------------|-------------------------------|
| Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA | Data de Vencimento 29/12/2021 | Valor Cobrado R\$ 4.750,00 |
| Agência / Código do Cedente 015/909000016 | Nosso Número 01939744-3 | Autenticação Mecânica |

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601939 97443.047671 3 88490000475000**

| | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------|------------|-------------------------------------|--|
| Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE | | | | | Vencimento 29/12/2021 |
| Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE | | | | | Agência/Cod Beneficiário 015/909000016 |
| Data do Documento 09/12/2021 | Nº do Documento | Espécie Doc. | Aceite | Data do Processamento 09/12/2021 | Nosso Número 01939744-3 |
| Uso Banco | Carteira CS | Moeda R\$ | Quantidade | Valor | (=) Valor do Documento R\$ 4.750,00 |
| Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento. | | | | | (-) Desconto/abatimento |
| | | | | | (-) Outras deduções |
| | | | | | (+) Mora/Multa |
| | | | | | (+) Outros Acréscimos |
| | | | | | (=) Valor Cobrado |

Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04

SACADOR/AVALISTA

Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 202140600390

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

| | | |
|--|----------------------------------|-------------------------------|
| Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA | Data de Vencimento 29/12/2021 | Valor Cobrado R\$ 5.500,00 |
| Agência / Código do Cedente 015/909000016 | Nosso Número 01939746-0 | Autenticação Mecânica |

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601939 97460.047448 1 88490000550000**

| | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------|------------|-------------------------------------|--|
| Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE | | | | | Vencimento 29/12/2021 |
| Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE | | | | | Agência/Cod Beneficiário 015/909000016 |
| Data do Documento 09/12/2021 | Nº do Documento | Espécie Doc. | Aceite | Data do Processamento 09/12/2021 | Nosso Número 01939746-0 |
| Uso Banco | Carteira CS | Moeda R\$ | Quantidade | Valor | (=) Valor do Documento R\$ 5.500,00 |
| Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento. | | | | | (-) Desconto/abatimento |
| | | | | | (-) Outras deduções |
| | | | | | (+) Mora/Multa |
| | | | | | (+) Outros Acréscimos |
| | | | | | (=) Valor Cobrado |

Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04

SACADOR/AVALISTA

Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 202140600030

Nº Conta Judicial.....: 034/28.947158-8

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

| | | |
|--|----------------------------------|-------------------------------|
| Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA | Data de Vencimento 29/12/2021 | Valor Cobrado R\$ 3.250,00 |
| Agência / Código do Cedente 015/909000016 | Nosso Número 01939708-7 | Autenticação Mecânica |

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601939 97087.047755 1 88490000325000**

| | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------|------------|-------------------------------------|--|
| Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE | | | | | Vencimento 29/12/2021 |
| Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE Nº Conta Judicial: 034/28.947158-8 | | | | | Agência/Cod Beneficiário 015/909000016 |
| Data do Documento 09/12/2021 | Nº do Documento | Espécie Doc. | Aceite | Data do Processamento 09/12/2021 | Nosso Número 01939708-7 |
| Uso Banco | Carteira CS | Moeda R\$ | Quantidade | Valor | (=) Valor do Documento R\$ 3.250,00 |
| Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento. | | | | | (-) Desconto/abatimento |
| | | | | | (-) Outras deduções |
| | | | | | (+) Mora/Multa |
| | | | | | (+) Outros Acréscimos |
| | | | | | (=) Valor Cobrado |

Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04

SACADOR/AVALISTA

Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO





Estado de Sergipe
Tribunal de Justiça
Coordenadoria de Perícias

Ofício N° 2021 – COPEJUD

Aracaju, 07 de dezembro de 2021.

A(o) Ilmo(a).

Gerente do Mutirão DPVAT

Rua Senador Dantas, 74,5° andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ

Senhor (a) Gerente,

Tendo em vista a realização do Mutirão de “Perícia e Conciliação – DPVAT”, no período de 29/11 a 03/12/2021, de processos da Comarca de Aracaju, foram nomeados os médicos Dr. Marlucio Andrade dos Santos, CRM 804, Dr. Carlos Tadeu Nascimento Alves, CRM 8778, Dr. Leandro Koiti Tomiyoshi, CRM 3730, Dr. Andrey Sorrilha CRM 3797, Dra. Ana Thaisa da Silva Leal, CRM 4821, Dr. Gilberth Tadeu dos Santos Aciole, para realização das perícias.

Após finalização do mutirão, computou-se a realização de **141 (cento e quarenta e um) procedimentos periciais**, sendo **19 (dezenove)** realizados pelo médico Dr. Marlucio Andrade dos Santos, CRM 804, **39 (Trinta e nove)** realizados pelo Dr. Carlos Tadeu Nascimento Alves, CRM 8778, **47 (quarenta e sete)** realizados pelo Dr. Leandro Koiti Tomiyoshi, CRM 3730, **18 (dezoito)** realizados pelo Dr. Andrey Sorrilha, CRM 3797 e **17 (dezesete)** realizados pela Dra. Ana Thaisa da Silva Leal, CRM 4821, **01 (um)** realizado pelo Dr. Gilberth Tadeu dos Santos Aciole, CRM 4821 sendo fixados o valor de R\$250,00, por perícia, o que totalizou o valor total de R\$ 35.250,00 (trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais).

Todavia, do quantitativo acima descrito, restam pendentes de pagamento, 68 (sessenta e oito) procedimentos periciais, conforme tabelas em anexo.

Dessa forma, envio a Vossa Senhoria a relação dos processos, nos quais foram realizadas as referidas perícias, ainda pendentes de pagamentos, a fim de que seja procedido o pagamento dos respectivos honorários, a serem depositados em conta judicial, vinculada ao processo número **202140600030**, referente a **13 (treze) perícias** realizadas pelo médico **Dr. Marlucio Andrade dos Santos**, CRM 804; ao processo número **202040600228**, referente a **19 (dezenove) perícias** realizadas pelo **Dr. Carlos Tadeu Nascimento Alves**, CRM 8778; ao processo

número **202140600390**, referente a **22 (vinte e duas) perícias** realizadas pelo **Dr. Leandro Koiti Tomiyoshi**, CRM 3730; ao processo número **202140600399**, referente a **05 (cinco) perícias** realizadas pelo **Dr. Andrey Sorrilha**, CRM 3797 e ao processo número **202140600185**, referente a **09 (nove) perícias** realizadas pela **Dra. Ana Thaisa da Silva Leal**, CRM 4821, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, cuja comprovação deve ser anexada aos respectivos autos neste prazo.

Atenciosamente,



Thiago Avelino Santana dos Santos
Coordenador de Perícias Judiciais



Coordenadoria de Perícias

Relação de Processos

Médico: Andrey Sorrilha – CRM 3797 SE

Data: 01/12/2021

| ORDEM | PROCESSO | SEGURADO |
|--------------|-----------------|-----------------------------|
| 1 | 202140600399 | FLÁVIO LIMA PEREIRA |
| 2 | 202140600355 | GILDÁSIO SANTOS DE CARVALHO |
| 3 | 202140600458 | MIGUEL NUNES DA SILVA |
| 4 | 202140600467 | GABRIEL DA COSTA MOREIRA |
| 5 | 202140600345 | DIEGO DA CRUZ SANTOS |

COORDENADORIA DE PERÍCIAS

Relação de processos

DOUTOR: Marluccio Andrade – CRM 804/ RQE 841

DATA: 30/11/2021

| ORDEM | PROCESSO | SEGURADO |
|-------|--------------|--------------------------------|
| 1 | 202140600030 | EMERSON MENEZES DO NASCIMENTO |
| 2 | 202040600014 | LUIZ PABLO SANTOS SOUZA |
| 3 | 202040600715 | JAILTON FRANCISCO DOS SANTOS |
| 4 | 202040600155 | LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO |
| 5 | 202040600658 | ERINALDO DIAS DE OLIVEIRA |
| 6 | 202040600081 | MARIA ADRIANA TORRES OLIVEIRA |
| 7 | 202040600500 | APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS |
| 8 | 202040600915 | LENILSON DOS ANJOS SANTOS |
| 9 | 202140600449 | RIVALDO DA SILVA |
| 10 | 201940601735 | BONIFACIO MARCELINO DA GAMA |
| 11 | 202040600725 | SINVALDO DE JESUS FONTES |
| 12 | 202040600495 | MARIA DE LOURDES SANTOS |
| 13 | 202140600702 | JOSÉ RUBENS PAULINO MELQUIADES |

Coordenadoria de Perícias
Relação de Processos

Médico: Ana Thaisa da Silva Leal- CRM-SE 4821

Data: 03/12/2021

| | | |
|---|--------------|---------------------------------|
| 1 | 201840600669 | José Edimilson Matos dos santos |
| 2 | 201940601550 | Minerval de Souza Lima Junior |
| 3 | 202140600013 | Tiago dos Santos Santana |
| 4 | 201940601941 | Guilherme Dantas Costa |
| 5 | 202140600195 | Suzan Kelly Lopes de Oliveira |
| 6 | 202140600731 | Elaine de Oliveira Lima |
| 7 | 201840601535 | Carlos Freire de Almeida |
| 8 | 202040600274 | Maria de Lurdes dos Santos Lima |
| 9 | 202140600185 | Claudenir Santos Lima |

RELAÇÃO DE PROCESSOS

DOUTOR: CARLOS TADEU – CRM 8778

DATA: 30/11/2021

| ORDEM | PROCESSO | SEGURADO |
|--------------|-----------------|----------------------------------|
| 1 | 202040600228 | ANTÔNIO GONZAGA DA SILVA |
| 2 | 202040600564 | LUIZ CARLOS TOMAZIO |
| 3 | 202140600631 | CARLOS VINÍCIUS DE ANDRADE SILVA |
| 4 | 201940601475 | HELIEVERTON DOS ANTOS FIGUEIREDO |
| 5 | 202140600632 | RENATA MÔNICA SANTOS DA SILVA |
| 6 | 202040600818 | MARIA DAMIANA VIEIRA DA SILVA |
| 7 | 202040600916 | PAULO ROBERTO DOS SANTOS |
| 8 | 201940600917 | LOURIVAL DA SILVA SANTOS |

RELAÇÃO DE PROCESSOS

DOUTOR: CARLOS TADEU – CRM 8778

DATA: 02/12/2021

| ORDEM | PROCESSO | SEGURADO |
|--------------|-----------------|----------------------------|
| 1 | 202140600525 | WESLLEY ANDRADE CHAGAS |
| 2 | 202140600792 | JOSÉ CLEDSON SANTOS MATIAS |
| 3 | 202140600578 | GRACILENE NOVAIS LIMA |
| 4 | 202140600510 | RAMON GOMES |
| 5 | 202140600549 | NILTON SILVA SANTOS |
| 6 | 202140600671 | JOSÉ MESSIAS BRIGIDO |
| 7 | 202140601698 | UBIRAJARA BRITO DOS PASSOS |
| 8 | 202140600178 | ELIANA DOS SANTOS GOIS |
| 9 | 202140600228 | EDSON LUÍS DE JESUS SOUZA |
| 10 | 202140600639 | ANA ELISA SANTOS SANTANA |
| 11 | 202140600709 | LUCIANO SOUZA SANTOS |

Coordenadoria de Perícias
Relação de Processos

Médico: Leandro Koiti - CRM-SE 3730

Data: 29/11/2021

| | | |
|---|--------------|-----------------------------------|
| 1 | 202140600390 | Bismark de Santana Castro |
| 2 | 201940601531 | Jarge Santos Carvalho |
| 3 | 201940601532 | Carlos Roberto de Almeida Meneses |
| 4 | 202140600394 | Mateus Souza Santos |
| 5 | 202140600276 | Alandson Melo de França |
| 6 | 202140600245 | Rafael Reis Santos |
| 7 | 202040600937 | Marcos Floro Rodrigues dos Santos |

Coordenadoria de Perícias
Relação de Processos

Médico: Leandro Koiti - CRM-SE 3730

Data: 30/11/2021

| | | |
|---|--------------|----------------------------|
| 1 | 201940601494 | Cristiano Souza da Silva |
| 2 | 202140600634 | Lailson dos santos Silva |
| 3 | 201940601482 | Arivaldo Vieira dos Santos |
| 4 | 202040600146 | Ivaldo Alves dos Santos |
| 5 | 202040600439 | Valdson Mota Santos |
| 6 | 202140600717 | Roniclecio Borges Santos |
| 7 | 201940601743 | Batista Ferreira da Silva |
| 8 | 202040600440 | Michel Gonçalves Santos |

RELAÇÃO DE PROCESSOS

DOUTOR: LEANDRO KOITI – CRM 3730

DATA: 01/12/2021

| ORDEM | PROCESSO | SEGURADO |
|--------------|-----------------|-------------------------------------|
| 1 | 202140600011 | MANOEL VALDOMIRO SANTOS |
| 2 | 202040601306 | SINARA DO SOCORRO LOURENÇO MEDEIROS |
| 3 | 202140600478 | DIOGENES SANTOS VASCONCELOS |
| 4 | 202040601277 | WALDSON DE ARAGÃO GREGORIO |
| 5 | 202140600475 | CLEONICE SILVESTRE FILHO SOUZA |
| 6 | 202140600217 | PHELIPE AUGUSTO DE JESUS SOUZA |
| 7 | 202040601314 | FRANCISCO SANTANA DA SILVA |

Comprovante de Pagamento

Empresa: SEG. LÍDER

CNPJ: 09.248.608/0001-04

Conta debitada: BANCO DO BRASIL S.A.

Agência: 1912-7

Conta: 6406866-8

Forma de Pagamento: FICHA DE COMPENSAÇÃO

Data do Pagamento: 21/12/2021

Valor Total: 2.250,00

Favorecido: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Representação numérica do código de 04796884900002250001590900001601939769904777

Protocolo: EE645A84EF2DCF3A

Comprovante de Pagamento

Empresa: SEG. LÍDER

CNPJ: 09.248.608/0001-04

Conta debitada: BANCO DO BRASIL S.A.

Agência: 1912-7

Conta: 6406866-8

Forma de Pagamento: FICHA DE COMPENSAÇÃO

Data do Pagamento: 21/12/2021

Valor Total: 1.250,00

Favorecido: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Representação numérica do código de 04793884900001250001590900001601939764804790

Protocolo: AC143299C546D332

Comprovante de Pagamento

Empresa: SEG. LÍDER

CNPJ: 09.248.608/0001-04

Conta debitada: BANCO DO BRASIL S.A.

Agência: 1912-7

Conta: 6406866-8

Forma de Pagamento: FICHA DE COMPENSAÇÃO

Data do Pagamento: 21/12/2021

Valor Total: 4.750,00

Favorecido: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Representação numérica do código de 04793884900004750001590900001601939744304767

Protocolo: F53D058868C2BC27

Comprovante de Pagamento

Empresa: SEG. LÍDER

CNPJ: 09.248.608/0001-04

Conta debitada: BANCO DO BRASIL S.A.

Agência: 1912-7

Conta: 6406866-8

Forma de Pagamento: FICHA DE COMPENSAÇÃO

Data do Pagamento: 21/12/2021

Valor Total: 5.500,00

Favorecido: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Representação numérica do código de 04791884900005500001590900001601939746004744

Protocolo: AC7A4C011A12272A

Comprovante de Pagamento

Empresa: SEG. LÍDER

CNPJ: 09.248.608/0001-04

Conta debitada: BANCO DO BRASIL S.A.

Agência: 1912-7

Conta: 6406866-8

Forma de Pagamento: FICHA DE COMPENSAÇÃO

Data do Pagamento: 21/12/2021

Valor Total: 3.250,00

Favorecido: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Representação numérica do código de 04791884900003250001590900001601939708704775

Protocolo: A79079E35154550C

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 202140600185

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

| | | |
|--|----------------------------------|-------------------------------|
| Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA | Data de Vencimento 29/12/2021 | Valor Cobrado R\$ 2.250,00 |
| Agência / Código do Cedente 015/909000016 | Nosso Número 01939769-9 | Autenticação Mecânica |

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601939 97699.047771 6 88490000225000**

| | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------|------------|-------------------------------------|--|
| Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE | | | | | Vencimento 29/12/2021 |
| Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE | | | | | Agência/Cod Beneficiário 015/909000016 |
| Data do Documento 09/12/2021 | Nº do Documento | Espécie Doc. | Aceite | Data do Processamento 09/12/2021 | Nosso Número 01939769-9 |
| Uso Banco | Carteira CS | Moeda R\$ | Quantidade | Valor | (=) Valor do Documento R\$ 2.250,00 |
| Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento. | | | | | (-) Desconto/abatimento |
| | | | | | (-) Outras deduções |
| | | | | | (+) Mora/Multa |
| | | | | | (+) Outros Acréscimos |
| | | | | | (=) Valor Cobrado |

Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04

SACADOR/AVALISTA



Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 202140600399

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

| | | |
|--|----------------------------------|-------------------------------|
| Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA | Data de Vencimento 29/12/2021 | Valor Cobrado R\$ 1.250,00 |
| Agência / Código do Cedente 015/909000016 | Nosso Número 01939764-8 | Autenticação Mecânica |

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601939 97648.047906 3 88490000125000**

| | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------|------------|-------------------------------------|--|
| Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE | | | | | Vencimento 29/12/2021 |
| Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE | | | | | Agência/Cod Beneficiário 015/909000016 |
| Data do Documento 09/12/2021 | Nº do Documento | Espécie Doc. | Aceite | Data do Processamento 09/12/2021 | Nosso Número 01939764-8 |
| Uso Banco | Carteira CS | Moeda R\$ | Quantidade | Valor | (=) Valor do Documento R\$ 1.250,00 |
| Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento. | | | | | (-) Desconto/abatimento |
| | | | | | (-) Outras deduções |
| | | | | | (+) Mora/Multa |
| | | | | | (+) Outros Acréscimos |
| | | | | | (=) Valor Cobrado |

Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04

SACADOR/AVALISTA

Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 202040600228

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

| | | |
|--|----------------------------------|-------------------------------|
| Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA | Data de Vencimento 29/12/2021 | Valor Cobrado R\$ 4.750,00 |
| Agência / Código do Cedente 015/909000016 | Nosso Número 01939744-3 | Autenticação Mecânica |

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601939 97443.047671 3 88490000475000**

| | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------|------------|-------------------------------------|--|
| Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE | | | | | Vencimento 29/12/2021 |
| Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE | | | | | Agência/Cod Beneficiário 015/909000016 |
| Data do Documento 09/12/2021 | Nº do Documento | Espécie Doc. | Aceite | Data do Processamento 09/12/2021 | Nosso Número 01939744-3 |
| Uso Banco | Carteira CS | Moeda R\$ | Quantidade | Valor | (=) Valor do Documento R\$ 4.750,00 |
| Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento. | | | | | (-) Desconto/abatimento |
| | | | | | (-) Outras deduções |
| | | | | | (+) Mora/Multa |
| | | | | | (+) Outros Acréscimos |
| | | | | | (=) Valor Cobrado |

Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04

SACADOR/AVALISTA

Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 202140600390

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

| | | |
|--|----------------------------------|-------------------------------|
| Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA | Data de Vencimento 29/12/2021 | Valor Cobrado R\$ 5.500,00 |
| Agência / Código do Cedente 015/909000016 | Nosso Número 01939746-0 | Autenticação Mecânica |

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601939 97460.047448 1 88490000550000**

| | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------|------------|-------------------------------------|--|
| Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE | | | | | Vencimento 29/12/2021 |
| Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE | | | | | Agência/Cod Beneficiário 015/909000016 |
| Data do Documento 09/12/2021 | Nº do Documento | Espécie Doc. | Aceite | Data do Processamento 09/12/2021 | Nosso Número 01939746-0 |
| Uso Banco | Carteira CS | Moeda R\$ | Quantidade | Valor | (=) Valor do Documento R\$ 5.500,00 |
| Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento. | | | | | (-) Desconto/abatimento |
| | | | | | (-) Outras deduções |
| | | | | | (+) Mora/Multa |
| | | | | | (+) Outros Acréscimos |
| | | | | | (=) Valor Cobrado |

Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04

SACADOR/AVALISTA

Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA


A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 202140600030

Nº Conta Judicial.....: 034/28.947158-8

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

| | | |
|--|----------------------------------|-------------------------------|
| Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA | Data de Vencimento 29/12/2021 | Valor Cobrado R\$ 3.250,00 |
| Agência / Código do Cedente 015/909000016 | Nosso Número 01939708-7 | Autenticação Mecânica |

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601939 97087.047755 1 88490000325000**

| | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------|------------|-------------------------------------|--|
| Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE | | | | | Vencimento 29/12/2021 |
| Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE Nº Conta Judicial: 034/28.947158-8 | | | | | Agência/Cod Beneficiário 015/909000016 |
| Data do Documento 09/12/2021 | Nº do Documento | Espécie Doc. | Aceite | Data do Processamento 09/12/2021 | Nosso Número 01939708-7 |
| Uso Banco | Carteira CS | Moeda R\$ | Quantidade | Valor | (=) Valor do Documento R\$ 3.250,00 |
| Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento. | | | | | (-) Desconto/abatimento |
| | | | | | (-) Outras deduções |
| | | | | | (+) Mora/Multa |
| | | | | | (+) Outros Acréscimos |
| | | | | | (=) Valor Cobrado |

Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04

SACADOR/AVALISTA

Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO





Estado de Sergipe
Tribunal de Justiça
Coordenadoria de Perícias

Ofício N° 2021 – COPEJUD

Aracaju, 07 de dezembro de 2021.

A(o) Ilmo(a).
Gerente do Mutirão DPVAT
Rua Senador Dantas, 74,5° andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ

Senhor (a) Gerente,

Tendo em vista a realização do Mutirão de “Perícia e Conciliação – DPVAT”, no período de 29/11 a 03/12/2021, de processos da Comarca de Aracaju, foram nomeados os médicos Dr. Marlucio Andrade dos Santos, CRM 804, Dr. Carlos Tadeu Nascimento Alves, CRM 8778, Dr. Leandro Koiti Tomiyoshi, CRM 3730, Dr. Andrey Sorrilha CRM 3797, Dra. Ana Thaisa da Silva Leal, CRM 4821, Dr. Gilberth Tadeu dos Santos Aciole, para realização das perícias.

Após finalização do mutirão, computou-se a realização de **141 (cento e quarenta e um) procedimentos periciais**, sendo **19 (dezenove)** realizados pelo médico Dr. Marlucio Andrade dos Santos, CRM 804, **39 (Trinta e nove)** realizados pelo Dr. Carlos Tadeu Nascimento Alves, CRM 8778, **47 (quarenta e sete)** realizados pelo Dr. Leandro Koiti Tomiyoshi, CRM 3730, **18 (dezoito)** realizados pelo Dr. Andrey Sorrilha, CRM 3797 e **17 (dezesete)** realizados pela Dra. Ana Thaisa da Silva Leal, CRM 4821, **01 (um)** realizado pelo Dr. Gilberth Tadeu dos Santos Aciole, CRM 4821 sendo fixados o valor de R\$250,00, por perícia, o que totalizou o valor total de R\$ 35.250,00 (trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais).

Todavia, do quantitativo acima descrito, restam pendentes de pagamento, 68 (sessenta e oito) procedimentos periciais, conforme tabelas em anexo.

Dessa forma, envio a Vossa Senhoria a relação dos processos, nos quais foram realizadas as referidas perícias, ainda pendentes de pagamentos, a fim de que seja procedido o pagamento dos respectivos honorários, a serem depositados em conta judicial, vinculada ao processo número **202140600030**, referente a **13 (treze) perícias** realizadas pelo médico **Dr. Marlucio Andrade dos Santos**, CRM 804; ao processo número **202040600228**, referente a **19 (dezenove) perícias** realizadas pelo **Dr. Carlos Tadeu Nascimento Alves**, CRM 8778; ao processo

número **202140600390**, referente a **22 (vinte e duas) perícias** realizadas pelo **Dr. Leandro Koiti Tomiyoshi**, CRM 3730; ao processo número **202140600399**, referente a **05 (cinco) perícias** realizadas pelo **Dr. Andrey Sorrilha**, CRM 3797 e ao processo número **202140600185**, referente a **09 (nove) perícias** realizadas pela **Dra. Ana Thaisa da Silva Leal**, CRM 4821, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, cuja comprovação deve ser anexada aos respectivos autos neste prazo.

Atenciosamente,



Thiago Avelino Santana dos Santos
Coordenador de Perícias Judiciais



Coordenadoria de Perícias

Relação de Processos

Médico: Andrey Sorrilha – CRM 3797 SE

Data: 01/12/2021

| ORDEM | PROCESSO | SEGURADO |
|--------------|-----------------|-----------------------------|
| 1 | 202140600399 | FLÁVIO LIMA PEREIRA |
| 2 | 202140600355 | GILDÁSIO SANTOS DE CARVALHO |
| 3 | 202140600458 | MIGUEL NUNES DA SILVA |
| 4 | 202140600467 | GABRIEL DA COSTA MOREIRA |
| 5 | 202140600345 | DIEGO DA CRUZ SANTOS |

COORDENADORIA DE PERÍCIAS

Relação de processos

DOUTOR: Marluccio Andrade – CRM 804/ RQE 841

DATA: 30/11/2021

| ORDEM | PROCESSO | SEGURADO |
|-------|--------------|--------------------------------|
| 1 | 202140600030 | EMERSON MENEZES DO NASCIMENTO |
| 2 | 202040600014 | LUIZ PABLO SANTOS SOUZA |
| 3 | 202040600715 | JAILTON FRANCISCO DOS SANTOS |
| 4 | 202040600155 | LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO |
| 5 | 202040600658 | ERINALDO DIAS DE OLIVEIRA |
| 6 | 202040600081 | MARIA ADRIANA TORRES OLIVEIRA |
| 7 | 202040600500 | APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS |
| 8 | 202040600915 | LENILSON DOS ANJOS SANTOS |
| 9 | 202140600449 | RIVALDO DA SILVA |
| 10 | 201940601735 | BONIFACIO MARCELINO DA GAMA |
| 11 | 202040600725 | SINVALDO DE JESUS FONTES |
| 12 | 202040600495 | MARIA DE LOURDES SANTOS |
| 13 | 202140600702 | JOSÉ RUBENS PAULINO MELQUIADES |

Coordenadoria de Perícias
Relação de Processos

Médico: Ana Thaisa da Silva Leal- CRM-SE 4821

Data: 03/12/2021

| | | |
|---|--------------|---------------------------------|
| 1 | 201840600669 | José Edimilson Matos dos santos |
| 2 | 201940601550 | Minerval de Souza Lima Junior |
| 3 | 202140600013 | Tiago dos Santos Santana |
| 4 | 201940601941 | Guilherme Dantas Costa |
| 5 | 202140600195 | Suzan Kelly Lopes de Oliveira |
| 6 | 202140600731 | Elaine de Oliveira Lima |
| 7 | 201840601535 | Carlos Freire de Almeida |
| 8 | 202040600274 | Maria de Lurdes dos Santos Lima |
| 9 | 202140600185 | Claudenir Santos Lima |

RELAÇÃO DE PROCESSOS

DOUTOR: CARLOS TADEU – CRM 8778

DATA: 30/11/2021

| ORDEM | PROCESSO | SEGURADO |
|--------------|-----------------|----------------------------------|
| 1 | 202040600228 | ANTÔNIO GONZAGA DA SILVA |
| 2 | 202040600564 | LUIZ CARLOS TOMAZIO |
| 3 | 202140600631 | CARLOS VINÍCIUS DE ANDRADE SILVA |
| 4 | 201940601475 | HELIEVERTON DOS ANTOS FIGUEIREDO |
| 5 | 202140600632 | RENATA MÔNICA SANTOS DA SILVA |
| 6 | 202040600818 | MARIA DAMIANA VIEIRA DA SILVA |
| 7 | 202040600916 | PAULO ROBERTO DOS SANTOS |
| 8 | 201940600917 | LOURIVAL DA SILVA SANTOS |

RELAÇÃO DE PROCESSOS

DOUTOR: CARLOS TADEU – CRM 8778

DATA: 02/12/2021

| ORDEM | PROCESSO | SEGURADO |
|--------------|-----------------|----------------------------|
| 1 | 202140600525 | WESLLEY ANDRADE CHAGAS |
| 2 | 202140600792 | JOSÉ CLEDSON SANTOS MATIAS |
| 3 | 202140600578 | GRACILENE NOVAIS LIMA |
| 4 | 202140600510 | RAMON GOMES |
| 5 | 202140600549 | NILTON SILVA SANTOS |
| 6 | 202140600671 | JOSÉ MESSIAS BRIGIDO |
| 7 | 202140601698 | UBIRAJARA BRITO DOS PASSOS |
| 8 | 202140600178 | ELIANA DOS SANTOS GOIS |
| 9 | 202140600228 | EDSON LUÍS DE JESUS SOUZA |
| 10 | 202140600639 | ANA ELISA SANTOS SANTANA |
| 11 | 202140600709 | LUCIANO SOUZA SANTOS |

Coordenadoria de Perícias

Relação de Processos

Médico: Leandro Koiti - CRM-SE 3730

Data: 29/11/2021

| | | |
|---|--------------|-----------------------------------|
| 1 | 202140600390 | Bismark de Santana Castro |
| 2 | 201940601531 | Jarge Santos Carvalho |
| 3 | 201940601532 | Carlos Roberto de Almeida Meneses |
| 4 | 202140600394 | Mateus Souza Santos |
| 5 | 202140600276 | Alandson Melo de França |
| 6 | 202140600245 | Rafael Reis Santos |
| 7 | 202040600937 | Marcos Floro Rodrigues dos Santos |

Coordenadoria de Perícias
Relação de Processos

Médico: Leandro Koiti - CRM-SE 3730

Data: 30/11/2021

| | | |
|---|--------------|----------------------------|
| 1 | 201940601494 | Cristiano Souza da Silva |
| 2 | 202140600634 | Lailson dos santos Silva |
| 3 | 201940601482 | Arivaldo Vieira dos Santos |
| 4 | 202040600146 | Ivaldo Alves dos Santos |
| 5 | 202040600439 | Valdson Mota Santos |
| 6 | 202140600717 | Roniclecio Borges Santos |
| 7 | 201940601743 | Batista Ferreira da Silva |
| 8 | 202040600440 | Michel Gonçalves Santos |

RELAÇÃO DE PROCESSOS

DOUTOR: LEANDRO KOITI – CRM 3730

DATA: 01/12/2021

| ORDEM | PROCESSO | SEGURADO |
|--------------|-----------------|-------------------------------------|
| 1 | 202140600011 | MANOEL VALDOMIRO SANTOS |
| 2 | 202040601306 | SINARA DO SOCORRO LOURENÇO MEDEIROS |
| 3 | 202140600478 | DIOGENES SANTOS VASCONCELOS |
| 4 | 202040601277 | WALDSON DE ARAGÃO GREGORIO |
| 5 | 202140600475 | CLEONICE SILVESTRE FILHO SOUZA |
| 6 | 202140600217 | PHELIPE AUGUSTO DE JESUS SOUZA |
| 7 | 202040601314 | FRANCISCO SANTANA DA SILVA |



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

11/03/2022

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que transcorreu o prazo do art. 357, §1º, do CPC, demais, não houve manifestação das partes.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

11/03/2022

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

30/03/2022

MOVIMENTO:

Julgamento

DESCRIÇÃO:

Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pleito autoral para condenar a seguradora requerida ao pagamento de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), a título de indenização complementar do seguro DPVAT por atestada invalidez permanente, a ser observada correção pelo INPC, a partir da data do evento danoso, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês contados da citação, tudo até o efetivo pagamento. CONDENO a parte requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, observando o que dispõe o art. 85, §2º, do CPC/15. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600228 - Número Único: 0007556-82.2020.8.25.0001

Autor: ANTONIO GONZAGA DA SILVA

Réu: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

Movimento: Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Procedência

SENTENÇA

Vistos etc.

1. Breve relatório

ANTÔNIO GONZAGA DA SILVA ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** em desfavor da **SEGURADORA LÍDERDOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada nos autos do processo suprarreferido, aduzindo os fundamentos fático-jurídicos sucintamente infraestruturados.

Relata na vestibular ser *beneficiário do seguro DPVAT*, que entende lhe ser *devido em virtude de acidente de trânsito*, do qual resultaram lesões qualificadas como permanentes e irreversíveis, razão pela qual almeja a condenação da seguradora acionada ao *pagamento de indenização complementar*, dado o recebimento prévio e parcial do importe de **R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e setecentos e cinquenta centavos)**, em valor correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), tal como estabelecido no art. 3º, inciso II, da antiga Lei 6.194/74, do qual deverá ser subtraído o *quantum* pago administrativamente, além de custas processuais e verba honorária.

Acostou aos autos os pertinentes documentos, a fim de munir de força probante as assertivas supra, a exemplo de documentos pessoais, laudo e relatórios médicos diversos, bem como comprovante de recebimento do importe parcial acima indicado.

Compondo a lide após validamente citada, ofereceu a seguradora ré tempestiva resposta, sob a forma de contestação.

Fora apresentada réplica reiterativa.

Às **p. 132/133** vê-se decisão de saneamento determinando a produção de prova pericial.

Laudo pericial juntado às **p. 181/183**.

Volveram os autos conclusos após o escoar do prazo para manifestação acerca do laudo.

É o relatório. Fundamento e decido.

2. Fundamentação

2.1 Da indenização por invalidez permanente

Cuida-se de **AÇÃO DE COBRANÇA**, cingindo-se o pleito autoral à perseguição judicial do valor atinente à indenização do seguro DPVAT, aduzidamente não repassado em sua integralidade, nos termos da legislação aplicável, com arrimo no art. 3º, II, da Lei 6.194/74.

Da análise do *in folio*, verifica-se que o acidente ocorreu em **04/08/2017**, consoante se avista do Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito acostado ao bojo dos autos, razão pela qual, em homenagem ao princípio do *tempus regit actum*, observar-se-ão as disposições legais constantes da Medida Provisória nº 340/2006, a qual foi posteriormente convertida na Lei nº 11.482/2007 e que, alterando a redação original da Lei 6.174/94, tratativa da matéria, assim prescreve:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

O caso em questão encaixa-se perfeitamente na hipótese de aplicação da supracitada legislação, considerando a já mencionada data de ocorrência do sinistro, ou seja, depois da entrada em vigor da MP nº 340/2006, de 29 de dezembro de 2006, posteriormente convertida em lei.

Neste sentido, o Tribunal de Justiça de Sergipe já se manifestou. Vejamos:

Apelação Cível - Cobrança de diferença de indenização de Seguro Obrigatório (DPVAT) - Mérito - No caso dos autos aplica-se a Lei nº 11.482/07 porque vigente na época do evento, a qual previa a indenização de até R\$ 13.500,00 em caso de morte - Valor pago pela Seguradora em conformidade com o estabelecido na Lei - Recurso conhecido e provido - Decisão Unânime. (Apelação Cível nº 2010211130, DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO, publicado em 16/05/2011)

Sendo assim, não há que se perquirir quanto a incidência da Lei nº 11.482/07, a qual prevê o pagamento **de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** para a hipótese de invalidez permanente, sendo devido o pagamento de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) a título de reembolso à vítima, em não sendo atestada invalidez permanente.

Ressalte-se que, atendida a ordem judicial, o laudo fora ofertado e devidamente carreado aos autos.

Em enfrentamento ao cerne do litígio, de pronto, resalto que o nexo de causalidade entre as lesões então sofridas pela parte demandante e o acidente automobilístico remanesce provado

pelos documentos acostados na inicial e os laudos constantes dos autos, os quais não apontam qualquer indício de vício ou inidoneidade material/formal à data da realização, não pairando quaisquer dúvidas quanto a correlação das lesões e sequelas outrora suportadas pela parte autora e o acidente de trânsito noticiado nos autos.

Vejamos o direito pretendido para recebimento da indenização do seguro obrigatório.

Por certo, a indenização prevista na legislação do DPVAT para a hipótese de **invalidez permanente** não confere à vítima, por si só e em todas as situações, o pagamento da indenização no valor máximo.

Mister se faz que a vítima do acidente de trânsito demonstre que dito evento causou-lhe invalidez permanente. Em segundo plano, *é necessário verificar o grau desta invalidez permanente*.

Não é sem razão que nos casos de invalidez permanente a legislação confere uma gradação do valor indenizatório, deixando claro que o pagamento será de **até 40** salários-mínimos para os acidentes ocorridos antes da Lei 11.482/2007 ou para os operadores que acolhem a inconstitucionalidade desta nova regra, e, de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para acidentes posteriores à vigência da Lei 11.482/2007, para os operadores que confirmam a constitucionalidade deste novo Diploma, entendimento este do qual corroboro.

O certo é que o *quantum* a ser recebido pelo segurado deverá corresponder ao grau de sua limitação/invalidez, sob pena de afronta aos festejados princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Ressalto que na medicina não é possível tabelar sequelas na forma simplista pretendida pela requerida. Contudo, conforme já mencionado, a lei dispõe que o pagamento do seguro obrigatório pode ser de **até 40** salários-mínimos e/ou de **até R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), observada a corrente jurídica adotada, portanto, se depreende a possibilidade de graduação conforme o caso exposto a julgamento.

De bom alvitre consignar que o STF julgou improcedentes as Ações Direta de Inconstitucionalidade ns. 4.350 e 4.627 e, conseqüentemente, julgando improcedente os pedidos de declaração de inconstitucionalidade do art. 8º da Lei n. 11.482/07 e dos arts. 30 e 32 da Lei n. 11.945/09.

Nas mencionadas ADINs, julgadas em conjunto, o Tribunal Constitucional afastou a inconstitucionalidade formal apontada, firmando que não cabe ao Judiciário a análise dos requisitos para a edição de uma Medida Provisória, a não ser excepcionalmente, razão pela qual incorreu ofensa ao art. 62 da Carta Magna. O Ministro Relator Luiz Fux ressaltou a função social do Seguro DPVAT, não obstante tal característica não impeça modificações legislativas, o que não configura retrocesso pelo simples fato de modificação do *quantum* indenizatório (modificado de “até 40 salários-mínimos” para “até R\$ 13.500,00”).

Ressaltou ainda, em seu Voto, que a lei prevê correção monetária para o pagamento que não se realize nos trinta dias seguintes à entrega da documentação (art. 5º, §7º, da lei n. 6.194/1974), arrematando que “não incumbe ao Poder Judiciário impor ao Legislador que introduza, em texto de lei, um índice de correção monetária para as indenizações a serem pagar através do DPVAT”.

Quanto à constitucionalidade da tabela para cálculo de indenização do seguro obrigatório, restou assim firmado:

“Cuida-se de medida que não afronta o ordenamento jurídico. Ao revés, trata-se de preceito que concretiza o princípio da proporcionalidade, permitindo que os valores sejam pagos em razão da gravidade da lesão ao acidentado.

Não se entrevê, ao longo dos dispositivos impugnados, qualquer ofensa à Constituição quando se fixa legalmente o quantum debeat em razão do acidente de trânsito proporcional à gravidade da lesão. Os critérios adotados pelo Legislador, que levou em conta o grau da incapacidade para se determinar o valor devido, são razoáveis e dentro dos parâmetros aceitáveis. Não há loteamento do corpo humano, mas uma preocupação recomendável com o pagamento justo ao acidentado.

As regras legais impugnadas, que atendem aos ideais de justiça, ao princípio da isonomia e ao da proporcionalidade, não apresentam valores irrisórios em termos de indenizações. À guisa de ilustração, a tabela anexa à Lei nº 6.194 predica que em se tratando de perda de ambos os membros, o percentual aplicado será de 100. No caso de perda de um dos pés, o percentual fica reduzido para 50. Há, assim, uma adequada proporção entre a extensão do dano e o montante da indenização.

Destarte, não incumbe ao legislador antever todas as situações possíveis e imagináveis de acidentes e lesões capazes de afetar com maior intensidade determinados indivíduos. Se um pianista perde uma de suas mãos, é razoável que perceba uma indenização mais elevada do que a usualmente paga em razão da previsão legal genérica. E isso, que não tem o condão de tornar a norma impugnada inconstitucional, não impede, por outro lado, que a peculiaridade da situação seja reconhecida judicialmente a ponto de possibilitar uma reparação maior à vítima do acidente. Nesse contexto, a lei fixa parâmetros genéricos, sem infirmar a cláusula da inafastabilidade de jurisdição, no afã de que, diante de um caso concreto, se justifique um tratamento judicial distinto.

Dessume-se que a tabela legal para a apuração dos valores indenizatórios devidos em razão da extensão da invalidez, mercê de não se tratar de tema novo no âmbito securitário, também não ofende a proporcionalidade. Trata-se de critério legal criado para, de forma objetiva, proporcionar parâmetros previsíveis de indenização que sejam os mais próximos do que é justo”.

Outrossim, bom notar que a jurisprudência do TJ/SE já era no sentido da constitucionalidade das mencionadas Leis, senão vejamos:

*Apelação Cível - Cobrança de diferença de indenização de Seguro Obrigatório (DPVAT) - Inconstitucionalidade da lei n.º 11.482/2007 afastada - Não padece de qualquer vício material ou formal. Mérito - No caso dos autos aplica-se a Lei nº 11.482/07 porque vigente na época do evento, a qual previa a indenização de até R\$ 13.500,00 em caso de morte - Devida a complementação do valor conforme estabelecido na sentença. Recurso conhecido e improvido. - Decisão Unânime. Não há inconstitucionalidade formal da Medida Provisória. Possibilidade de exame jurisdicional dos requisitos de relevância e urgência na edição da medida provisória em casos excepcionais, em que a ausência desses pressupostos seja evidente, demonstrado abuso de poder ou desvio de finalidade, o que não ocorreu nos autos em análise. **Também não há inconstitucionalidade material. Tendo em vista não existir contrariedade ao conteúdo da norma constitucional, eis que as modificações***

implementadas pela medida provisória nº 340/06 estabeleceram uma maior segurança jurídica e viabilidade na conservação do sistema, respeitando o equilíbrio financeiro e atuarial, ao graduar as lesões sofridas pelas vítimas de acidentes. Aplicável a lei vigente ao tempo do fato (morte do segurado 06.06.2010) que gerou a obrigação para a Seguradora. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 3427/2012, 2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO, RELATOR, Julgado em 08/05/2012).

Entretanto, registro que o fato da existente Resolução do CNSP fixar o percentual da indenização de forma pontual e específica para a graduação de algumas espécies de lesões/sequelas não retirava do julgador a possibilidade de adequação ao caso concreto, com fins de atender os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Não tenho dúvidas que o CNSP poderá regular a Lei 6.194/74 e suas alterações, tudo nos termos do artigo 12 do Diploma referido. Porém, jamais poderá ir de encontro com as regras da Lei Especial, sob pena de ofensa à hierarquia das normas.

Ao julgador caberá utilizar-se da prova pericial para delimitar se presente a invalidez permanente e, nesse caso, o grau de invalidez, mesmo quando a Tabela do CNSP identifique o grau de invalidez permanente diversamente da situação demonstrada no caso concreto.

No presente caso, conforme descrito no exame físico e constante nos autos, temos pela tabela SUSEP para fins de DPVAT: **invalidez parcial completa—de qualquer um dos dedos do pé (10%) de grau médio(50%) bem como perda parcial e incompleta - de um dos membros inferiores(70%) de grau médio (50%).**

Contudo, no caso dos autos, o relatório médico, elaborado pelo perito nomeado por este Juízo, indica, de forma clara e segura, que a parte **autora está acometida por invalidez permanente, parcial e incompleta, devendo** a seguradora suportar o pagamento de quantia indenizatória correspondente a **5% (cincopor cento)** do total segurado, o que equivale a **R\$ 675,00(seiscentos e setenta e cinco reais)**, referente a perda anatômica no hálux esquerdo, bem como ao pagamento de quantia indenizatória correspondente a **35% (trinta e cinco por cento)** do valor total segurado, o que equivale a **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)**, referente a perda funcional de um dos membros inferiores, totalizando assim **R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**.

Observe-se o cálculo: **teto (R\$ 13.500,00) X enquadramento na tabela da Lei 6.194** (no caso em tela, 10%) **X Grau de repercussão** (no caso, é dizer, 50%) = R\$ 13.500,00 x 5% = **R\$ 675,00(seiscentos e setenta e cinco reais)**.

Segunda lesão: teto (R\$ 13.500,00) X enquadramento na tabela da Lei 6.194 (no caso em tela, 70%) **X Grau de repercussão** (no caso, é dizer, 50%) = R\$ 13.500,00 x 35% = **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)**.

Entretanto, observado o recebimento administrativo no importe de **R\$ 3.037,50 (três mil trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, sobre o que, pontuo, não pende qualquer controvérsia, remanesce como devida a quantia de **R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

Tudo em perfeita aplicação do art. 3º, § 1º, II, da Lei 6.194/74:

“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). [...]

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009)”

Corroborando o mencionado, a Súmula nº 474 do STJ assim dispõe:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Vejamos a jurisprudência aplicável ao caso:

0125274-15.2013.8.19.0001 – APELACAO. DES. WAGNER CINELLI - Julgamento: 31/08/2015 - DÉCIMA SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

Apelação cível. Procedimento sumário. Cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Invalidez parcial permanente. Aplicação da Lei 11.482/07 à hipótese, que expressamente define o valor da indenização, na hipótese, em até R\$ 13.500,00. Indenização a ser fixada de acordo com o grau de incapacidade apurado no laudo pericial sobre o teto máximo legal. Lei 11.945/09. Laudo que concluiu pela incapacidade parcial e permanente do autor no grau de 10% (dez por cento), em razão de perda funcional completa do 5º quirodáctilo esquerdo. Percentual que deverá ser enquadrado em "perda anatômica e/ou funcional completa de um dos dedos da mão" da tabela anexa à Lei 6.194/74, que determina que a indenização será de até R\$ 1.350,00. Verba indenizatória devida no valor de R\$ 135,00 (R\$ 13.500,00 x 10% x 10%). Recurso parcialmente provido, na forma do art. 557, § 1º A, do CPC”.

“0134386-42.2012.8.19.0001 – APELAÇÃO. DES. MARCO ANTONIO IBRAHIM -Julgamento: 28/08/2015 - QUARTA CÂMARA CÍVEL

Direito Civil. Cobrança. Seguro obrigatório DPVAT. Sequelas residuais. Base de cálculo. Acidente de trânsito ocorrido em 15/01/2011, na vigência das Leis nº 11.482/2007 e 11.945/2009. Prova pericial que apurou redução parcial da força do membro inferior esquerdo de 35%, com sequelas residuais de 10%. Inconformismo da seguradora apelante manifestado contra a condenação ao pagamento pela sequela residual. Descabimento. Encurtamento de membro inferior que deve ser enquadrado como sequela residual prevista no artigo 3º, § 1, II da Lei nº 6.194/74. Precedentes. Ônus sucumbenciais fixados em

conformidade com o artigo 20, "caput" do CPC. Sentença mantida. Recurso a que se nega seguimento".

3. Dispositivo

Ex positis, **JULGO PROCEDENTE** o pleito autoral para condenar a seguradora requerida ao pagamento de **R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, a título de indenização complementar do seguro DPVAT por atestada invalidez permanente, a ser observada correção pelo INPC, a partir da data do evento danoso, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês contados da citação, tudo até o efetivo pagamento.

CONDENO a parte requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, observando o que dispõe o art. 85, §2º, do CPC/15.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Aracaju/SE, 30 de março de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 30/03/2022, às 12:28:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública **2022000653755-10**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

07/04/2022

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando decurso de prazo recursal.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

09/05/2022

MOVIMENTO:

Trânsito em Julgado

DESCRIÇÃO:

Em, 29/04/2022.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

09/05/2022

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intimar a parte ré para efetuar o pagamento da guia final (ficha de compensação) de nº 202210031779, a qual se encontra disponível para impressão no site do TJSE, através dos seguintes passos: Guias de recolhimento - Emissão de guia de custas processuais - Segunda Via - Guia ou Ficha - Opção (Número da guia ou número do processo) - consultar.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600228

DATA:

12/05/2022

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Cumprimento de Sentença nº 202240600534 gerado por dependência a este processo.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não